



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



LUIS SARAIVA SIQUEIRA

**DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.**

ANANINDEUA-PA

2025

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

**DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Siméia de Nazaré Lopes.

ANANINDEUA-PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema
de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Siqueira, Luis Saraiva.

Do silêncio escolar a construção de uma educação
antirracista: Na escola Padre Leandro Pinheiro / Luis Saraiva
Siqueira. — 2025.
132 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Siméia de Nazaré Lopes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional
em Ensino de História, Ananindeua, 2025.

1. Silêncio escolar. 2. Educação antirracista. 3. Escola
Padre Leandro Pinheiro. I. Título.

CDD 960

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela orientadora Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva e Profa. Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza, reuniu-se no dia 07 de outubro de 2025, às 14:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **LUIS SARAIVA SIQUEIRA** intitulada: "DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro". Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação tem relevância para o debate sobre ensino de história e as relações étnico-raciais e que atendeu recomendações feitas à época do exame de qualificação, 2) cabe ao mestrando retornar ao texto para aprofundar as dimensões propositivas da dissertação reforçadas pelo programa; 3) fundamentar as análises e os argumentos presentes no texto, bem como explicitar as escolhas metodológicas das atividades; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **REGULAR** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

 Documento assinado digitalmente
SIMEIA DE NAZARE LOPES
Data: 27/10/2025 18:04:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Simeia de Nazaré Lopes
Orientadora

 Documento assinado digitalmente
SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA
Data: 28/10/2025 12:41:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza
Membro Externo da Banca / FAHIST / UFPA

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva
Membro da Banca / PROFHISTÓRIA/ UFPA

 Documento assinado digitalmente
WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA
Data: 04/11/2025 15:29:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela existência da vida e em seguida também ao meu pai, José Henrique Siqueira, que ainda pode contemplar minha aprovação no Mestrado, mas, infelizmente, não está mais neste mundo e em um momento tão importante para compartilhar mais essa conquista de finalização do Curso. Ainda assim, deixou seu legado na compreensão do quanto é importante a Educação.

Agradecer àqueles que contribuíram com a construção e elaboração para a existência de um programa tão importante quanto este, de Pós-Graduação em Ensino de História, visto que que permite professores a continuarem seus estudos mesmo estando diariamente no chão de uma escola pública. Fiz minha graduação na Universidade Federal do Pará através do modelo intervalar no período de 2005 a 2010 e programas na Educação superior possibilitam alternativas de acesso e são cruciais para a formação docente do Ensino Básico.

A todos os meus professores e professoras de toda minha vida escolar é imprescindível. Reconheço que levo comigo um pouco de cada etapa vivida, seja do ensino fundamental ou superior. Meus agradecimentos a todos os meus colegas e professores da turma do Profhistória-2023 onde dividimos conhecimentos, alegrias, sonhos e experimentamos debates importantíssimos para o aprofundamento na produção de conhecimentos.

Gostaria de agradecer de uma forma muito especial a minha orientadora, professora doutora Siméia de Nazaré Lopes, que teve muita paciência para ensinar e esperar o tempo do meu caminhar no processo de pesquisa e escrita deste trabalho. Sei que não é um processo tão simples, tornando-o mais difícil para quem estava há mais de dez anos na sala de aula sem se aproximar de discussões teóricas que este curso de mestrado exigiu e proporcionou.

Agradeço aos alunos da turma 901 da Escola Padre Leandro Pinheiro que mergulharam com entusiasmo na construção da oficina antirracista e, não menos importante, aos meus colegas professores da Instituição Padre Leandro Pinheiro que também fizeram e continuam fazendo parte da minha caminhada.

Fica meus agradecimentos à prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá e à Escola Padre Leandro Pinheiro por ter deixado as “portas” abertas para o uso de uma pesquisa como essa tão importante para minha carreira profissional e para educação no meu espaço escolar.

Também não poderia deixar de agradecer à minha família que sempre me proporcionou o suporte primordial para a construção deste trabalho.

“Se há uma lição que podemos aprender com a luta contra o racismo, tanto em nosso país quanto no seu, é que o racismo precisa ser conscientemente combatido, e não discretamente tolerado.”

Nelson Mandela

RESUMO

Esta pesquisa através do Ensino de história tem a pretensão de enfrentamento do racismo escolar, assim como também dialogar e colaborar com a comunidade escolar da Instituição Padre Leandro Pinheiro, locus deste trabalho, a confrontar e combater o silenciamento do povo negro na educação através de estratégias pedagógicas como exemplo a oficina a fomentar por meio de ferramentas didáticas com possibilidades de dá voz aos sujeitos excluídos por um currículo euro centrista cristalizado no nosso ensino brasileiro. Para os enfrentamentos do silencio escolar, buscou-se diversos apontamentos teóricos que subsidiasse esse apagamento do negro no ensino, dialogando com a leis educacionais tais como: LDB, BNCC, DOCUMENTO CURRICULAR DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA, LEI 006/2014. Além disso, trouxe seu olhar e suas colaborações de como a lei 10.639/03 acampa no ensino da escola Padre Leandro Pinheiro. Nestes moldes, a pesquisa mostrou que nossos discentes ainda respondem às demandas de um currículo branco na medida que suas referências negras estão intimamente relacionadas ao conhecimento vinculado ao sistema escravista, o que fomenta ainda mais o processo de exclusão dos negros no espaço escolar. Diante disso foi necessário o uso de uma aula de intervenção como ferramenta crucial para problematizar o racismo na educação debatendo conceitos de Racismo Estrutural e Necroeducação. Desconstruir a ideia de que o negro no ensino está muito próximo do sistema escravista, pensou-se numa oficina antirracista, problematizada e direcionada pelos alunos, sendo esses atores e sujeitos do processo de enfrentamento do racismo escolar para fins que os mesmos pudessem experienciar através de suas pesquisas que o negros podem e devem ser mostrados na educação com outros olhares do tempo presente. Assim, os direcionamentos da oficina antirracista dentro dos diversos apontamentos buscou colocar os negros no espaço visibilizados através de suas representações, seja cultural, artística, religiosa etc, principalmente que suas representatividades estejam desvinculadas do sistema a escravista, pois sabemos que através do currículo eurocêntrico o negro ainda se encontra em desvantagens em relação ao branco e portanto, este tipo de currículo precisa ser combatido no espaço escolar. Logo uma oficina dessa ordem se torna uma ferramenta crucial para mitigar as ações do racismo no nosso ensino.

Palavras-chave: Ensino de História, Lei 10.639/03, Silêncio escolar, Currículo Eurocêntrico.

ABSTRACT

This research, through the teaching of history, aims to confront school racism, as well as to dialogue and collaborate with the school community of the Padre Leandro Pinheiro Institution, the locus of this work, to confront and combat the silencing of Black people in education through pedagogical strategies such as workshops to promote didactic tools with the possibility of giving voice to subjects excluded by a Eurocentric curriculum crystallized in our Brazilian education system. To confront school silence, various theoretical points were sought to support this erasure of Black people in education, engaging with educational laws such as: LDB, BNCC, CURRICULAR DOCUMENT OF SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA, LAW 006/2014. In addition, it brought its perspective and contributions on how Law 10.639/03 is implemented in the teaching at the Padre Leandro Pinheiro school. In this context, the research showed that our students still respond to the demands of a white curriculum insofar as their Black references are closely related to knowledge linked to the slavery system, which further fosters the process of exclusion of Black people in the school environment. Given this, it was necessary to use an intervention class as a crucial tool to problematize racism in education by debating concepts of Structural Racism and Necroeducation. To deconstruct the idea that Black people in education are very close to the slavery system, an anti-racist workshop was conceived, problematized and directed by the students, who were the actors and subjects of the process of confronting school racism so that they could experience through their research that Black people can and should be shown in education with other perspectives of the present time. Thus, the guidelines of the anti-racist workshop, within its various points, sought to place Black people in a visible space through their representations, whether cultural, artistic, religious, etc., mainly ensuring that their representations are detached from the slave system, because we know that through the Eurocentric curriculum Black people are still at a disadvantage compared to white people, and therefore, this type of curriculum needs to be combated in the school environment. Therefore, a workshop of this kind becomes a crucial tool to mitigate racist actions in our education system.

Keywords: History Teaching, Law 10.639/03, School Silence, Eurocentric Curriculum.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Imagem 01 – Frente da Escola Padre Leandro Pinheiro.....	18
Imagem 02 – Corredor de Entrada da Escola.....	19
Imagem 03 – Blocos de sala de aulas à direita do corredor de entrada.....	19
Imagem 04 –Refeitório.....	20
Imagem 05 – Bicicletário.....	20
Imagem 06 – Área de lazer ar lar livre.....	21
Imagem 07 – Alunos respondendo o 1º questionário.....	81
Imagem 08 – Alunos respondendo o 1º questionário.....	82
Imagem 09 – Aula de intervenção após o 1º questionário.....	90
Imagem 10 – Alunos assistindo assistido a Aula de Intervenção.....	91
Imagem 11 – Alunos organizando a oficina.....	97
Imagem 12 – Alunos organizando a oficina.....	99
Imagem 13 – Equipe de Alunos organizando o Mural Antirracista.....	100
Imagem 14 – Equipe de Alunos montando sobre Identidade Africana.....	100
Imagem 15 - Equipe de Alunos organizando o Cartaz sobre Identidade e Estética Africana.....	101
Imagem 16 – Equipe de Alunos dialogando sobre Música Preta.....	101
Imagem 17 – Alunos finalizando a oficina antirracista.....	102
Imagem 18 – Alunos finalizando a oficina antirracista.....	102
Imagem 19 – Alunos finalizando a oficina antirracista.....	103
Imagem 20 – Alunos finalizando a oficina antirracista.....	103
Imagem 21 – Alunos organizando a entrada do auditório.....	104
Imagem 22 – Apresentação da oficina antirracista.....	105
Imagem 23 – Equipe de alunos apresentando sobre música preta.....	105
Imagem 24 - Equipe de alunos apresentando o cartaz sobre linguagem africana.....	106
Imagem 25 - Equipe de alunos apresentando sobre Estética e identidade africana.....	106
Imagem 26 – Equipe de música preta.....	107
Imagem 27 – Quadro de Leis afirmativas.....	108
Imagem 28 – Alunos respondendo o 2º questionário após a oficina.....	108
Imagem 29 - Oficina produzida pelos alunos- mural.....	109
Imagem 30 - Oficina produzida pelos alunos- Linguagem africana.....	109
Imagem 31 - Oficina produzida pelos alunos- identidade e estética.....	109

Imagem 32 - Oficina produzida pelos alunos- música preta.....	109
Imagem 33 – Quadro de leis afirmativas.....	109
Imagem 34 – Foto de Encerramento da oficina.....	110

LISTA DE MAPAS

MAPA 01- Mapa de localização.....	18
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Faixa etária.....	82
GRÁFICO 02 – Gênero.....	83
GRÁFICO 03 – Quantos ouvira falar da Lei 10.639/03.....	85
GRÁFICO 04 – Declaração de cor/raça.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP	Projeto Político Pedagógico
EMF	Ensino Municipal Fundamental
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LGBTs	Grupo de pessoas com diferentes orientações sexuais
ERER	Educação para as relações Étnico-raciais
DCNERER	Diretrizes curriculares nacionais para as relações étnico-raciais
CME/SMG	Conselho Municipal de Educação de São Miguel do Guamá
LDB	Leis de Diretrizes e bases
PCNS	Parâmetros curriculares nacionais
MEC	Ministério da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e bases da educação nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS- UMA BREVE HISTÓRIA LOCAL E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	15
1.1-DIÁLOGOS TEÓRICOS CONTRIBUINDO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, REFERENCIANDO ÀS PRÁTICAS PRESENTE NO CHÃO DA ESCOLA.....	29
1.2-RACISMO UM BREVE RESUMO DE SUA TECITURA NA EDUCAÇÃO.....	40
1.3-NEGRITANDO O ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DE UM ENSINO DINÂMICO, DESCONSTRUINDO A LÓGICA EUROCÊNTRICA.....	45
 CAPÍTULO 2: O ENSINO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO EFETIVAÇÃO CIDADÃ.....	57
2.1-POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES ANTIRRACISTAS: REFLEXÕES PARA UMA EQUIDADE RACIAL DENTRO DA ESCOLA.....	64
2.2- DISCUTINDO A LEI 10.639/03: DINÂMICAS PRÁTICAS DA ESCOLA EM CONSONÂNCIA COM A LDB E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	70
 CAPÍTULO 3: AS VOZES ÉTNICOS RACIAS QUE ECOAM DOS SABERES DISCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR.....	81
3.1 CONSTRUINDO NOVAS ABORDAGENS ÉTNICO RACIAIS NO ESPAÇO DA ESCOLA PADRE LEANDRO PINHEIRO.....	97
3.2 CULMINÂNCIA DA OFICINA ANTIRRACISTA.....	104
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
 REFERÊNCIAS.....	113
 APÊNDICE.....	120

INTRODUÇÃO

A efetivação desta dissertação é um enfrentamento dos diversos problemas que nossa educação carrega, sendo um deles o silenciamento do povo negro no nosso ensino. Diante disso, nossa educação e notadamente também o ensino de história fomentam a permanência de um currículo eurocêntrico que se faz presente no chão da escola e, por conseguinte, fortalece um racismo escamoteado e muito silencioso pautado na educação.

É importante salientar que este trabalho de pesquisa pretende sanar ou pelo menos minimizar uma inquietação pessoal, uma vez que as minhas formações docentes sempre foram insuficientes para construir ferramentas pedagógicas substanciais que pudessem enfrentar o racismo escolar. Tais formações não davam condições para a compreensão da problemática que o racismo tão cristalizado acampa na nossa sociedade, e, por ser ínfima, impossibilitava-me ações concretas e contundentes para combater com eficiência o racismo que a voz do colonizador tem ditado de forma incisiva nas instituições de ensino.

Compreendendo a dimensão da problemática aqui pontuada, o Curso profissional no ensino de história (PROFHISTÓRIA) é a porta aberta para proporcionar e construir saberes permitindo respostas significativas as minhas inquietações. Neste sentido, esta dissertação responde as razões para colaborar com o espaço escolar a construir ferramentas pedagógicas a fim de minimizar o racismo na educação.

A Escola Padre Leandro Pinheiro localizada na cidade de São Miguel do Guamá-Pará, *locus* desta pesquisa, é o meu local de trabalho e, portanto, a relevância de um trabalho de pesquisa com essa temática é de suma importância para alargar os debates neste espaço escolar, além de proporcionar diálogos nos quais os próprios sujeitos falem por si, onde os saberes dos discentes sejam manifestados e tenham de fato a extrema importância para a compreensão do caminhar educacional para o enfrentamento do silenciamento do povo negro na educação. Isso somente será possível se ações ou estratégias pedagógicas condicionarem a possibilidade de sujeitos tornarem-se os verdadeiros protagonistas dos saberes que trafegam no ensino escolar.

Assim, essa dissertação tem as seguinte estrutura, totalizando três capítulos: o primeiro, intitulado “O ensino de História e Relações Étnico-raciais uma breve história e suas representações”, procura criar bases teóricas que sejam fundamentais para a compreensão das possibilidades de um espaço escolar e seus direcionamentos, assim como suas colaborações a partir de uma educação étnico racial, colocando em pauta as contribuições que um trabalho de pesquisa desse porte pode trazer para o chão da sala de aula na perspectiva de descortinar e combater um racismo velado na educação. Também, neste mesmo capítulo, dois pontos muito

importantes são debatidos: como o racismo acampa no nosso ensino, sobretudo trazendo discussões fundamentais e como a escola deve dar suas colaborações possíveis para negritar o espaço escolar com estratégias pedagógicas fundamentais para o combate do racismo.

No segundo capítulo intitulado “O ensino de história étnicos-raciais como efetivação cidadã” discuti como as políticas educacionais e as legislações antirracistas contribuem ou podem contribuir como um processo para uma construção cidadã dentro do espaço escolar. Neste sentido, também é enfatizada a Lei 10639/03 – que instituiu o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todas as escolas e como suas ausências e permanências constituem um fator de construção social. Ainda neste capítulo, o livro didático como ferramenta pedagógica e claro vinculado ao currículo educacional tem seus questionamentos para ampliar nossos debate para uma educação mais equívél.

No terceiro e último capítulo intitulado “As vozes étnicos raciais que ecoam dos saberes discentes no espaço escolar” as discussões pontuadas provocam os saberes dos alunos, abrindo espaço para que estes sejam os protagonistas dos seus próprios saberes como sujeitos históricos que dialogam com os encontros que nossa educação está imersa, ou melhor, os alunos contribuem, com seus olhares, suas perspectivas de mudanças dessa estrutura educacional tradicional racista que perdura em nossas escolas por meio de uma oficina antirracista abordando as representações negras no tempo presente em diversos aspectos, tais com arte, linguagens, música, identidade, estética e também na política produzindo uma nova concepção de olhar para as referências negras afastando dos conceitos de escravismo que o currículo eurocêntrico tem alimentado.

Uma oficina nestes moldes traz as condicionantes que ajudam a romper com o silêncio racista que a educação brasileira está inserida. Logo, a Escola Padre Leandro Pinheiro a partir do momento que proporciona esse fazer antirracista e coloca os negros dentro de questões do tempo presente pluralizado seus saberes pretos como enfrentamento coletivo de combate ao racismo escolar, certamente tende diminuir sem sombra de dúvida.

CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS- UMA BREVE HISTÓRIA LOCAL E SUAS REPRESENTAÇÕES

Neste primeiro momento será pontuado um breve diálogo sobre o ensino de história e, posteriormente, apresentaremos a Escola Padre Leandro Pinheiro. Também abordaremos sobre como o racismo é tecido na nossa educação para fins de contextualizar o espaço da Escola Padre Leandro e seus direcionamentos no ensino e, sobretudo, pensar sobre o aluno negro que ocupa o ambiente escolar, porém, não descartando as contribuições dos outros sujeitos brancos, ribeirinhos, quilombolas, comunidades tradicionais etc que frequentam o *locus* desse trabalho e ajudam a potencializar o debate.

Um ensino de história mais diversificado deve ter seus atravessamentos por uma educação étnico-racial com mais qualidade. Contudo, sabe-se que nosso ensino precisa também perpassar por formação de professores para atuarem de forma contundente e valorizar uma educação igualitária. Sendo assim, também é preciso afirmar que a responsabilidade de uma educação de qualidade e antirracista não deve ser apenas dos professores, pois uma educação comprometida e que promova a equidade em todas as instâncias da educação depende essencialmente de políticas públicas e aquisição de materiais entre outras formas (SILVA, 2020). Na conjuntura de um ensino perverso, que forja a produção do conhecimento nas nossas escolas, como consequência, contribui com as mazelas do racismo escamoteado que significativamente permanece na educação. Assim, ao passo que a extensão do racismo fica submerso pela ausência de práticas de uma educação étnico-racial ou mesmo pelo adormecimento de uma política antirracista, neste sentido alógica é que do negro nada se compreende ou não há interesse dessa compreensão. Além disso, o negro inventado, forjado no discurso da modernidade reflete o fato que ninguém nem aqueles que o inventaram desejariam ser um negro ou tratado como tal (MBEMBE, 2014).

Talvez destruir esse racismo construído historicamente seja utópico, no entanto, combatê-lo no espaço escolar certamente está relacionado com a formação de professores de qualidade que atenda uma perspectiva étnico-racial partindo da compreensão de que é necessário também a relação da escola com a família. Neste sentido, entendemos que é possível construir um espaço escolar com mais equidade através de mecanismos que reconheçam esse racismo silencioso no ensino, evitando, assim, ações discriminatórias atravessadas na educação. (SILVA, 2020).

Para além de uma formação de docentes é necessário construir um espaço escolar aberto para as relações étnico raciais e compreender a importância dos desafios que o ensino de história e ações pedagógicas precisam atingir para fins de combater práticas discriminatórias. Uma das

formas de combatê-lo é pluralizar o racismo e entender que ele advém de diversas instâncias sociais que silenciam o povo negro, além de perceber que o processo histórico produziu muitas desvantagens e, portanto, a escola como espaço dialógico pode contribuir a reparar esses danos por meio de um ensino étnico-racial (SILVA, 2020).

Daiane Barreto Martinhago (2016) aborda contribuições de suma importância para alargar nossa compreensão e entender melhor de como nossos alunos negros podem está sendo “olhados” na escola, coloca que o silêncio dos professores diante do preconceito, da discriminação e do racismo é outro fator que reforça relações de desrespeito étnico-racial no cotidiano escolar, fazendo com que os estudantes entendam as diferenças de fenótipos entre brancos e negros como desigualdades naturais.

Também levanta uma questão importante em que a educação tem papel central no enfrentamento dos preconceitos em geral do racismo em particular. Que a escola, enquanto instituição que contribui para a formação humana e não de se eximir de uma postura política, que é dever se posicionar contra a discriminação e a favor da emancipação dos grupos discriminados (MARTINHAGO, 2016).

Ressalta-se a relevância do corpo docente, que precisa dialogar com o espaço da sala de aula e questionar, se as escolhas dos professores têm sido fundamentadas por um padrão hegemônico e se estas inclinações reproduzem discriminações e se o ensino não contempla a diversidade dos nossos alunos, a escola precisa de docentes afetivos com a causa antirracista que promovam interação com o mundo que transita entre o passado levando em considerações as tradições, hábitos, costumes e as inovações do presente bem como a perspectiva para o futuro (SILVA, 2020).

A educação escolar pode e deve partir de um diálogo sobre a definição do trabalho docente para com as coletividades, enfatizando sua importância na construção de posições antirracistas a partir do processo de troca de conhecimentos, bem como da importância da compreensão do papel do corpo docente no processo de formação dos atores sociais, fomentar sujeitos ativos (SILVA, MARQUES, 2015).

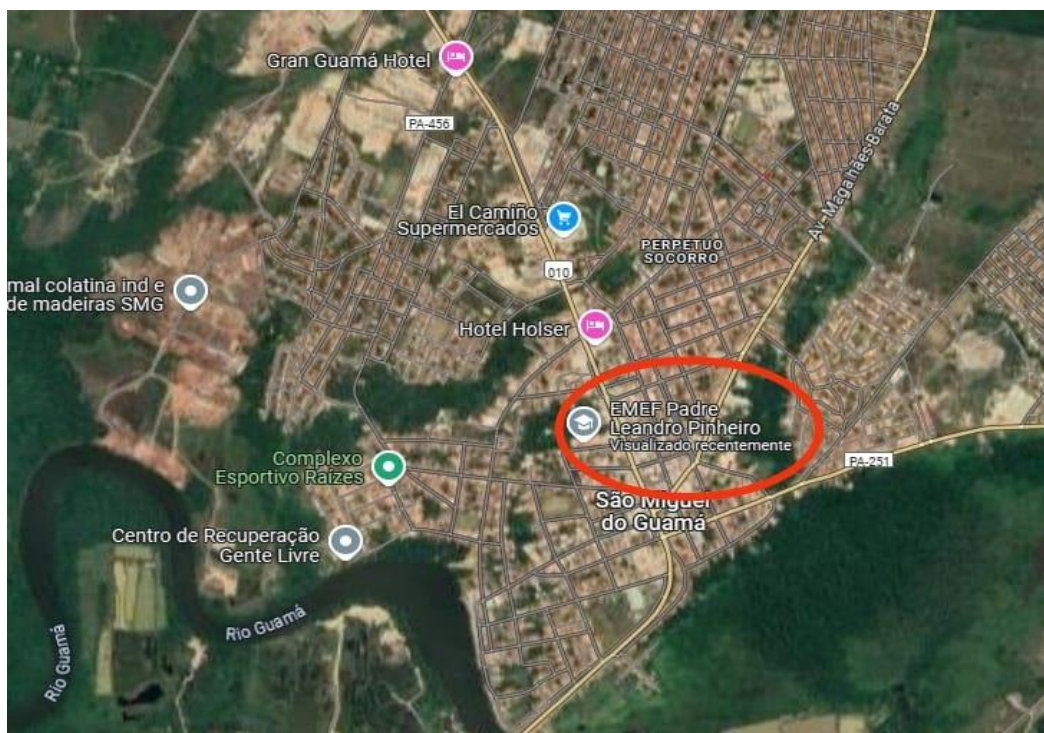
Falar de ensino de História, também é preciso conhecer melhor sobre espaço escolar, adentremos com um breve resumo da história da Escola Padre Leandro Pinheiro, fundada em 17 de junho de 1969, com o nome de Ginásio Estadual Padre Leandro Pinheiro em homenagem ao Sacerdote e Político Padre Leandro Pinheiro. O Padre foi durante muito tempo pároco da igreja matriz do município de São Miguel do Guamá. A escola está localizada na parte central da Cidade de São Miguel do Guamá, às margens da BR 010 (PPP, 2023).

Conforme consta no histórico do Projeto Político Pedagógico o prédio atual da escola Padre Leandro foi construído em 1972 no governo de Fernando José Leão Guilhon. Em 1973, o ginásio transferiu-se para o novo prédio onde as aulas passaram a funcionar somente no horário noturno, mas depois passou a oferecer turmas no horário diurno também. Em 1980, o estabelecimento deixou de ser Ginásio Estadual e passou a se chamar de Escola Estadual de 1º grau Padre Leandro Pinheiro (PPP,2023).

Em 1986, a escola foi reformada e foram construídos: uma quadra de esportes, o muro externo e quatro salas. Com a instituição da Lei Darci Ribeiro (9394/96) a escola mudou a sua nomenclatura de ensino e passou a ser denominada, Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Leandro Pinheiro (PPP, 2023).

Em 1999, ocorreu a municipalização do Ensino, passando a Escola a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Leandro Pinheiro. Em 2001, foi construída pela Prefeitura Municipal, na gestão do Sr. Guilherme Costa, um bloco contendo três salas de aulas, uma sala para professores (com dois banheiros), copa cozinha e uma pequena passarela. Em agosto de 2007 a escola foi reformada na administração do Sr. Vildemar Rosa Fernandes. Em 2016, na gestão do Sr. Francisco das Chagas Sá, a escola passou novamente por outra reforma, onde foram construídas sala de informática, auditório e ampliação dos banheiros (PPP,2023).

Mapa 1- Mapa de localização da E.M.F Padre Leandro Pinheiro



Fonte: Google Maps (2025).

Imagem 1- Frente da Escola



Fonte: Autor (2025)

Imagem 2- Corredor de Entrada



Fonte: Autor (2025)

Imagem 3- Blocos de Sala à direita do Corredor de Entrada



Fonte: Autor (2025)

Imagem 4 – Refeitório e Quadra de areia o fundo.



Fonte: Autor (2025)

Imagem 5 - Bicicletário à esquerda do Corredor de Entrada.



Fonte: Autor (2025)

Imagem 6 – Área de lazer ao ar livre



Fonte: autor (2025)

No cerne do projeto político pedagógico desta instituição escolar é importante ressaltar as propostas e metas referentes aos índices de redução de reprovação, evasão escolar, estratégias de acolhimento de empatia e de atenção à qualidade das relações socioemocionais. Entre os seus objetivos, pode-se destacar a necessidade de reduzir desafios acentuados no letramento e nos cálculos matemáticos, os quais se aprofundaram no período da pandemia. Além disso, visa recompor e acelerar o processo de ensino e aprendizagem no contexto pós-pandêmico (PPP,2023).

A formação continuada dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Leandro Pinheiro é uma ação que visa alcançar mudanças qualitativas na prática pedagógica e no processo de ensino aprendizagem. Tal formação está assegurada no Projeto de formação continuada organizado pela coordenação pedagógica, tendo como principal referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, que embasada na Constituição federal prevê no artigo 67 a formação continuada dos professores e BNCC (REGIMENTO ESCOLAR,2023, p.14).

A escola e o currículo, na prática pedagógica cotidiana, devem priorizar conceitos que traduzam sentido/significado para os estudantes e que os desafiem à reflexão e (re)significação de sua aprendizagem. Reelaborar conceitos como cidadania, ética, justiça social, religiosidade, inclusão, diversidade, consciência corporal, sexualidade, sustentabilidade, respeito às diferenças, combate às desigualdades, alteridade, etc., deve ter primazia nas discussões levantadas e necessita compor as intencionalidades nos planejamentos escolares sendo

orientados pelas diversas áreas de conhecimento e constantemente tensionados pelos atores que participam da construção da escola que se pretende democrática, participativa e inclusiva (DOCUMENTO CURRICULAR,2023,p.59).

Nesse contexto, a escola tem a finalidade de proporcionar à comunidade educativa a inserção de um segmento sustentável para alcançar metas de conhecimentos práticos e teóricos a fim de preparar para uma realidade existente compatível com os desafios em que cada indivíduo se insere. Há e existência de um ponto crucial presente do PPP da escola que é preparar, capacitar e possibilitar a esses agentes da educação, um ambiente de trabalho em que as relações interpessoais sejam impulsionadoras do trabalho em prol da qualidade do ensino (PPP,2023).

Ainda de acordo com o PPP, destaca-se em seus objetivos específicos um item importante que nos chama atenção para o debate deste capítulo, que é estudar a história e cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais (PPP,2023, p.27). Fica evidente aqui neste ponto que há as intencionalidades de promover uma educação étnico-racial neste espaço escolar, mas também é possível observar no mesmo documento como proposta de tema transversal o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana – Lei nº 10.639/03, alterada pela lei nº 11.645/08.

Dentre essas abordagens e partir de uma leitura mais cuidadosa do PPP e do Regimento Interno da Escola Padre Leandro (REGIMENTO,2023,p.12) é possível compreender que há uma “cultura escolar” o que para (JULIA,2001) pontua como sendo um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, neste sentido a partir de intencionalidades do seu PPP há espaço fértil para uma educação antirracista.

O que dá as devidas possibilidades para a construção de um trabalho de pesquisa como este, que tem a perspectiva de apresentar abordagens para a atuação de uma educação antirracista no ensino de história. Embora essa proposta no Projeto Político pedagógico seja abrangente para uma educação comprometida com uma educação para a equidade, somente isso, não garante a execução da mesma. Logo, cabe questionamentos de exigências pedagógicas para que os alunos negros, mas também os discentes brancos, ribeirinhos etc. que estudam na escola Padre Leandro estejam constantemente fazendo parte dos diálogos que se acomodam na sala de aula.

Como podemos observar existem caminhos abertos e possibilidades para as devidas colaborações de uma educação antirracista neste espaço escolar e para isso acontecer, ações contundentes serão necessárias a partir de questionamentos como: Leis educacionais que fundamentam uma educação para as relações étnico-raciais acampam na sala de aula da Escola

Padre Leandro? Os alunos deste local de ensino vivenciam experiências pedagógicas para além do mês de novembro, diante do contexto do Dia da Consciência Negra?

Ter as devidas respostas perpassa por aproximar-se de propostas ligadas ao ensino étnico racial para a Escola Padre Leandro Pinheiro e, com isso, novos direcionamentos de ensino chegue na sala de aula com roupagens pedagógicas diversificadas com fins antirracista, mas sobretudo com novas proposições e diálogos que sejam capazes de colaborar com perspectivas que ajudem a mudar nosso modelo de ensino europeizado.

Seguindo esse ponto de análise de proposta de ensino, para (WALSH, 2009) é sobretudo mudar numa perspectiva decolonial do ensino, é nessa perspectiva pedagógica, político-crítica e de-colonial que pode tomar e construir novos sentidos. Assim, acredita-se que teremos a construção de uma nova realidade diferente da que está posta pela nossa educação que oculta a realidade que subalterniza grupos e sujeitos racializados.

Dialogando com (SANTOS, 2013), as escolas tiveram e têm um papel-chave na construção da administração colonial através dos conteúdos que chegam à sala de aula e também dos estatutos dos “nativos”. No entanto, para além e, ao mesmo tempo, em conjunto com esse papel, as trajetórias de vida dos professores e o relacionamento professor-aluno, trazem aspectos que permitem ver a escola como um local único de encontro e produção de sínteses e alternativas, que, na dinâmica do cotidiano escolar, ultrapassam as legislações de segregação de distância formal entre professor-colonizador e aluno-colonizado.

Essas particularidades de cada espaço escolar como sendo único, para (COELHO; COELHO, 2021) chamam de Cultura escolar afirmando que a História ensinada na escola é resultado de uma construção específica, comprometida com os objetivos da Escola e permeada pela cultura escolar. Ela é fruto de uma operação que articula o conhecimento historiográfico, os saberes didático-pedagógicos, as demandas do currículo, a experiência do professor, entre outros fatores.

Para preencher parte dessa lacuna de desigualdades na nossa educação brasileira e obviamente no ensino da Escola Padre Leandro, deve-se considerar a necessidade do aluno de pertencimento à história, porque é algo também a se considerar no processo de apropriação do conhecimento, o discente, sejam negros, brancos, quilombolas, alunos da periferia, todos os sujeitos que frequentam a escola precisam se ver nestas histórias contadas, mas sobretudo contemplar as suas representatividades. (NUNES; MACEDO, 2018).

O ensino de história no meu espaço de trabalho, assim como nas diversas instituições escolares brasileiras a partir das abordagens e explicações conduzidas por Silvio Almeida (2018), ainda se restringem ao colonialismo que discrimina negros e os estigmatizam

historicamente, essa realidade pode mudar a partir de ações docentes por meio de uma educação antirracista, na qual o aluno seja um agente de conhecimento, participativo nas ações realizadas pela escola.

A escola e sua prática docente têm a responsabilidade de reverter esse ensino que ofusca a representatividade do aluno negro. Para (SANTOS,2013) foi no espaço escolar que se difundiu e que se produziu o controle dos corpos e a implantação da ideologia colonial, a qual está associada aos conteúdos escolares e à “missão civilizatória” europeia. Diante dessa consciência de entender que é no espaço escolar que é possível combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras, que afasta e estigmatiza grupos sociais.

O debate vem atravessado de advertências de como colaborar para que a escola seja um espaço que permite aos sujeitos desenvolver-se como sujeitos reflexivos. Portanto, a Escola Padre Leandro como espaço de produção de conhecimento deve produzir experiências capaz de mudar vidas através de um ensino de ande na contra mão de um ensino hierarquizado, racista, como muitas das nossas escolas brasileiras que ecoam um ensino de história muito distante do uso da legalidade da Lei 10.639/03.

Para (MARTINHAGO, 2016) Após a escravidão, os negros não foram integrados de modo justo e equânime na sociedade e passaram anos reivindicando seus direitos por meio de diversos movimentos. Esses movimentos, por sua vez, resultaram na promulgação da Lei n. 10.639, que busca o reconhecimento positivo, a valorização da cultura afro-brasileira e a afirmação de direitos dos negros à educação. Para que haja a minimização e a possível eliminação das desigualdades étnico-raciais, faz-se necessária a implantação e a efetivação de políticas afirmativas que se preocupem em combater o racismo contra os negros, e contra os demais grupos marginalizados, e que promovam a igualdade de oportunidades para todos, culminando assim numa sociedade mais democrática, justa e igualitária.

Pontos cruciais no ensino devem ser acionados para recolocar o aluno negro em posição de igualdade na sala de aula, no entanto, ao mesmo tempo em que a legislação específica sobre a inclusão da história da África nas escolas brasileiras pode ser considerada um avanço no campo da prescrição, africanistas sinalizam para a evidente constatação de que mesmo com as iniciativas vivenciadas nos últimos anos, muito ainda está por fazer (OLIVA, 2009).

Para além disso colaborar com a emancipação desses sujeitos através da aprendizagem de um nova abordagem de ensino que colabore para o aluno se tornar reflexivo e representado pelo conteúdo de história, sobretudo se construirmos novas formas de aprendizagens compreendendo que isso não é um ato instantâneo, imediato, mas que se concretiza por ações

reflexivas que permitam a articulação dos saberes adquiridos e que estejam em relação com a realidade dos alunos (PERRENOUD 1999).

Não podemos nos isentar de construir um espaço escolar de igualdade, já que o ensino que permeia o chão da sala de aula, que as ciências naturais comprovem que a humanidade tem origem única e que, definem, portanto, que não existem raças humanas, no âmbito das ciências sociais e humanas. Na interação entre homens foi construído um conceito de raça, o qual traz consequências sociais que exigem a tomada de medida para eliminar os danos causados às populações negras (OLIVEIRA; SACRAMENTO, 2010).

Portanto, uma das principais medidas deste trabalho é contribuir, através do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, para uma educação inclusiva e antirracista. A preocupação maior é dar visibilidade à diversidade da experiência negra em vez da mera substituição de etnocentrismo europeu (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2009). Essa visibilidade pode acontecer ao passo que as práticas docentes sejam pontos de inserção de grupos minoritários na construção do ensino que faz a escola caminhar e que participem da construção PPP da Escola Padre Leandro.

É preciso contemplar a Escola Padre Leandro com práticas metodológicas e teóricas que não sejam em hipótese alguma conduzida e montadas apenas no livro didático, mas que tais práticas da escola se contrastam à uma educação pautada no eurocentrismo e na branquitude, e o ensino da Padre Leandro tenha a perspectiva de uma educação para o ensino das relações étnico-raciais e combater de forma contundente o racismo ou racismos que perpetuam no ambiente escolar e principalmente contribua para visibilizar a diversidade de alunos que a escola atende.

É impossível pensar qualquer transformação nas relações sócio-raciais sem passar pelo currículo escolar e, ou melhor, pelo currículo da educação profissional e tecnológica, posto que o trabalho constitui um campo em que as relações se encontram permeadas pelas mesmas ideologias raciais que sustentam as práticas racistas de eleger a cor da pele das pessoas como critério de discriminação e de exclusão dos sujeitos nas relações cotidianas (COSTA, 2008, p. 77, apud FILHO, ALVES, 2021, p. 54).

Refletir sobre o currículo escolar do município de São Miguel do Guamá com criticidade, certamente pode contribuir para combater um currículo eurocentrado, com isso abrir portas para uma educação para as relações étnico-raciais que pode contribuir com dispositivos de resistência a partir de práticas pedagógicas antirracista. É necessário combater à colonialidade do poder que ainda perdura e se estabelece forjando uma hierarquia racializada em que brancos tem garantias de uma monta de benesses, por outro lado vai apagando as

diferenças históricas, culturais de negros como identidades comuns e negativas (WALSH,2009).

Para Thiago Henrique Mota (2021,p.17) a educação tem sido um dos eixos estruturantes da manutenção do racismo no país, particularmente no que toca ao currículo. A discussão do autor é de suma importância para fundamentar este trabalho de pesquisa quando coloca que o currículo do ensino de História é racializado em grande , para ele o currículo é partindo da construção da nação e das contribuições da população eurodescendente na cultura, na economia, na política, nas artes, na organização social.

Corroborando com (MOTA,2021) o currículo do ensino de história ainda é muito íntimo das demandas eurocêntrica e os conteúdos lançado na sala de aula em grande parcela estão munidos de dispositivos racistas colocando principalmente nosso aluno negro em desvantagens no espaço da escola. Desconstruir isso perpassa por proposições contidas na educação guamaense, em que a prática docente pode fazer uso de documentários de pessoas que sofreram preconceito, discriminação, violência e racismo; falar sobre a importância da consciência negra no Brasil, ressaltar as lutas dos LGBTs, das mulheres e negros por direitos iguais.(DOCUMENTO CURRICULAR DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ,p.481,2020).

Neste sentido, para que aconteçam as devidas mudanças nas práticas pedagógicas da Escola Padre Leandro, é necessário que o ensino possa atender a diversidade dos alunos presentes na escola como; ribeirinhos, quilombolas, alunos do centro e da periferia da cidade de São Miguel do Guamá. Tais mudanças devem ser apontadas para estes alunos que somente serão atendidos com transformações significativas com os atravessamentos necessários por meio de um ensino voltado para uma educação das relações étnico-raciais.

É necessário um chamamento para essa questão, embora as leis, assim como o documento curricular de 2020 e o PPP da escola assegurem que aconteça um ensino pautado no antirracismo, nem sempre isso é garantia que isso acontecerá no chão da escola. As práticas docentes, os mecanismos que são acionados dentro do currículo escolar e o agir didático são de extrema importância para que os alunos que ainda não são considerados protagonista na produção de conhecimento possam se tornar sujeitos históricos e conscientes de seu papel em contexto de diversidade e equidade.

Enquanto a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" estiver ofuscada no espaço da escola é certo que teremos um lugar que alimenta aquilo que o ensino deveria desconstruir, ou seja, o racismo, que é um mecanismo que se baseia na ideia de superioridade de uma raça ou cor em relação a outra e só

se consolida porque uma delas se sente superior e a outra é posta na condição de inferior. Nessa relação de indivíduos e nessa conexão de superior-inferior é que os preconceitos de raça são constantemente realimentados (ALBERTI, 2020).

Para Alberti (2020), nossos alunos que se identificam e são identificados como brancos têm muito a ganhar como um ensino qualificado das histórias e culturas afro-brasileiras. Se um menino se identifica como branco se acha no direito de xingar um colega de classe identificado como negro por causa da sua raça ou cor, esse mesmo menino precisa de ajuda quanto ao colega que sofre o preconceito, porque o racismo é um problema que envolve todos. Para desmontar esse ensino presente na nossa escola que favorece uns em detrimento de outros “é vital reconhecer que identidades racializadas são produtos da história” (GROSVENOR apud ALBERTI, 2020 p.34).

Precisamos atuar fortemente com uma educação étnico-racial de qualidade para desconstruir esse racismo escamoteado que proporciona vantagens cotidianamente para um determinado grupo, isso só acontece porque infelizmente ainda se perpetua um ensino muito eurocêntrico que é atravessado e por um currículo escolar dentro da ótica do colonizador e encabeçado pelo livro didático que responde às mesmas demandas que oprimem os grupos minoritários.

Devemos estar muito atentos no processo educacional que atravessa nossas salas de aulas; combater o racismo exige de nós professores estratégias muito substanciais e dinâmicas o tempo todo porque o racismo é um mecanismo complexo assim como suas manifestações estão em constantes mudanças em relação a condições históricas e políticas (ALBERTI, 2020).

É preciso estratégias para colaborar numa perspectiva de mudança na educação na Escola Padre Leandro Pinheiro e combater o racismo no ensino. Necessita-se buscar conhecimentos e atravessamentos nas experiências dos africanos e seus descendentes como sujeitos históricos, mesmo durante o período em que foram escravizados, pois não podemos esconder as atrocidades do sistema escravista, mas podemos falar desse conteúdo em sala de aula sem reforçar ainda mais estereótipos (JALES, 2021).

É preciso manter o equilíbrio, as estratégias pedagógicas precisam mostrar as diferentes formas de resistências, que não eram sujeitos passivos ou vítimas, pelo contrário são sujeitos históricos que negociam e renegociam relações de poder o tempo todo. São muitas possibilidades de estratégias pedagógicas e abordagem históricas culturais afro-brasileiras em sala de aula. Tais mecanismo pedagógicos precisam trazer experiências e identidades locais, mostrar a relação dos sujeitos com seus descendentes africanos como atores sociais e políticos.

Neste sentido, serão realizadas mudanças contundentes no espaço de sala de aula da Escola Padre Leandro.

Cabe ainda dizer que a Escola Padre Leandro, enquanto um espaço multiétnico que atende uma gama de alunos de diversos espaços, sejam eles quilombolas, ribeirinhos ou da cidade, tende a conter conflitos raciais que o corpo docente da Escola precisa se apropriar dos conhecimentos da educação das relações étnico-raciais (ERER), não só por ter alunos brancos ou negros, para além disso, que o a escola contemple um ensino dentro da legalidade da Lei 10.639/03.

O meu trabalho enquanto docente da Escola Padre Leandro tem essa perspectiva antirracista que seja capaz de intervir nesses conflitos adquiridos por uma educação eurocêntrica, porém, com um planejamento pedagógico de qualidade, é capaz de dialogar com questões tão sensíveis, como é o caso do racismo. Sem o necessário investimento no domínio teórico sobre como o racismo se manifesta, não é possível planejar processos didático-pedagógico que promovam a sua crítica e sua eliminação (COELHO; COELHO, 2021).

O racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo. Neste sentido, consolidar as estruturas de cidadania no nosso ensino começa com a discussão sobre os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e por extensão no sistema escolar que é importantíssima (MUNANGA, 2005). Um dos desafios de lutar contra o racismo estrutural é que ele nem sempre é nítido; pelo contrário: acontece nas sutilezas, na raiz das relações, “o tempo todo se reforça o modelo eurocêntrico, seja na moda, nas questões que envolve a dramaturgia” (FARIAS, 2023).

A compreensão de como se manifesta o racismo no currículo escolar pode ajudar neste sentido a necessidade urgente de desconstruí-lo. Para isso, nós professores devemos encaminhar para a sala de aula processos didáticos-pedagógicos que discutam as categorias étnico-raciais presentes em nossa sociedade que problematizem e exponham o racismo, que critiquem as narrativas tradicionais sobre nossa formação e que reconheçam os diferentes pertencimentos étnico-raciais (COELHO; COELHO, 2021).

Essa problematização de destruir o racismo no espaço escolar perpassa pela compreensão de muitas culturas, sobretudo a africana, o processo de ensino e aprendizagem que ocorre ao longo da vida e o histórico da população negra é marcado por resistência e luta que é pertinente que essa questão seja abordada nos cursos de formação de professores (SILVA, 2020).

Desconstruir o racismo é também fazer políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias de ingresso a essa população, além da permanência e sucesso na educação escolar. Ações que promovam a valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, bem como a aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para a continuidade dos estudos visam articular as condições para alcançar todos os requisitos (DCNERER). Nesses sistemas de reparação dos danos históricos aos negros, Carneiro (2022) nos faz pensar que é nessa esteira que se justifica a discussão proposta, já que, no processo histórico a população negra foi e é fração de classe mais afetada pelas forças materializadas do colonialismo, conseqüentemente, negando os saberes e os fazeres das populações afro-brasileiras.

Quando as políticas de reparações não acontecem, o racismo persiste no nosso contexto educacional, tal qual como no ensino de História, com muitas desvantagens em relação a histórias e culturas afro-brasileira em um espaço escolar que assegura essa desordem hegemonicamente de base eurocêntrica que leva para além da sala de aula um tratamento desigual (CARNEIRO, 2022).

Diante desses diálogos até aqui compreendendo das nuances eurocênticas no currículo escolar, é preciso agir e colaborar com nosso espaço escolar por meio de um ensino antirracista que fortaleça os saberes da população negra e não a negligencie. Para além disso seja capaz de combater essa negação de grupos minoritários que atravessa a sala de aula condicionada, infelizmente, por um ensino ainda colonialista.

1.1 DIÁLOGOS TEÓRICOS CONTRIBUINDO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA REFERENCIANDO AS PRÁTICAS PRESENTE NO CHÃO DA ESCOLA.

A proposta deste capítulo é fomentar como as ações de uma educação antirracista cada vez mais democratizam o espaço escolar a partir das práticas docentes que possibilitam combater essa desigualdade racial e, para além disso, pontuar como acontecem esses diálogos no chão da escola Padre Leandro entre ações antirracistas e ensino prático no chão da sala de aula, dialogando com as diversas teorias que problematizam um ensino em face de um currículo “descompromissado” com suma educação étnico racial.

O espaço escolar que tende a se vestir de conteúdo tipicamente eurocêntricos sem sombra de dúvida conduz um racismo que se projeta cada vez mais de forma desmedida nas ações práticas pedagógicas da escola, causando danos imensuráveis aos alunos negros presentes na sala de aula. Neste sentido, uma das maneiras de se projetar para minimizar os problemas do

chão da escola que se ausenta de diálogos antirracista é levar para este espaço uma educação de qualidade com base nas relações étnico-raciais.

Iniciar um processo de transformação desse tipo de ensino necessita-se entender melhor como ele ocorre na Escola padre Leandro Pinheiro e, para isso, é necessário compreender a “cultura escolar” como conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e os comportamentos a revelar, como também um conjunto de práticas que permitem a transmissão e a assimilação de tais saberes e a incorporação destes comportamentos (JULIA *apud* VIÑAO, 2007). Ao passo que a cultura escolar está institucionalizada como conjunto de teorias e práticas sedimentadas no seio da instituição escolar ao longo do tempo, a sua apropriação e assimilação explicaria a inércia do professor que reproduz mecanicamente, por mimetismo e sem distância crítica (VIÑAO, 2007).

Buscar essa autonomia crítica entre nós professores é uma resposta a esta inércia institucionalizada que recai sobre o ensino pontuada por Antônio Viñao no parágrafo anterior, principalmente de história, que sobrevive sendo alimentada das permanências das desvantagens dos alunos negros, pois a cultura escolar que se perpetua na contemporaneidade está emoldurada de “cultura branca” em que este tipo de cultura escolar acaba fortalecendo, sedimentando racismo e estereótipos (VIÑAO, 2007).

Como destaca-se o caráter relativamente autônomo da cultura escolar, a escola não se limita a reproduzir o que está fora dela, antes adapta essa realidade, transforma e cria um saber e uma cultura própria, a importância das disciplinas escolares enquanto produtos específicos ou criações próprias da cultura escolar e resultado da mediação pedagógica num campo de conhecimentos (VIÑAO, 2007).

Esse paradigma de cultura escolar instalado na atualidade que sedimenta um racismo perverso pode ser transformado através do ensino galgado numa educação étnico racial em que o campo de conhecimento do ensino de história pode fazer essa mediação para que urgentemente traga para a sala de aula um espaço construído de reparação histórica através dos conteúdos de história.

Para (LOPES, 2021), a cultura escolar está relacionada ao contexto do espaço escolar que deve ser entendido como locus de análise sobre a prática do professor e das relações que se estabelecem com os alunos e os conteúdos que são ministrados, sem deixar de ressaltar os conflitos e as discriminações como componentes diárias desse contexto de ensino. A autora Siméia de Nazaré Lopes (2021) ainda coloca que a inclusão de temas relacionados às relações étnico-raciais tende a forjar novas condutas a demonstrar comportamentos críticos a se impor

em sala de aula, diante da resistência que se percebe a seleção de conteúdos que possam abordar as sociedades tradicionais e afro-brasileiras nos currículos escolares como atores históricos.

É nessa articulação e na experiência como docente de história que me trazem as devidas reflexões de compreender o fato de que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado por naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos socialmente considerado minoritários (ALMEIDA, 2018).

Diante dessa cultura escolar exposta faz-se necessário propor reformas em diversos dispositivos presente na sala de aula para que não seja ignorada a existência das representações do povo negro. O relativo fracasso das reformas educativas que sucedem uma atrás das outras, abalando só superficialmente o que sucede nos centros docentes e nas aulas, deve-se entre outras coisas, a um presenteísmo ahistórico que ignora a existência de culturas escolares formadas por regularidades e tradições que governam a prática e a organização do ensino e da aprendizagem, e que constituem um produto histórico (VIÑAO, 1996, 1998, 2001).

O ensino presente no exercício cotidiano dos professores por enquanto estão distanciados de uma cultura escolar antirracista, ainda se reproduz a cultura e representação do negro no passado, os alunos do presente não se sentem representados. Diante de tamanha disparidade de exigências, a escola aceita, assume e consolida as desigualdades existentes na sociedade, sejam elas de ordem social, cultural ou étnico-racial. Assumindo-se a ideia de que a escola é igual para todos, implicitamente se assume também que cada indivíduo chega onde sua capacidade e esforço pessoal lhe permitem, sendo ignorados os pontos cruciais de desigualdades impostos pela sociedade (ERNESTO, 2008).

Dessa forma, não podemos aceitar as características dessa cultura escolar que leva um ensino desigual que permeia nosso chão de sala de aula, construindo uma sociedade onde a meritocracia parece ser a resposta desse processo educacional posto nas nossas escolas. Tendo essas questões postas enraizada, a alternativa para a mudança desse paradigma é consolidar com urgência uma educação étnico-racial.

Neste sentido, a consolidação de uma educação antirracista deve mudar o processo desigual presente nas instituições escolares, e a Escola Padre Leandro Pinheiro, não foge à regra. Portanto é preciso compreender como uma escola pode mudar seus dispositivos educacionais outrora colonial e passar a inserir uma educação voltada para o ensino das relações étnico-raciais. Para isso acontecer é necessário defender a inserção e uso da lei 10.639/03 para que nosso ensino atenda às necessidades dos nossos alunos negros.

A Lei 10.639/2003 como sabemos é resultado de muita luta do movimento negro e no bojo dessa luta a educação ganha uma envergadura significativa na construção de uma educação

étnico-racial. No entanto, seus efeitos só serão de forma perceptível a partir de uma atuação docente que provoque mudanças nas práticas dialógicas sobre a questão racial dentro do espaço escolar.

É importante tomar conhecimento do processo de construção de identidade negra, processo esse marcado por uma sociedade que para discriminar os negros se faz uso da desvalorização da cultura de matriz africana como também dos aspectos físicos herdados pelos descendentes africanos. De um jeito ou de outro efetivamente há estigmas a serem combatidos e revertidos. Nesta perspectiva essa ressignificação é a pauta dos movimentos negros da segunda metade do século XX, assumir-se negro passou a significar a incorporação de orgulho da herança cultural de africanos que aqui chegaram como sujeitos escravizados (MATTOS; ABREU, 2008).

Essa pauta levantada de orgulho e significação do ser negro deve ser uma política também de um novo direcionamento do nosso ensino de história em que se evidencie a valorização da cultura do aluno negro como efeito de reparação também, uma vez que, há uma ausência desse tipo de debate nos paradigmas educacionais que atravessam nosso ensino de história na sala de aula que precisa ser problematizado.

Combate ao racismo e a discriminações com práticas pedagógicas elaboradas com o objetivo de atender a uma educação das relações étnico/raciais positivas com objetivo de fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifique as influências, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (Brasil, 2004, p. 16, apud MATTOS e ABREU).

Diante disso, algumas estratégias culturais podem ser usadas como recursos metodológicos no ensino através de representação do negro, também deve servir com finalidade de fazer alguma diferença, por isso é necessário com urgência, com intuito de mudar as disposições de poder, que os espaços “ganhos” possam fazer a diferença ainda que poucos. Aqui, o espaço escolar ganha o foco para construir ações contra o racismo e os privilégios dos brancos, pois tais espaços já conquistados pelos negros com muita luta e resistência estão sempre meticulosamente policiados e regulados (HALL, 2003).

As proposições até aqui pontuadas para fins de uma educação étnico-racial servem para reflexões, mas também devem ser usadas para provocar novas estratégias metodológicas e levar avanços cada vez mais contundentes e diálogos de como as representações do negro possam cada vez mais ser potencializadas para abrir espaços numa educação ainda controlada pelo

eurocentrismo. Se é preciso pensar em novas estratégias que abordem os negros como partícipe do processo curricular conforme formulou Mattos e Abreu (2008), o professor precisa ter cuidado para não cair na tentação de heroicizar os personagens negros da história, simplesmente replicando o que a antiga historiografia com personagens em sua maioria “brancos”.

Por outro lado, uma abordagem crítica das biografias sugeridas permitiria historicizar, através de exemplos concretos, as formas diferenciadas de ser negro e de conviver com a presença do racismo nos diversos contextos da história brasileira (JALES, 2021). Os cuidados com essas abordagens metodológicas são essências para não categorizarmos negros como protagonismos nos diversos espaços, não que isso não seja importante, mas sobretudo que não passem despercebida as criticidades que devem ser feitas dentro da sociedade brasileira e notadamente no espaço escolar.

Segundo Munnanga (2005), o ponto de vista da identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas ou negras e amarelas. Entender a chamada identidade negra que resulta de um processo histórico de relações mercantilistas, escravidão e colonização. É neste contexto que nós devemos entender a identidade negra, visto que, identidade branca e amarela, não passaram por uma história dos brasileiros portadores de pigmentação escura, em nenhum momento a cor branca ou amarela foi objeto de representações negativadas.

Problematizar a identidade negra na escola deve fazer parte cotidianamente e politicamente das atividades metodológicas no trabalho de nós professores, pois como já exposto, os negros, sejam mulheres, homens, jovens, adultos, periféricos ou não, são populações que precisam de reparação histórica e a sala de aula é um espaço crucial para elevar esse processo de desconstrução de estereótipos, racismo presente no currículo escolar.

Neste sentido, esse debate corrobora para uma identidade de resistência em oposição às condições desvalorizadas impostas pela ótica eurocêntrica presente no nosso currículo. Essa reparação histórica perpassa por garantias de direitos dentro de um processo de construção vinculado a um Estado de direito e democrático. Uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos (MUNNANGA, 2005).

Nestas condições os prejuízos podem ser enormes quando o espaço escolar deixa de problematizar a existência do racismo, junto com isso a falta de reconhecimento de identidade negra pode infligir uma ferida cruel nas suas vítimas. Para (MUNNANGA, 2005) a existência da ideia de que no mundo da educação é um lugar privilegiado. Essa ideia constrói mais subsídio

nas relações diferenciadas na sociedade que permite, alargar assim as lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas.

Dentre essas relações sociais que acontecem no espaço escolar, contudo para que as mudanças aconteçam através de uma educação para o ensino das relações étnico-raciais é necessário mudar as estratégias metodológicas de diversos locais para que o modelo do colonizador arraigado na educação possa ser modificado. Segundo como afirma Munanga (2005), ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional permite direcionar os debates em sala de aula para a redução das práticas de preconceito, bem como oportuniza a busca por igualdade e justiça para todos. Para tanto, a proposta de mudar o currículo da educação básica, pode refletir as perspectivas, expectativas e as experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais, e sociais-realçar a convivência harmoniosa dos diferentes grupos.

Para essa busca de igualdade ocorrer no espaço da escola Padre Leandro Pinheiro, além de todos esses apontamentos colocados até aqui sobre o uso efetivo de uma educação para as relações étnico-raciais, de formação docente e de mudanças de estratégias pedagógicas. É indispensável lutar para o uso cotidiano do efetivo exercício das leis que fundamentam a legalidade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

É necessário compreender a importância da implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo escolar e seu cumprimento e aplicação da educação das relações étnico-raciais é um passo fundamental para que uma política antirracista se torne realidade nas nossas escolas e isso pode perpassar pela consciência dos docentes (SILVA; SEVERO, 2021).

O espaço específico ocupado pelos docentes no âmbito escolar é crucial e bem presumível ser um espaço multiétnico e tais docentes para sanar os possíveis conflitos necessitam de conhecimentos de ensino das relações étnico-raciais, esses conhecimentos serão imprescindíveis não só para alunos negros, mas também para os alunos não negros, daí a importância da prática da lei 10.639/03.

O espaço escolar precisa ser questionado enquanto local de exclusão das minorias, essa exclusão identitária se torna evidente quando a lei que legitima uma educação étnico-racial não acontece. É a partir dessa compreensão que começa a dar sentido no processo de reparação das incorreções históricas, que segundo Luanna Jales a superação dessa ausência “ocorre por meio dos atos de resistência” (JALES, 2021, p. 212). A partir do momento em que a escola não se posiciona diante da violência do racismo, para o aluno negro, a escola torna-se um lugar de

exclusão e o branco passa a ideia equivocada de superioridade racial, por isso a urgência do cumprimento da Lei 10.639/03.

Portanto nós professores fiquemos atentos cotidianamente no intuito de defender a equidade racial no espaço de nossas escolas. Não somos iguais, torna-se necessário buscar essa equidade para que possamos ter oportunidades justas de acesso fundamental aos direitos básicos. Então quando falamos sobre equidade racial, partimos da ideia que não existe uma igualdade real de condições e oportunidade no nosso país (SILVA; SEVERO, 2021) e por conseguinte no nosso espaço escolar notadamente no ensino fundamental. Essa igualdade de condições só pode se manifestar ao passo que certas estruturas como o currículo passem por mudanças.

Preparar nosso chão de sala de aula como um espaço de igualdade, precisamos compreender como percorre nosso currículo escolar, que sem sobra de dúvida requer questionamentos para fins de melhoria no ensino. Tendo que o currículo é uma invenção social, criado por grupos hegemônicos, ele torna-se um reflexo daquela cultura e modos de ser e pensar o mundo (SILVA; SEVERO, 2021).

Sabemos que a sala de aula é um lugar de pluralidades e cada aluno carrega em si sua própria cultura além dos muros da escola. Aqui surge um primeiro e dos mais importantes pontos de exclusão (SILVA; SEVERO, 2021). O mundo apresentado nas escolas era dos brancos, o qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido (RIBEIRO, 2019). Isso significa que os espaços da escola estão demarcados por sistemas de ensino que se perpetuam simbolicamente, sedimentando a exclusão àqueles que deveriam ser representados por legislações afirmadas, mas que, no entanto, não são visibilizadas no ensino.

Sendo assim, pode se dizer que a identidade negra é sufocada e suprimida pelo racismo e pelos estereótipos que o preconceito atribui a essas pessoas. Contestar essa exclusão no ensino é conquistar espaços sobre essa narrativa e ao fazer isso os grupos minoritários reivindicam contar a própria história, essas conquistas são frutos de muitas lutas (SILVA; SEVERO, 2021).

Por isso, fazer uso de um trabalho pedagógico com as minorias no qual seja abordado sob o contexto histórico no qual esses sujeitos estão inseridos, logo, o ensino da história local é um encaminhamento para “definir as demandas dos alunos e a base curricular” (JALES, 2021, p. 213). O público plural que a escola Padre Leandro Pinheiro atende é significativo para discutir o contexto do município e a importância do debate de uma educação antirracista em todos os espaços da escola.

Para seguir a discussão se faz necessário entender a prática do racismo dentro do ambiente escolar e como o ensino de forma geral está ausente de discussões relacionada com

uma educação étnico-racial, portanto nestes moldes se produz exclusão de jovens negros no ensino fundamental. Esse processo de exclusão é inegável que esteja intimamente incorporado ao poder simbólico que o livro didático ainda exerce na sala de aula.

E aqui concordamos com Silva e Severo (2021) que ao folhearmos os livros didáticos e literários disponíveis, visualizamos que destacam os modos e experiências de povos europeus, quando chegamos mais perto dos livros percebemos que, em sua maioria, retratam personagens protagonistas brancos. Poucos são os livros com protagonismo negro e, geralmente, quando isso acontece a narrativa está ligada a assuntos como o racismo, dificilmente estão atrelados a uma temática étnica e, por consequência, não será vislumbrado um personagem negro.

É importante observar que o livro didático ainda é, sem dúvida, um suporte pedagógico que encabeça as práticas pedagógicas nas nossas salas de aulas. O livro didático continuará sendo a primeira escolha como recurso didático e fazer uma análise sobre os seus usos se torna crucial para perceber como a historiografia africana tem sido manifestada de forma minuciosa através dos seus mitos ao longo do tempo, embora a tendência dos mitos criados atenda uma historiografia contada por colonizadores. (DURÃO, 2020).

Segundo Jales, a historiografia brasileira voltou seu foco de interesse para outros sujeitos e grupos, o que gerou o apagamento da história das minorias no Brasil, ou melhor falando, dos grupos “sub-representados” (2021, p. 201). Essa mesma historiografia se posicionou fazendo uso da escravidão no novo mundo no qual proporcionou drásticas mudanças não só nos planos geopolítico, comercial e ideológico, mas principalmente no âmbito cultural. (KALY, 2007).

Ao passo que a historiografia responde às demandas do colonizador essa história passa a ser fundamenta para fins de espoliar e caluniar o africano. No entanto, essa mesma historiografia pode ser utilizada para africanizar os espaços escolares. A história contada é principalmente aquela que chega na sala de aula através dos livros didáticos. Ela corrói as representações dos negros de forma cotidiana exigindo mais energia e esforço para minimizar os problemas produzidos por essa historiografia do colonizador.

Diante disso, está o racismo cimentado no espaço escolar, como também a questão trazida por essa mesma historiografia que é a incapacidade intelectual, para ser desfeita exigem dos negros exaustivos dispositivos cotidianos para enfrentar tais problemas para que não seja uma “representatividade vazia” (JALES, 2021, p. 215).

Na atualidade os negros continuam lutando em busca de cidadania, o racismo espoe arestas que precisam ser corrigidas, as quais molestam socialmente e cotidianamente as representações sobre esse grupo minoritário, mudar esse paradigma através do ensino pode

começar com o esforço diário dos docentes comprometidos com a causa através de ações práticas pedagógicas intimamente relaciona com uma educação antirracista.

Colocar os negros como sujeitos do processo, deve ser também uma tarefa de nós professores de história, mesmo trabalhando um conteúdo dentro do contexto da escravidão é possível buscar estratégias de não reforçar estereótipos na sala de aula, mas sobretudo colocar o negro como sujeito que negocia dentro das relações de poder que permeiam o conteúdo de escravidão e para além deles (JALES, 2021).

Esses saberes precisam estar em relevo comparado a desumanidade e a brutalidade do sistema escravista, se faz necessário demonstrar as práticas culturais, línguas, religiões, artes, culinárias dos africanos. Esses apontamentos precisam aparecer nos conteúdos que chegam na sala de aula. Para isso, pode começar compreendendo que a África até 1880 não estava fechada ao mundo externo, já representava um grande avanço, aliado à percepção da grande pluralidade dos seus países, imprescindível para o aproveitamento de alguma pesquisa na área (DURÃO, 2020).

Sabemos o quanto foi violento o processo colonial, no entanto é possível na contemporaneidade destacar as lutas e resistências dentro do ensino de história e visibilizar a contestação pelo povo negro, não somente do sistema colonial, mas também de outros contextos históricos em que esses sujeitos são tratados de forma “marginal” (JALES, 2021). Neste sentido, nossos alunos negros sentirão representados no âmbito escolar.

Uma forma pratica pedagógica que alude sobre resistência negra de combate os estereótipos do povo africano e´ apontado por (UZOIGWE apud DURÃO, 2020. p.32) que destaca como exemplo, a tecnologia europeia que venceu as batalhas pela instalação no continente africano, se for levado em conta o poder da metralhadora Maxim e seu poder de destruição. Mas é necessário considerar que a permanência europeia no continente encontraria grandes obstáculos. Portanto essa última análise dá legitimidade à luta e responde os preconceitos e racismo que influencia um novo direcionamento no ensino, daí a importância de tomar os devidos cuidados.

Muitos dos conteúdos que chegam na sala de aula para os nossos alunos sedimenta uma ideia distorcida em relação ao povo africano, o colonialismo sempre é apresentado sem a presente relevância para as resistências e as lógicas próprias do povo africano, o que se vê com frequência nos livros didáticos é um processo do “civilizado” resgatando o “bárbaro, ignorante”.

Essa desordem histórica que forja a resistência do povo africano precisa ser desfeita, com estratégias pedagógicas para que o racismo e a discriminação do povo africano possam ser

desmontados na porta da escola e não permaneçam estereótipos em que o negro seguia sendo visto como uma grande criança que precisava sempre da ajuda do branco para conduzi-lo, civilizá-lo, governá-lo e para decidir seu lugar (KALY, 2007).

Para (ALMEIDA,NARVAEZ,p.9.2021) estratégias pedagógicas como relacionar a temática do racismo com a educação e a pobreza possibilita uma série de debates sobre como as discriminações se somam na vida de indivíduos que vivem em situação de desigualdade social. Mudar o direcionamento do ensino certamente levará uma desestruturação do racismo contido no processo educacional para fins de desconstrução de paradigmas arraigado na educação que historicamente fortalece o racismo.

Muitos estereótipos podem ser fragmentados ou fragilizados a partir de conteúdos que demonstrem o olhar e os conhecimentos dos africanos, mostrar um novo direcionamento do ensino de história, que a partir desses conhecimentos ajudam a dissipar “o pintar” do ocidente sobre a África. Neste sentido, se potencializará o conhecimento sobre a África permitindo sobretudo desmontar os estereótipos cristalizados pelo “branco civilizador”.

Também é preciso contrariar a ideia que as conquistas do povo negro foram benesses do colonizador. A primeira “façanha” realizada no novo mundo atlântico dos negros, aconteceu em 1804, com independência do Haiti. Foi o primeiro Estado Negro nos tempos modernos e o segundo estado independente no novo mundo, o Haiti tornou-se a inspiração, a referência e, sobretudo o símbolo do sucesso das revoltas dos negros no Mundo Atlântico (KALY,2020).

Esta é uma excelente estratégia pedagógica de abordar as contestações do povo negro ao colonialismo imposto pelos europeus, aqui pode ser uma forma de reparar os danos às representações dos africanos, embora isso não seja fácil e tão simples. A própria relevância da contestação do colonialismo é ainda muito difícil de ser mensurada, visto que a História só contava as narrativas das vitórias quando as populações inteiras eram subjugadas (DURÃO, 2020).

Essa é uma medida fundamental contra as estruturas sociais e culturais que dão sustentação à discriminação e o racismo, de fato, busca desfazer os equívocos que, tradicionalmente, tem-se alastrado no ambiente escolar, acerca da história e da cultura brasileiras, em especial no que compete ao legado cultural africano (SILVA, p.4.2021).

Tais conteúdos de história podem iniciar com o conceito de resistência em uma perspectiva de compreensão da não vitimização dos sujeitos históricos, desfazendo a perspectiva de uma aceitação das atividades escravistas e de colonização (THORNTON apud DURÃO, 2020, p.35).

Podemos pontuar um desses fatores, no caso africano vale lembrar que o contato com a Europa era secular, desfazendo-se o mito de um continente fechado ao contato exterior (DURÃO,2020). Um mundo mitológico, não tecnológico, incivilizado é um processo construído pelo colonizador com suas estratégias bem definidas para manter seus privilégios. Dentre essas abordagens vimos que a resistência africana deve permear o ensino de história de forma contundente, é imprescindível trazer novas perspectivas de como podemos abordar a África na sala de aula.

Nosso ensino está repleto de mecanismos que difundem o racismo e o livro didático eu diria que é um dos que encabeça esse processo, além de ser um aporte didático norteador no ensino fundamental das nossas escolas, muitas vezes é a única forma de uso de material didático que é usado na sala de aula. Nestes moldes o racismo e exclusão dos nossos alunos negros pode continuar se a Lei 10.639/03 estiver ausente da escola.

Não é só para o passado que a legislação se volta como uma forma de reparação. Comprometida como combate ao racismo e a promoção de uma educação antirracista, a sua implementação requer também a reflexão sobre o racismo e seus desdobramentos, sobre como ele se institui no espaço escolar, como afeta crianças e adolescentes e sobre como combatê-los (COELHO; COELHO, 2021).

Como podemos observar existe um grande problema que precisa ser resolvido no nosso ensino curricular que é a falta de representação dos nossos alunos negros dentro no espaço escolar. A falta de representação das minorias de um modo geral, e da população afro-brasileira visto que o currículo, eurocentrado, xenófobo, torna-se um lugar de exclusão social e identidade e de representação (SILVA; SEVERO, 2021). Enquanto ignoramos a pluralidade do nosso ambiente escolar é certo que nosso currículo escolar estará em certa medida espoliando as minorias, sendo assim é preciso refletir sobre uma educação étnico-racial e construir uma conduta ética e legal do nosso ensino.

Essa conduta legal está relacionada ao uso efetivo devido da Lei 10.639/03 no espaço escolar, pois ela é resultado da luta do movimento negro que busca por justiça e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais que impõem aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos e quebra de confianças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa (SILVA; SEVERO, 2021). Para Muller (2018) após a promulgação da Lei 10.639/03, trouxe algumas mudanças de caráter quantitativos nos conteúdos escolares e no livro didático sobre a inclusão da história e cultura negra e da África. Porém, essas transformações ainda não podem ser consideradas significativas e

impactantes na cultura escolar, pois podem ser compreendidas apenas para atendimento e adequação à demanda legal.

Diane do exposto, sabemos que mesmo os conteúdos que atendam às demandas da legalidade requerente através da Lei 10.639/03 estando cada vez mais presente nos recursos pedagógicos não são insuficientes para dar conta das desvantagens do negro construídas ao longo do tempo no espaço escolar. Não podemos esquecer que o racismo é um processo cambiante, portanto está em constante movimento, isso permite colocar a nossa educação em constante vigilância também para que a luta por uma igualdade no ensino esteja munida de processos dinâmicos também.

Essa invisibilidade no negro em enquanto agente político é um dos nossos desafios no ensino escolar, os negros não aparecem como protagonista, além disso são colocados às margens na produção de conhecimento, o que sustenta a ideia da autora Grada Kilomba (2020) colocando o racismo como um processo que inclui o poder revelado através de diferenças no acesso e partilha dos recursos como educação, moradia, política etc.

Neste contexto, colocar grupos minoritários como atores históricos, a Escola padre Leandro Pinheiro leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para os alunos, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade, sua trajetória explora concepções pedagógicas e a forma de materialização de suas ações, trabalhando sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação comprometida com a formação ética e social do cidadão, e por meio do Projeto Político Pedagógico garante mais ainda que todos os integrantes da comunidade escolar contribuam no processo educacional (PPP,2023, p.20).

1.2-RACISMO, UM BREVE RESUMO DE SUA TECITURA NA EDUCAÇÃO.

Abrir um leque para discutir racismo aqui neste capítulo é de suma importância, porque promove diálogos com possibilidades de ajudar a fomentar nossa compreensão do quanto nossos espaços escolares precisam debater essa questão, para além disso o debate sobre o racismo no chão da escola colabora para ampliar o conhecimento sobre o processo, entender melhor como o racismo se constitui e partir dessa apropriação desse conhecimento, montar cotidianamente estratégias e ferramentas capazes de enfrentar o racismo no chão da Escola Padre Leandro Pinheiro.

A autora Adichie Chimamanda (2009) nos proporciona a entender melhor como o racismo vem se mantendo instalado principalmente no espaço escolar, se o currículo escolar é oriundo de discursos eurocêntricos, e portando neste sentido a história passa a ser contada

somente de um viés, com efeito desse paradigma nossos alunos negros estão fora do processo de uma educação de igualdade o que para autora a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos fazendo com que uma história se torne a única história.

Para início de nossa conversa a escola reflete e absorve daquilo que a sociedade experimenta. Para (BARROS,2005) A escola não é um espaço separado do restante da sociedade e, assim sendo, também é afetada pelo racismo que existe no meio social do qual ela faz parte, ajudando a reproduzi-lo e contribuindo para a sua manutenção. Logo, sabemos que a nossa educação brasileira está regada de efeitos racistas que atravessam os muros da escola, por isso é tão importante estender nossa atenção para que esse mecanismo não se condicione no espaço escolar cotidianamente.

Aqui como nos outros discursos já pontuados neste trabalho de pesquisa, as intencionalidades não é propor soluções para a questão do racismo na escola, porque o racismo como já discutido, é um mecanismo muito dinâmico, e, portanto, cada local requer estratégias diferenciadas, dentro daquilo que compreendemos do nosso espaço escolar, e aqui concordamos com Barbara Carine (2023) quando fala que receitas para tal solução não existem, por mais que queiramos acreditar nelas.

O grave e preocupante preconceito racial não irá ser resolvido tão cedo e a escola como espaço privilegiado para a construção de conhecimentos precisa se posicionar diante desse problema. É provável que ainda vejamos relatos estereotipados de intolerância e desrespeito relacionados ao preconceito racial, esse cancro social herdado do Brasil Império e que ainda se encontra presente entre nós mais de 130 anos de abolição da escravidão (FILHO, ALVES,2021).

A escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. O racismo quando se constitui quando também vai convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, de que homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre são líderes natos (ALMEIDA,2018).

Compreender que o racismo está no espaço escolar e que favorece um grupo em detrimento de outro, já mostra que estamos em alerta para o problema. Neste sentido de forma tendenciosa o racismo é visto apenas como coisa do passado ou uma coisa externa, algo localizado às margens que por ventura as vítimas reais do racismo são rapidamente esquecidas,

o desrespeito, a omissão espelha a desimportância dos negros como sujeitos políticos, (KILOMBA,2020).

Para Barros (2005), o racismo está dentre os vários fatores que contribuem para a existência e manutenção da violência em nossa sociedade, a desigualdade social é um dos mais facilmente identificáveis. O racismo contribui de forma decisiva para a existência da desigualdade social porque hierarquiza os indivíduos com base em sua cor/raça. Desta forma, quem é identificado/a como branco/a é considerado melhor do que quem é negro/a. A diferença, que nos torna únicos e é comum a todos os seres humanos, numa sociedade racista torna-se justificativa para a desigualdade.

Para a autora já citada neste capítulo Zelinda Barros (2005) o racismo escolar tem seus tentáculos condicionados no ensino, porque de um modo geral, a história dos africanos antes da vinda para o Brasil não é mencionada na escola e a contribuição dos afro brasileiros para a construção do país é referida de modo parcial e distorcido apenas em datas específicas, como no 13 de maio, em agosto, mês do folclore e no dia 20 de novembro. Grandes nomes negros, como rainha Nzinga, líder da libertação do reino africano Ndongo em 1660, ou Dandara, guerreira do Quilombo dos Palmares, são esquecidos.

Para (JALES, 2021) coloca também que são atores menos reconhecidos porque são grupos negligenciados, são grupos que são tratados com menos importância, contudo para reverter tal situação a autora diz que existe a necessidade do chamamento desses sujeitos para a sala de aula para que seu protagonismo se evidencie, assim a concepção que de são grupos relacionados constantemente à perseguição que sofriam, possa mudar.

Para que esse apagamento não aconteça no ensino constantemente, é preciso criar ferramentas pedagógicas , capaz de estimular práticas docentes, logo a partir de trabalho como a de oficina que relate experiência, desencadeie auto- estima de forma identitária com uma proposta antirracista alinhada à negritude enquanto movimento de tomada de consciência e/ ou discriminação para lutar por espaços significativos e buscar romper com o padrão imposto pelo colonizador, assim firmar um processo revolucionário que oportunize abrir brechas de conquista nas esferas econômica, social e política (BERND, 2009).

Kilomba (2020, p. 177) reforça esses processos de exclusão ao afirmar que a negritude é sempre “algo à parte”, retrata que para o negro a pele é simultaneamente acessória e primária quando faz seus apontamentos mostrando que alguém é negro, mas ao mesmo tempo pode não ser, haja vista que uma pessoa é negra quando se remete à representação do que é corpóreo, no entanto deixar se ser negro quando se trata do intelecto. Reforça afirmando que uma pessoa é

negra quando se trata da incorporação do que é negativo, mas pode ser igualmente branca quando se trata da incorporação do que é positivo.

Não se pode deixar sintomas racistas estáticos na educação no espaço escolar, provocando frágeis diálogos, não pode deixar ficar uma educação que invisibiliza o racismo, pois nestes moldes, cria-se estereótipo, inibi a ampliação do conhecimento e do diálogo obedecendo às ordens de uma cultura educacional pautada no racismo.

Precisamos combater diariamente o racismo escolar, porque há privilégios no ensino a determinadas culturas dentro do espaço da escola, influenciando severamente no social, pois conforme daquilo que está acordado com “educação libertadora” do contrário tende a mostrar que é um dos fatores mais eficazes de conservação social quando oferece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais. Por outro lado, não é suficiente promover visibilidade das desigualdades na escola, é preciso descrever os mecanismos que determinam àqueles desfavorecidos, pois a ação de privilégio cultural, só é percebida na maior parte sobre forma das mais grosseiras com recomendações ou relações (BOURDIEU, 1969).

Uma escola que não atende à equidade, produz efeitos de desinteresse, desistência, evasão escolar daqueles que não são representados pelo currículo educacional, sob essas condições a educação coloca arestas cada vez mais potencializadas, segregando grupos e favorecendo outros. Tais privilégios de representações até pontuados na educação, causam efeitos sem dúvida naquilo que Bourdieu chamou de “transmissão do capital cultural”. De acordo com Bourdieu, a influência do capital cultural se apreende na relação entre o nível cultural da família e também o êxito escolar, as oportunidades de chegar ao ensino superior e serem bem-sucedidas são função do nível cultural familiar (BOURDIEU, 1969).

Portanto, se considerarmos que o espaço da escola privilegia um grupo de indivíduos como já colocados aqui, a exemplos de uma monta de ações presente na educação brasileira eurocentrada, os efeitos só podem ser dos mais segregacionista a tornar-se seus efeitos também cultural.

O racimo que potencializa a invisibilidade do negro na educação brasileira e como consequência também a “morte simbólica” desse sujeito, visto que as leis como a 10.693/03, não garantem o acesso e permanência do negro na escola, propor esse debate sobre o racismo e suas variadas forma de expressão é uma tarefa cada vez mais urgente uma vez que essa discriminação é também estrutural das relações sociais.

Assim compreender que racismo existe no chão da escola como um mecanismo ou uma arma ideológica que segrega grupos minoritários. Isso nos permite compreender também que a exclusão social advém de situações precárias fornecidas a um indivíduo ou população para

usufruir, isto é, usurpar as possíveis possibilidades que a sociedade capitalista oferece. Neste sentido, isso apresenta como resultado a insuficiência econômica e forma desiguais de distribuição de renda, bens de serviços como educação, isso leva a perpetuação de mecanismos que formulam a manutenção das diferenças sociais.

Diante desses diálogos até aqui observamos como o racismo produz desigualdades que atravessam os muros da escola, porém é um mecanismo que precisa ser desnaturalizado, isso somente se tornará realidade a partir da desconstrução daquilo que o forma, que é ser capaz de se perpetuar e for capaz de produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial, também porque constitui sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos e “não brancos”. (ALMEIDA,2018).

A escola de modo algum pode “naturalizar” o ensino colocando o negro na sala de aula somente como abordagens a partir de uma perspectiva vinculada à história da escravidão, nosso local de ensino precisa-se de enfrentamentos pedagógicos contra o racismo, para isso acontecer as práticas escolares devem estar ancoradas e protagonizar o aluno negro colocando como sujeito ativo do processo educacional intimamente vinculado às relações étnico raciais.

Diversas proposições e abordagem contra o racismo se fazem presente no currículo do município de São Miguel do Guamá que reflete na escola Padre Leandro Pinheiro que ajuda a compreender a influência das raízes africanas nas diversas manifestações culturais e religiosas da localidade, assim como a importância da influência trazida pelos povos africanos para a nossa cultura, também juntos com os processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas (DOCUMENTO CURRICULAR DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ,2020).

Como podemos verificar o currículo de São Miguel busca contemplar a Lei 10.639/03 mesmo que a mesma, seja poucas vezes citada no documento curricular, contém nas suas propostas buscar as habilidades que o corpo docente deve desenvolver para que os alunos que frequentam a escola, possam se apropriar desse conhecimento. Assim como uma das ações práticas pedagógicas da escola é levantar temas e necessidades didático-pedagógicas para formação de professores (PPP,2023).

1.3-NEGRITANDO O ESPAÇO ESCOLAR ATRAVÉS DE UM ENSINO DINÂMICO, DESCONSTRUINDO A LÓGICA EUROCÊNTRICA.

Negritar o meu espaço escolar perpassa por levantar questionamentos de como minha escola trata a diferença racial, visto que é sabido que o processo de desigualdade de acesso a diversas políticas públicas se faz presente nas pautas de reivindicação dos movimentos negros, e isso já demonstra o processo de resistência nas desigualdades herdada pelo racismo. Mudar essa lógica na escola e tornar uma educação mais igualitária requer avançar na produção de matérias pedagógicas que contribua para a eliminação do etnocentrismo, é tarefa escolar fazer com que esse espaço seja construído por mais mãos e seja protagonizado por mais vozes (SANTOS, 2001, p.103).

Ao passo que o etnocentrismo perde sua força no ensino com práticas pedagógicas abordada a partir da inclusão de grupos outrora minoritários e marginalizados e se inicia mecanismos de construção desses indivíduos como ativos do processo histórico, o resultado certamente é uma educação com diversidade, que valoriza empatia, ou seja, se torna um local com características onde a participação conjunta dessas práticas dessas ações promove uma escola mais igualitária.

Poderíamos usar o termo negritando no gerúndio como processo inacabado, pois é necessário manter esse constante debate no espaço escolar ao passo que o negro ainda aparece na escola sob uma construção eurocêntrica que promove uma identidade negativada à população negra. E a educação das relações étnico raciais se torna um horizonte alcançável para que crianças construam identidades entre a comunidade escolar e suas relações sociais e também é por meio de uma educação antirracista esses discentes possa ter contato com a cultura afro-brasileira e africana (SILVA,2020 p. 66).

E a existência de uma escassez de fontes disponíveis para a docência da escola Padre Leandro Pinheiro ou falta de uma formação adequada para professores trabalharem com a temática me revigora em contribuir com este trabalho, visto que é muito difícil encontrar registros de grupos minoritários que não seja relacionado à perseguição que sofriam. É preciso trazer esses personagens para sala de aula a fim de que a história possa mostrar que os mesmos foram e são sujeitos ativos do processo de construção histórica. (JALLES,2001).

O racismo escamoteado que é vigente no espaço escolar e tem contribuído para a continuidade de elaboração de conhecimento forjado que sobrevive na sala de aula promovendo desigualdade social, cultural e de identidade. Sabemos que nossos livros didáticos vêm mudando quanto ao conhecimento sobre o Continente Africano, no entanto esses efeitos não chegam atingir formações continuadas dos docentes. Para (JALLES,2021) chegamos ao ponto

de “não retorno” no que diz respeito a visibilidade das causas da população negra, sabemos que há um longo caminho a ser traçado, mas cada vez mais as suas demandas estão conhecidas por várias pessoas.

Essa guinada de novos direcionamentos ao currículo escolar local em trazer as vivências dos discentes negros pode promover o reconhecimento do aluno negro que outrora não se reconhecia com o conteúdo com base eurocêntrica, isso acontecendo promoverá novos saberes e possibilidades de novos aprendizado, nestes paradigmas fará com que eles se sintam mais próximos das atividades escolares que chegam à sala de aula diluindo mais representatividade histórica (JALLES, 2001).

Desmobilizar o racismo no ensino que advém dessa educação de base eurocêntrica, pode começar a partir de prática docente que garanta que atenda à diversidade de alunos que estão na escola Padre Leandro Pinheiro, trazendo suas identidades locais, seus costumes, seus hábitos, neste sentido garantiremos que tenha significado no currículo escolar do Município de São Miguel do Guamá.

Os conceitos do denominado racismo científico, de geração em geração acabaram por se tornar comuns na sociedade contemporânea, tais influências que ainda perduram no nosso ensino escolar acabam por justificar e manter as práticas racistas o que prejudica essencialmente o grupo negro (HANSEBLAG, 1982, Apud CAVALLEIRO, 2000, p.22).

O racismo no Brasil e, por conseguinte na escola, pode ser identificado partindo de uma leitura comparativa, quantitativa e qualitativa, das desigualdades sociais e das suas consequências da vida das populações negra e branca. (CAVALLEIRO, 2000). Diante desse perverso resultado do racismo, propor uma educação com valorização do povo negro abre um novo horizonte e promove uma dinâmica de relação de poder canalizada para uma equidade social na qual todos ganham com este processo, seja branco, seja negro, a diversidade de ensino dentro da escola pautado por uma educação étnico racial tende a desconstruir desigualdades postas pelo racismo educacional.

Cabe aqui destacar, conceitos como: preconceito e discriminação, ambos como um processo de ênfase do racismo, contudo se confundem embora faça parte de um mesmo pacote, porém se faz necessário demonstrar suas diferenças. Entende-se como preconceito, sendo um julgamento negativo, prévio que é mantido apesar dos fatos se contradizerem, apoia-se não numa experiência concreta, significa suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos. Já a discriminação se evidencia quando em condições sociais de suposta igualdade entre brancos e negro se identifica um favorecimento para um certo grupo, no aspecto social, educacional e profissional (CAVALLEIRO, 2000).

Nosso trabalho aqui é repensar as práticas pedagógicas no espaço escolar fazendo com que nossos alunos possam combater a existência da desvantagem constituída ao longo do processo histórico através de um currículo eurocêntrico dando-lhe ferramentas didáticas para lutarem por direitos iguais dentro das relações que os mesmos estabelecem e se relacionam nos seus espaços sociais.

Para (SOUSA,2005) É preciso possibilitar ao estudante a liberdade para ter poder competir, de maneira justa, e encontrar forças e apoio para realizar seus objetivos. fortalecimento da possibilidade de identificação étnico-racial, inclusive com a consideração das contribuições das populações negras para as riquezas brasileiras deve ser visto como um componente fundamental na construção de sujeitos autônomos, o que, a nosso ver, fortalece a importância de uma abordagem de Orientação Profissional que possibilite ao estudante a posição de sujeito e não objeto do processo ensino-aprendizagem, mas sobretudo o coloque em um outro lugar na história de nossa nação.

Buscar referências locais negras como sujeitos históricos construtores das dinâmicas sociais é ajudar nosso discente no entendimento dentre as relações sociais e como suas práticas acontecem entres os indivíduos menos favorecidos, contudo para que possa mudar essa lógica se faz necessária ações dos sujeitos de forma coletiva. Para (JALLES,2001) estudar as minorias é uma perspectiva bastante interessante porque remove indivíduos do papel de seres inerte que sofriam sobre o domínio de uma maioria opressora sem resistir ou mudar minimamente a realidade, como se esperasse por líder para leva-los à liberdade.

A maior parte desses indivíduos negros permanece ocupando a base da pirâmide social enfrentando as adversidades postas dentro da sociedade com poucas chances de ascensão social com mínimas oportunidades de realizar seus projetos escolar e moradia, trabalho e de identidade (CAVALLEIRO,2000). Essas permanências no nosso país e, por conseguinte no espaço escolar, se perpetua ao longo do tempo, todavia mudanças efetivas e contundentes precisam acontecer com iniciativas partindo com uma educação para as relações étnico-raciais.

A ideologia da “democracia racial” ainda usada como mecanismo de um racismo silencioso tem emaranhado a situação do negro essa ideologia que prega a harmonia entre as raças ofuscando o estado de desigualdade, tem se firmado estando presente no espaço escolar e tem servido para sedimentar uma sociedade orgulhosa de ser vista como pacífica mantendo os conflitos étnico fora dos holofotes das discussões. (CAVALLEIRO,2000).

Tendo o conhecimento dessa realidade que permeia nosso espaço escolar visto que sabemos a realidade da nossa formação e de nossos instrumentos de trabalho que carregam diversos fatores depreciativos e preconceituosos fazendo com esses conceitos se dinamize entre

as relações dos alunos e dos professores (MUNANGA,2005). Nossa formação ainda está embebida, vamos mais além, as práticas escolares carregadas de preconceitos afetam a todos, para reverter esse quadro em que o preconceito se espalha prejudicando a formação dos nossos alunos principalmente porque conduz uma desigualdade sem precedentes ao aluno negro, precisamos de uma educação antirracista.

É, portanto, uma educação voltada para a abordagem étnico-racial que acredito ser a porta para desconstruir as benesses que a branquitude garimpa cotidianamente, é necessário mudar o rosto dessa vertente posto na escola, em que indivíduos ou grupos sejam favorecidos pela lógica da “democracia racial”. Na nossa sociedade apesar da complexidade da luta contra o racismo é compreensivo que no espaço da escolar esse confronto não seja diferente, contudo com intuito transformação dessa sociedade posta na atualidade (MUNANGA,2005).

Mudar uma educação eurocêntrica no meu espaço de trabalho é também perceber, atender e integrar, dialogar com as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira e essa mudança no ensino acontece com a presença numa educação antirracista, é uma das formas de mudarmos, instigarmos esses atravessamentos no nosso ensino. (SILVA,2005).

A desconstrução da lógica eurocêntrica deve também perpassar pela teorização do nosso livro didático, como uma das ferramentas cruciais em que sua representatividade como instrumento pedagógico é extremamente contundente e que precisa ser analisada e discutida de forma criteriosa. No livro didático a humanidade e a cidadania é, portanto, forjada com as devidas intencionalidades e representatividade do ser branco e da classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, e outras minorias sociais, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência (SILVA,2005).

Para além de discutir a ferramenta livro didático, é preciso problematizar a formação dos professores que pode partir de uma formação específica para o docente do Ensino Fundamental, com direcionamento de fundamentá-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para observar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade negra observados nos materiais pedagógicos (SILVA,2005)

Para Silva (2005) com mais especificidade os livros didáticos quando observados principalmente nos textos e ilustrações desse suporte pedagógico a tendência é a constatação da desconstrução do que na realidade deveria chegar na sala de aula.

Por outro lado, também não podemos deixar de pontuar que as mudanças provocadas no uso do livro didático e nas formações tenham mudado bastante no que se refere a presença cada vez maior da África e dos africanos nos conteúdos, ainda assim se pode perceber a

presença de estenótipos nos usos dos materiais pedagógicos. isso promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima. Logo os efeitos desses reflexos do nosso ensino é escamotear um racismo que se apoia na nossa educação” (SILVA,2005).

Um ensino dinâmico dentro da ordem de uma educação voltada para as relações étnico-raciais perpassa por visibilizar a diversidade dos papéis e funções dos grupos que escola assiste dentro do espaço da escola, com ajuda dos discentes possibilitando o protagonismo aos alunos para que estes possam descrever , apontar ,dialogando com as ocupações dos negros presente na sua casa, escola, rua, bairro etc..

Esse protagonismo, possibilita visibilidade para os alunos, negros, ribeirinhos quilombolas e outros grupos minoritários tenham voz dentro do ensino onde essas pessoas mostrem sua importância local e para a sociedade, sendo assim construiremos um espaço educacional onde grupos outrora marginalizados possam ser representados partindo da sua ótica e não da visão do outro que está posta no livro didático. (SILVA,2005).

Protagonizar grupos marginalizado no ensino deve ser a pauta para iniciar um processo de igualdade na educação. Para (MOTA, 2021) É preciso romper com a pedagogia do silêncio sobre relações étnico-raciais que impera na educação, apontar a cor dos corpos, reconhecer o corpo negro como lugar de ideias, expressão e criação.

Interromper com as ações dessa pedagogia deve partir das ações práticas da escola inserindo seus alunos como sujeitos protagonistas no ensino, pois quando isso ocorre na contra mão deste percurso o aprofundamento do conceito de democracia racial não se evidencia como também não se naturaliza as estruturas sociais hierarquizadas, nas quais brancos e negros tem realidades em desequilíbrio, transmitidas em gerações.(MOTA,2021).

Estas hierarquias sociais necessitam serem problematizadas, caso contrário o racismo e as benesses ao ser branco continuará presente nas nossas escolas, esse desmonte das demarcações de nossa educação eurocentrada se fragmenta ao passo que o debate e o espaço escolar contribui com metodologias docentes com participação dos alunos que partir começa acontecer no chão da escola uma educação que se propõe debater a reparação a grupos minoritários presente no ambiente escolar.

Para (TOLENTINO,ALVES,2021) É importante o professor mencionar que negros e negras ocuparam e ocupam espaços significativos nas artes, ciências, política, entre outros campos importantes, para além do campo artístico e dos esportes — que também são esferas respeitáveis, mas que não devem ser utilizadas como exemplos únicos de espaços sociais de ascensão da população negra.

Diante desse discurso, este trabalho de pesquisa torna-se uma ferramenta pertinente servindo para atuar com contundência no espaço da escola, isso porque abre um diálogo sobre a valorização de grupos minoritários através de proposições da inserção de uma educação étnico racial, para além disso busca pontuar a luta pela redução das desigualdades raciais na escola Padre Leandro Pinheiro enquanto lócus de uma sociedade imbuída pela desigualdade racial.

É preciso garantir igualdade de acesso da população negra aos direitos universais de uma sociedade cidadã, tais como os direitos aos serviços básicos como saúde, transporte e educação; alimentação, moradia, emprego e progresso profissional; igualdade de oportunidades profissionais, econômicas e políticas; respeito às culturas. Essa garantia à educação já se constitui mudança conforme proporciona políticas pedagógicas sobre o uso das representações africanas produzida através da ciência, arte, literatura, cultura do povo negro e suas contribuições a sociedade brasileira (MOTA, 2021)

Desmontar um currículo eurocentrado descolonizando-o começa com o processo através da demonstração do continente africano sem romantismos e pré-conceitos, portanto nestes moldes colabora para um conhecimento mais justo no trato de pontuar os legados dos povos africanos como componente da humanidade para uma ampliação do conhecimento do mundo é fundamental pontuar que não é trocar uma cosmovisão eurocêntrica por uma africana, no entanto respeitar as narrativas dos sujeitos que foram alijados pela historiografia (CARVALHO, 2021).

Os legados dos africanos para a ciência e a cultura universais são, na maior parte dos casos, simplificados, desprezados, ridicularizados ou excluídos dos currículos escolares brasileiros (CARVALHO, 2021). Este desinteresse das representações das contribuições nos currículos escolares tem cristalizado um racismo educacional que de forma intencional tenta manter-se ofuscado no ambiente escolar.

Para Marcelo Pagliosa Carvalho (2021) não há como se estudar a história brasileira sem se adentrar na História da África, sem se ater nas repercussões das contribuições dos africanos para a construção da sociedade brasileira, quer em aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos etc., quer para se entender os conflitos e tensões que marcam tais relações.

Nosso currículo escolar precisa perpassar por trocas culturais que repercutem com força nos dias atuais em nosso país, demonstrar que os grupos minoritários tiveram uma história, e que ela foi substituída pela versão oferecida no bojo do devastador processo colonial, portanto enquanto professor de história é nosso dever trabalhar tais aspectos (CARVALHO, 2021).

Para Carvalho (2021) a intersecção da história e cultura africana com a brasileira auxilia a valorizar positivamente as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no

Brasil. O desconhecimento dessa intersecção, em via contrária, produz visões distorcidas, que repercutem, nos extremos, em ações discriminatórias, como nos casos de discriminações raciais que vitimam negros.

É importante ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC da Educação Básica) resgata as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam da educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Evidentemente, de acordo com as determinações deste documento normativo, é de responsabilidade dos sistemas e redes de ensino, assim como das suas respectivas escolas, em suas esferas de autonomia e competência, incorporarem aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (FILHO, NEVES, 2021).

As práticas pedagógicas que ocupam o cotidiano do nosso ensino que permanecem com as lacunas que escamoteiam as contribuições do povo africano adormecido na ordem do eurocentrismo, precisam mudar dentre dinâmicas práticas da escola através de uma educação étnico-racial dando novas perspectivas aos nossos alunos negros, mas também brancos, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas que estão postos no espaço da escola Padre Leandro Pinheiro.

Diante dessa proposta deste trabalho de pesquisa suas contribuições perpassam não por apresentar novas abordagens de se discutir o currículo escolar para que novos direcionamento do ensino no que trata o conhecimento distorcido do povo africano com exótico, porém apresentar partindo das as contribuições do negro, como também do ribeirinhos, indígenas, quilombolas, grupos minoritários excluídos historicamente como sujeitos ativos no espaço escolar.

Essa busca por equidade através de mudanças nas desigualdades históricas, podem começar ser dialógicas diante de um currículo embasado numa educação das relações étnico-raciais. Deste modo a apropriação dos conhecimentos cada vez mais diversificado, cimentado em sala de aula, conseguirá dá a colaboração necessária com possibilidades concretas da participação e construção dos africanos na nossa sociedade.

No espaço escolar não podemos dar margem para a familiarização do racismo, pontuado por Carlos Moore (2007) afirmando que a banalização do racismo visa a impressão que tudo está bem, estampa uma natureza banal às distorções socioeconômicas entre as populações de diferentes “raças”. Trazendo esse ponto importante do debate para os muros do espaço escolar, caso não haja diálogo com a problemática do racismo, essa trivialidade estará a fomentar as hierarquias sociais na educação.

Se no espaço escolar não começar a ser desmontando esse palco montado sedimentado por meio de um currículo onde o discurso do colonizador ainda perdura, o *status quo* do ser branco estará cotidianamente fazendo uso das benesses do nosso ensino, que ao mesmo tempo que fragiliza as contribuições africanas na educação, contudo fortalece a condição do ser branco. Portanto, na escola precisa dialogar sobretudo para as devidas mudanças e as desigualdades existente no currículo educacional.

Dentre esse modelo de ensino em que ainda se fortalece cotidianamente nesse ambiente escolar um espaço demarcado pelo racismo institucional, aqui é importante dialogarmos com bell hooks (2005) que sua fala o patriarcado, capitalista e eurocêntrico, logo no bolo de nossa educação pode levar nossos discentes a imitação da aparência do grupo branco dominante, pontuando um racismo interiorizado como mecanismo dentre a cultura escolar, à medida que elas ocorrem essas características se apresentam como um ódio de si mesmo ou somado uma baixo autoestima.

O currículo escolar deve ser capaz compartilhar de forma igual esse espaço de produção de conhecimento é nosso objetivo principal, contribui com um futuro onde o conhecimento direcionado pelo professor em sala de aula possa ser de origem também africana e não somente ocidental como presenciamos na atualidade, resquícios africanos desconectados pontuado nos livros didáticos precisam ser dialogados com a realidade cotidiana nos nossos alunos bell hooks (2005).

O silêncio dos professores agregados a um ritual pedagógico do silêncio ignora as relações que se firmam no espaço da escola, logo com isso colabora como resultado o comprometimento das personalidades de jovens negros, na contramão dessa vertente, constrói nos jovens brancos um sentimento superior (CAVALEIRO,2012).

Contrapondo esse silencio, consta no (PPP,2003, p.4) As práticas cotidianas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Leandro Pinheiro onde serão ministradas com base nos seguintes princípios: Proporcionar ao aluno a aquisição de conceitos fundamentais que o orientem para uma atitude crítico-analítica sobre a realidade do mundo e de seus valores. Neste Sentido, existe espaço amplo para uso de ferramentas que colaborem com os alunos partindo das suas realidades e de seus direitos que são constantemente negados no ensino.

Essas evidências de discriminação no nosso ensino muitas vezes são acionadas advindo da ferramenta, livros didáticos, cotidianamente está sala de aula sem a devida criticidade. É claro que um processo de discriminação constante, os estereótipos se manifestam colocando sobre nossos alunos negros através de aspectos de negatividade construindo neste ser um baixo

estima, desinteresse pelo estudo, implicando no seu desenvolvimento de aprendizado certamente (CAVALEIRO,2012)

Promover uma educação com capacidade de conduzir as diferenças étnicas sem as práticas discriminatórias invisibilizada no currículo escolar, essa é a pauta principal desse debate até aqui, possibilitar para a escola Padre Leandro Pinheiro uma educação antirracista fomenta o acolhimento daqueles que são renegados o direito de se expressar culturalmente no ensino.

Caso uma educação antirracista não ocorra de forma mais abrangente nas nossas escolas, o modo de comportamento da branquitude pode permanecer estruturada no poder, pois o conceito de branquitude entendida como um modo de comportamento social baseada numa racialidade sustentada pelas benesses de privilégios que são experimentados e que se articulam em espaços como o escolar criando um ambiente propício para a permanência das desigualdades (LABORNE,2022).

É importante pontuarmos esse conceito de branquitude para entender como num espaço escolar ocorre privilégio e como superar isso com estratégias antirracista, a intenção pode ser em problematizar os locais de poder, marginalização e exclusão onde as articulações acontecem (LABORNE,2022). Para efeito, no ensino essas evidências de privilégio de um grupo estão muito latentes ao passo que o discurso histórico de status quo se difunde num ensino de exclusão do negro.

Neste sentido, uma educação antirracista na escola Padre Leandro possibilitará olhar para o outro lado e observar as possibilidades e estratégias pedagógicas possíveis para preparar uma aula ou até mesmo uma sequência didática sobre branquitude. Para (CARINE,2023) Não abordam, por exemplo, a história da ciência apresentando os maiores nomes de cientistas conhecidos no ocidente problematizando o fato de serem todos homens brancos e explicando que isso não é por conta de algum atributo genético de genialidade reservado a eles, mas sim fruto de uma construção social racista e patriarcal que os privilegia.

Ainda aprofundando o conceito de branquitude Barbara Carine (2023) coloca que a mesma branquitude que criou o conceito de raça hoje desconsideram existência de raças, dizendo que o que há são raças humanas. “Mas eu sou branco e não criei o racismo, não, Bárbara. Não tenho nada a ver com isso. Até tenho amigos negros.” (CARINE,2023), segundo a autora o termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é

estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo).

É válido ressaltar que o negro é constantemente espoliado por esse currículo que escancara a voz do colonizador no espaço escolar onde a branquitude se beneficia diariamente caso não aconteça alguma intervenção escolar, e resposta para diminuir tais privilégios é sem dúvida colocar em prática uma educação que visibilize esse racismo estrutural e institucional.

Colaborar com uma educação étnico racial no ensino escolar se faz necessário colocar a minoria que sempre foi espoliada a ter a sua reparação e participação no processo histórico, de acordo com (JALLES, 2021) estigmatização social, desvantagens sociais, ao longo da história, tais fatores se repetem sobre grupos minoritários como é o caso dos negros.

Portanto diante da voz desses mecanismos hierarquizante ao longo do tempo os processos de mudança que propomos para nosso ensino dará voz de reparação aos negros é colocá-los no ensino como sujeitos construtores dos processos curriculares, e, por conseguinte estes sujeitos atravessem o muro da escola chegando à sociedade como colaboradores dos mecanismos que de constroem um determinado local.

Contudo se esse processo de reparação não acontece, as desigualdades de todas as formas manterão suas existências, disseminando o racismo, logo se nada muda os direitos dos negros no espaço escolar continuam sendo retirados ou se o currículo trata a o negro como participante eventual, esse permanecerá aquém dos seus direitos. Mudar esse panorama de fato só vai ocorrer, quando aos alunos que permeiam o espaço escolar como começar a fazer parte da produção de conhecimento que acontece na escola.

Dentre os debates até aqui pautados como forma de esclarecer, mas acima de tudo de fortalecer os mecanismos de resistência contra um ensino que favorece a branquitude, contudo compreendemos a força que a escola tem de mudar esse paradigma posto na atualidade, para essa mudança acontecer concordamos plenamente com (WALSH, 2009) problematizando existência da pedagogia decolonial e do rumo que escola pode tomar quando fala que pedagogias que convidam para o chão da escola conhecimentos subordinados, produzidos no contexto de práticas de marginalização, precisam desestabilizar as práticas existentes de saber e assim atravessar os limites fictícios de exclusão e marginalização.

.O corpo docente precisa fazer seus encontros com ações pedagógicas diariamente tendo a capacidade de consolidar amostras do negro que frequenta o espaço da Escola Padre Leandro Pinheiro como sujeitos históricos, que as realidades dos discentes estejam constantemente sendo visibilizadas de forma positiva, para que todo o corpo escolar sinta

orgulho dos saberes afros, pois é diante das ações pedagógicas afro-brasileira que a escola constrói no seu cotidiano possibilitando sem sobra de dúvida um distanciamento cada vez mais de práticas racistas, esteotipadas e preconceituosas que acontecem nos nossos locais de ensino.

Só construiremos um espaço escolar mais justo, a partir de abertura na educação para colocar o negro como sujeito histórico e produtos do conhecimento, caso contrário essa discriminação estará posta frequentemente conduzindo o racismo escamoteado debatido até aqui. Para (JESUS,2022) dentro do contexto histórico, onde a população negra mesmo “livre” continua a ser tratada como objetos e não sujeitos, as motivações para a imposições de limites a escolarização desta população, dão conta justamente da relevância da educação enquanto espaço de socialização e de construção cidadã, por isso estratégias são estabelecidas para limitação e assim, bloquear qualquer movimento em direção a condição de sujeitos.

Diante desses atravessamentos provocadores de como deve ser um espaço escolar, a pauta aqui é colocar a Escola Padre Leandro como um espaço que fortemente potencializa a igualdade, que seja um local colaborador da região guamaense de enfretamento contra esse ensino colonial que nossa sociedade está alicerçada , diante do exposto corroboramos com (JESUS,2022) quando fala que, ao reconhecer-se negativamente, nos espaços educacionais, os jovens negros, são remetidos a constatação do não pertencimento, e assim, ao confronto subjetivo acerca da inferiorizações e animalizações construídos sócio historicamente pelo colonialismo, quando na verdade, a configuração da ordem estabelecida do saber, pelo poder, não concede chances para que pontos de entendimentos sejam considerados, quando esses, fogem do padrão determinado, pela monocultura do saber.

Portando, diante dessas abordagens colaborar com uma educação mais dinâmica no espaço escolar da Escola Padre Leandro Pinheiro perpassa por adentrar das inúmeras possibilidades que que o Projeto Político Pedagógico como Lei que orienta e regula o ensino nesta Instituição, ou seja, respeita e valoriza a todos se constitui, portanto, como foco principal da ação educativa, em que alunos, professores e funcionários em geral são sujeitos de transformação que vivem em constante ampliação do autoconhecimento e da superação das dificuldades existentes (PPP,2003,p.32).

O respeito e valorização dos sujeitos deve começar com o uso das contribuições da grande diversidade de alunos que frequentam a Escola Padre Leandro., logo, trazer para a sala de aula suas histórias e cultura através de uma oficina como ação pedagógica na qual tais sujeitos históricos coloquem suas histórias e assim possa construir com diversas reflexões no chão da sala de aula e não mais ser meros espectadores recebendo uma historiografia eurocêntrica que expolia a minoria e estende o racismo no chão escolar

A Oficina possibilitará aos diversos alunos compartilharem suas vivências e saberes, logo, neste sentido construirão outras abordagens de como aprender e compreender os processos históricos fazendo relação com sua realidade em que o aluno, agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas produza como resultado e efeitos desse processo serão certamente, agentes sociais. (BARCA,2004)

Diante de um ensino dinâmico dessa ordem temos sujeitos preparados para combater os racismos escolar. Porque diante da oficina enquanto ferramenta pedagógica é possível possibilitar que os alunos construam seus desafios cognitivo adequado a cada turma, que possam ser avaliados qualitativamente observando as potencialidades coletivas e individuais, diante de um planejamento operacionalizando questões problematizadoras, nosso caso, uma educação antirracista. (BARCA,2004).

CAPÍTULO 2: O ENSINO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO EFETIVAÇÃO CIDADÃ.

O ensino de História na escola Padre Leandro Pinheiro, precisa cumprir seu papel na produção de conhecimento, contribuir para a formação de alunos críticos capazes de relacionar os processos históricos com sua realidade. Se isso acontecer, o conceito de cidadania que precisamos é ampliado para outros parâmetros no qual a escola precisa chegar.

Neste sentido, quando uma minoria sofre com o racismo no ensino, faz-se necessária uma ação pedagógica para começar a ser visibilizados os problemas para fins de uma construção social de igualdade e essa demanda está intimamente relacionada com a compreensão de como acontece o ensino de história neste espaço escolar.

A história enquanto disciplina autônoma surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas e no Brasil a constituição da História como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos movimentos de organização do discurso laicizado sobre história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante de disputas então travadas, entre o poder religioso e o avanço do poder laico civil.(NADAI,1993).

No entanto para (NADAI,1993) o ensino de história vive atualmente uma conjuntura de crise, que é, seguramente uma “crise da Historicista”, resultante de descompasso existente entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou em responder afirmamente, de maneira coerente, a elas.

Dentre os problemas sociais existentes de enfrentamentos na escola Padre Leandro, ou seja, diante de um grave problema presente no nosso ensino escolar, isto é, o racismo institucional, muito discutido pelo autor Silvio Almeida, o qual considero um problema crucial que o ensino de história desta instituição escolar pode assumir suas responsabilidades sociais e cumpri-las, enquanto disciplina escolar que embora tem suas demandas dentro da escola, necessita que a sociedade, assim como a comunidade escolar participem para que diminua esse racismo acampado do nossa educação.

Para a autora citada acima (NADAI,1993) a história inicialmente estudada no nosso país foi a História Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira história da civilização. A história pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. relegada aos anos finais dos ginásios, com números ínfimos de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de bibliografias de homens ilustres, de datas e de batalhas.

Nestes moldes, muitas das práticas docentes atuais ainda perduram de forma errônea, na qual a história se reporta cotidianamente ao passado e celebra as grandes figuras construídas historicamente, por isso este trabalho é tão importante, pois o racismo de forma escamoteada está de forma enraizada no espaço da escola dentre essas práticas exercidas pelo ensino e portanto precisa ser debatido dentro da disciplina de história.

Assim o fio condutor que gerenciou a disciplina de história segue as normas do colonizador do ser branco deixando os grupos minoritários às margens do processo. Diante de um ensino que historicamente segrega os africanos, assim como os indígenas. Discutir no ensino o racismo arraigado que ainda domina nossa sociedade é de fundamental importância e diante dessa nova perspectiva construir um espaço escolar saudável com direitos igualitário de acesso ao conhecimento.

Desconstruir o racismo perpassa por questionar de que forma crítica nosso currículo escolar, no qual o mesmo respinga diariamente as demandas outrora do colonizador instalado nas nossas instituições escolares. MONTEIRO (2007) reforça a ideia na medida que estamos interessados nos modos de ensinar dos professores, é importante considerar o posicionamento em relação a uma instituição tradicional em nosso país, apesar das condições adversas é no trabalho de autoria dos professores fazem o que pensam sobre o que fazem que as mudanças acontecem.

Neste sentido, a partir de ações docentes, as vidas dos nossos alunos negros começarão também acontecer as devidas mudanças e isso tem seus atravessamentos no trabalho docente e nas transformações possíveis que o profissional de história pode conduzir. Para (MONTEIRO, 2017) é diante da atuação do profissional de história que leva as transformações vividas pelos discentes, capazes de desenvolver autonomia e de possibilidades de leitura do mundo, seja no aspecto de mudanças percebidas, nos processos de inserção social e como resultado a atuação desses alunos na formação de cidadania.

Monteiro (2007), aborda uma característica da identidade profissional dos professores de história que está relacionado com o compromisso com a dimensão formadora do ensino, formadora de cidadãos, na medida que essa disciplina é trabalhada referenciais que auxiliam os alunos a superar a visão do senso comum e realizar uma leitura do mundo com maior potencial crítico.

Essas orientações que propõem como objetivo do ensino de história formar o cidadão crítico, objetivo este já presente desde algum tempo nos programas desta disciplina, avançam ao enfatizar a necessidade de que o ensino auxilie os alunos a se sentirem “sujeitos da história”. Esta dimensão é essencial para a formação da cidadania, sendo que aspectos da cidadania social,

ou não são considerados, ou são de forma muito incipiente. Bittencourt (1997:22. apud, MONTEIRO,2007).

Considerar o espaço escolar como um espaço com fortes resquícios eurocêtricos, seja que de forma intencional ou não, nos faz pensar no instrumento pedagógico que encabeça os processos de ensino nas nossas instituições escolares, ou seja, tem seus atravessamentos conduzidos e como mecanismo perene presente no livro didático. Falar em resquícios não como forma branda, mas porque sabemos que outros debates presentes das representações negras já postulam no livro didático, conquanto precisam ser colocadas na sala de aula.

Bittencourt (2013) traz uma pauta importante dizendo que o livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicação curricular, o livro didático elabora as estruturas e as condições do ensino para o professor, sendo inclusive comum existirem os “livros do professor” ou do “mestre”. Assim os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado.

Diante desse encabeçamento que o livro didático tem nas atividades pedagógicas na “cultura escolar” e que se fundamentam historicamente seguindo o manual ditado pela visão europeia, são os conteúdos que se acomodam nas nossas salas de aulas, e, portanto, provocam um processo segregacionista no ensino como já nos posicionamos anteriormente.

Diante do discurso do colonizador que ganha força à medida que o livro didático se sobrepõem aos demais direcionamentos pedagógicos, ou seja, para se desconstruir o eurocentrismo arraigado no espaço escolar que é atravessado pelo livro didático se faz necessário colocar em prática a autonomia do professor nas metodologias didáticas, nas quais as mesmas se adequem às realidades do aluno daquele espaço escolar, que represente seu cotidiano, que faça sentido numa perspectiva crítica do sujeito.

Como pontua Bittencourt o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, abordadas em diversos textos e ilustrações transmitindo estereótipos e valores de grupos dominantes em generalizações a grupos étnicos de acordo com preceitos da sociedade branca.

O livro didático como sendo ainda um instrumento pedagógico muito utilizado na prática docente nas nossas instituições escolares, logo desse modo o processo e as ideologias de uma classe branca e portanto europeia exibem ainda com supremacia seus atravessamentos neste recurso didático e como consequência logicamente promove estereótipo principalmente sobre grupos minoritários como os negros, por isso é tão importante uma educação étnico racial

que aconteça através de novas práticas docente que incluam o negro presente no espaço escolar como sujeitos históricos.

Sabe-se que os livros didáticos vêm sofrendo bastantes mudanças no que se refere a dar espaço para as questões relacionadas aos africanos e para melhorar essa estimativa, logo se faz necessário fomentar atividades pedagógicas que proporcionem mais oportunidades aos sujeitos minoritários. Neste sentido, será possível contemplar um ambiente escolar mais saudável e igualitário.

O uso de um recurso pedagógico a exemplo do livro didático tão contundente no espaço escolar certamente perpassa por diluir cotidianamente um conhecimento científico euro centralizado se projetando de forma substancial nos saberes que recorrem sobre o ensino. de acordo com (MONTEIRO,2007) o conhecimento científico a ser apreendido pelos alunos por meio da escola, instituição responsável pela divulgação social da ciência, dentre esse modelo de ensino os saberes não são objetos de questionamentos eram saberes definidos e organizados “receituário ou arsenal” oferecido pela didática.

Se as críticas sobre o encabeçamento desse aporte pedagógico que é o livro didático no nosso espaço escolar forem mais contundentes então concordamos com (FERREIRA,2013) em que dentre suas afirmações aponta que os livros didáticos que deveriam ser referência por “traduzirem” o conhecimento científico em conhecimento escolar também estão povoados de imprecisões, noções inadequadas e abordagens discutíveis sobre os conteúdos estudados.

Compreender melhor as dinâmicas práticas do corpo docente da escola padre Leandro contribuir de forma significativa como perceber os estereótipo presente nos usos dos livros didáticos que podem ser problematizados e adentrar em novas abordagens colocando o conhecimento da África com mais envergadura no ensino, e a partir disso permitir, dar condições para que nossos discentes adquiram novos saberes que os representam dentro do ensino escolar.

Contudo é bom ressaltar que corroboramos com (ANDRADE,2018) falando que o caminho não é a simples introdução de conteúdo, embora seja fundamental incluir e reconhecer a existência da história das Áfricas e de seus povos, mas é necessário superar o eurocentrismo, o racismo, a branquitude e a colonialidade na forma como estes conteúdos são abordados, nos aportes teóricos e na maneira como interpretamos o mundo. O desafio é proporcionar um ensino de História que não dicotomize, nem idealize a história das diferentes Áfricas, mas que compreenda dinâmicas internas e externas, apreendendo relações entre o passado e o presente

Problematizar o espaço que branquitude é atendida pelo currículo educacional, nos permite ver por outro viés de como as benesses de um ensino que não contempla a minoria social, fomenta estereótipos e contribui com a continuidade de privilégios de uns em detrimento de outros, o que não cabe em hipótese alguma dentro de um local que na sua essência deve contemplar todos de forma isonômica.

Sabemos que não é tarefa fácil combater esses espaços de privilégios, que requer muito esforço de todo o corpo escolar, no entanto a partir de debates como esses postos aqui, cria-se possibilidades de ampliação do conhecimento da problemática do racismo. E com isso, a escola começa a sediar um local de cidadania. Observar na escola e promover a cidadania escolar requer compreender como nos aproximamos de um local que deve respirar cidadania e um dos primeiros passos para que isso aconteça é criar possibilidades de um ensino étnico racial.

Para (GUIMARÃES,2007) No decorrer da década de 1990, a luta pela ampliação da “cidadania” ganhou ênfase devido, principalmente, ao aumento da participação dos novos atores sociais no processo decisório de responsabilidade social, dando novas formas a maneira de se exercê-la. A emergência de novos movimentos sociais como o ambientalismo, o feminismo, da população negra e de homossexuais, na luta pelo direito à igualdade e pelo reconhecimento de diferenças específicas, encontrou importante apoio na redefinição do conceito “cidadania”, trazendo novos significados para a relação entre cultura e política como forma de transformação da realidade.

Por isso é tão importante as permanências dos diálogos, das proposições étnico racial, na insistência de combater a ausências no espaço escolar da efetivação da Lei 10.639/03, os espaços de debate se alargam e as conquistas virão certamente, a fim de vermos uma escola mais igualitária dentre os mecanismos de ensino. Se tais demandas se concretizam, as possibilidades fortalecem e emergem neste sentido como uma escola cidadã.

Nesta mesma perspectiva, os horizontes espriam a medida que o conceito de cidadania se alarga. como aponta (GUIMARÃES,2007) “cidadania civil” composta dos direitos necessários ao exercício da liberdade individual: ir e vir, imprensa, pensamento e, ainda o acesso à justiça como forma de sua garantia e concretude; a cidadania política relacionada ao direito de participação, seja no sentido de ser eleitor ou de ser eleito. Por fim, a parte social da “cidadania” refere-se aos direitos que visam estabelecer um mínimo de bem-estar social, determinado em cada sociedade.

É importante mantermos firmes nas propostas de mudança de paradigma curricular no ensino, ou seja, ao passo que propomos mudanças do modelo curricular eurocêntrico que se cristalizou no ensino e permanece na sala de aula distorcendo o conhecimento, fundamentado

estereótipo, fortalecendo o racismo. Lutar por tais mudanças é sem dúvida um fio condutor para novos saberes onde o negro marginalizado se faz presente no ensino escolar, precisamos ultrapassar essa aresta na educação e com isso o negro apareça a partir de então como sujeito da sua própria história.

Visibilizar o negro no ensino escolar é pensar na transformação também curricular da educação, não deveria ser, como já proposto, há leis que garante aos negros como sujeito de sua história, e não portanto sendo mostrado através de um ensino eurocêntrico, descolonizar a escola, movimentar esta instituição a sair de seu lugar de reprodução do olhar do espaço branco e permitir que debates, diálogos e conhecimento sobre as representações do negro sejam postos no espaço escolar cotidianamente.

Para Santos (2022) O currículo é, assim, a própria escola em movimento. É inconcluso, porque se faz e se refaz todos os dias no chão da escola. É luta. É resistência. É política. Por isso, este trabalho se situa no campo da decolonialidade, na perspectiva de uma educação antirracista, entendendo a necessidade de desmascarar a colonialidade que cerceia os currículos escolares e, especialmente, o ensino de história, de questionar o que está posto, criar novas possibilidades, lançar o olhar sobre sujeitos outros que foram subalternizados ao longo da história do Brasil, invisibilizados, no caso desta pesquisa, os negros.

Permanecer propondo novos saberes de cunho étnico racial é obter cidadania. Conseguir isso requer novos esforços e formas de lutar. Para (DAGNIMO,2000,apud.Guimarães,2007), os movimentos populares urbanos, foram instrumentais na construção de uma nova concepção de “cidadania democrática”, através da qual se reivindica direitos na sociedade e não apenas do Estado, e que contesta as rígidas hierarquias sociais que ditam lugares fixos na sociedade para seus (não) cidadãos com base em critérios de classe, “raça” e gênero.

Para (GUIMARÃES,2007) aponta que as mudanças culturais foram fundamentais como elemento político para o processo de democratização, atuando na luta dos movimentos das mulheres, homossexuais, negros e outros, como meio de confrontar a cultura autoritária, atribuindo novos significados às noções de direitos, espaço público e privado, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença.

É partir também dessa compreensão de que a luta por uma educação étnico racial no seu cerne produz efeitos significativos na sociedade, porque entendemos que os efeitos que se emergem dentro da escola, ultrapassam certamente seus muros, chegando até onde a escola se conecta. Neste sentido, alargam nesses locais atingidos pela escola, uma nova forma de pensar e agir de indivíduos que outrora manifestaram quaisquer atos de racismo, possam contribuir a partir de agora com novos olhares rumo à sociedade cada vez mais cidadã.

Para Guimarães (2007) acima de tudo, a “cidadania” é o conceito a partir do qual se estabelecem nossos direitos e deveres e são definidas nossa liberdade e igualdade, além dos termos da solidariedade social. A esta compreensão deve ser agregado o seu conteúdo de estratégia de luta, através da qual se reivindica para todos os cidadãos o direito de participação em todos os setores da sociedade, com igualdade de oportunidades, independentemente de “raça”, credo ou qualquer outra forma de pertença historicamente subalternizada.

Buscar a construção do processo de cidadania no espaço da escola é buscar novos rumos do ensino escolar e atribuir novas práticas que certamente contribuirão para um ensino menos desigual. Para (SANTOS,2022) Assim, acredita-se que novas práticas de ensino, com base em uma pedagogia decolonial e por meio da interculturalidade crítica, podem contribuir para uma educação antirracista, que visibilize e valorize os sujeitos negros, atuando de forma mais concreta no combate ao racismo. Contudo, é preciso que haja, antes, uma verdadeira mudança de olhar, que não se direcione aos valores universais de uma sociedade capitalista e individualista, mas um olhar solidário, esperançoso e sensível, que se perde e se encontra em meio àqueles que tantas vezes foram oprimidos na história e assim continuam no presente.

Não podemos deixar de lutar por um espaço que respire cidadania, precisamos dá voz a minoria excluída, espoliada pelo nosso ensino escolar, diante desse pensamentos, concordamos com Santos(2022) quando fala que a escola reproduz o racismo quando não problematiza o currículo eurocêntrico, quando invisibiliza ou silencia os sujeitos negros, sua história, seus saberes e conhecimentos, quando nega o seu passado, a sua ancestralidade, ou quando nega o seu presente.

A escola contribui para a manutenção das desigualdades quando seleciona, homogeneiza e universaliza conhecimentos, considerando-os indispensáveis, em detrimento de conhecimentos outros, ou quando mede qualidade e rotula sujeitos com base em avaliações padronizadas. Compete então à escola, em seu conjunto, assumir novas posturas emancipatórias, a partir do diálogo e de novos olhares, que rompam silêncios, visibilizem sujeitos outros e criem espaços onde todas e todos sejam valorizados e respeitados em condições equânimes.

Contudo para (SANTOS,2022) Nesta perspectiva, a educação das relações étnico-raciais é pensada não apenas para negros, mas como um processo que deve envolver todas e todos, tendo em vista que, para dirimir preconceitos e discriminações, combater o racismo e garantir espaços na sociedade que sejam diferentes daqueles traduzidos pelos índices negativos citados nesta pesquisa, será preciso desconstruir ideias, romper privilégios e desconfianças, mudar pensamentos e posturas, e recriar relações pautadas no respeito às diferenças. Entretanto,

implementar políticas públicas que emergem de demandas sociais, especialmente centradas na questão racial, é um grande desafio para a educação escolar brasileira, fato que denuncia as contradições próprias do racismo no Brasil.

2.1-POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES ANTIRRACISTAS: REFLEXÕES PARA UMA EQUIDADE RACIAL DENTRO DA ESCOLA

Debater o processo político no que se refere a construção de uma educação étnico racial no município de São Miguel do Guamá, perpassa por adentrar nesse viés pertinente às ações municipais, no que tange às legislações educacionais e os caminhos trilhados pelo município no ensino, que vale ressaltar, é de suma importância para fins de compreensão e dimensão de como as legislações ajudam a consolidar um ensino mais justo dentro do espaço da escola Padre Leandro Pinheiro, neste sentido, este trabalho busca compreender as ações desses mecanismos políticos e perceber suas amostras no espaço escolar, principalmente como acontece e desemboca na sala de aula.

Colocar em pauta o debate como as legislações e ações políticas de cunho educacional na ordem municipal é muito importante que percebemos os atravessamentos de tais ações, partindo desse direcionamento é que poderemos propor nossas colaborações para possibilitar ou ampliar os manejos de uma educação antirracista no ensino, contudo partimos dessa ordem porque corroboramos com (JESUINO, RIBEIRO, 2021) afirmando que o Brasil é o país com maior população de origem africana fora da África, sendo que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) mais da metade da população brasileira é negra. No entanto, não há equidade no ensino das culturas negra e indígena, mesmo com a Lei 10.639/2003 e sua ampliação na Lei 11.645/2008. O viés em que a História é majoritariamente ensinada é europeizado, colocando as culturas africanas e indígenas como coadjuvantes no processo de constituição de nossa sociedade.

Na Escola Padre Leandro Pinheiro, locus de nossas perspectivas e colaborações no processo de ensino, é neste espaço escolar citado que esta pesquisa se debruça, tentando na tentativa de entender como o ensino desta instituição escolar caminha com as legislações direcionadas pelo município, mas também como ocorre aos diálogos com as leis educacionais, principalmente com a Lei 10.639/03.

Isso certamente dará as possibilidades de pontuarmos nossas colaborações para fins de uma educação étnico racial no espaço da escola, dentro desse enquadramento entre escola, ações educacionais, políticas municipais e legislação de afirmação no negro no ensino, é dentro

desse entrelaçamento que podemos colaborar para a consolidação de uma educação étnico racial com práticas pedagógicas na escola Padre Leandro.

Problematizar esse debate político no município sobre a sedimentação de uma educação mais justa nos colocam para uma reflexão que embora a Lei 14.759 de 21 de dezembro de 2023 na qual declara o dia 20 de novembro feriado nacional o Dia nacional de Zumbi e da Consciência Negra, não podemos esperar somente em novembro para se colocar no ensino e portanto na sala de aula as representações no povo negro.

Dentro desse viés, ao passo que as afirmações de uma educação étnico racial vai se consolidando é de se esperar que os mecanismos que são mobilizado pela educação também recebam os efeitos de mudança, como é o caso das identidades dos nossos alunos pretos, identidade é um processo contínuo para (GOMES,2011,p,110) É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros (e as negras) brasileiros constroem sua identidade e, entre ela, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, uma vez que se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social.

Contudo entendemos que é importante nesse momento a reflexão dos efeitos de uma educação antirracista no espaço escolar, porém o problema a ser questionado é esquecer durante todo o ano letivo de que os negros estão lá nos mesmos espaços que os brancos, no entanto seus conhecimentos e suas representações caminham no ensino muito superficial chegando somente a ser visualizado no mês de novembro.

Para (JESUINO, RIBEIRO,2021) o currículo prescrito é essencial no processo de representação das diferentes identidades, pois possui uma perspectiva norteadora para os professores e também de determinada garantia de que esse processo precisa acontecer. Porém, quando se fala desse processo de representação não é no sentido de discutir superficialmente, em um dia isolado, geralmente próximo às datas comemorativas referentes a essas culturas, sem uma contextualização ou continuidade, isso não é uma educação étnico racial, e está muito longe de ser.

Sendo assim, visualizar os mecanismos da educação e propor mudanças dentre os processos de políticas públicas de ordem municipal, assim como buscar os caminhos que estão abertos pelas legislações que contemplam a discussão de uma educação na qual o negro esteja como sujeito protagonista e perceber como estão sendo direcionadas é de suma importância para buscar a efetivação concreta dessas leis no chão da escola , logo é dá voz a nossa

comunidade escolar negra e garantir acima de tudo uma educação que oportunize condições iguais de conhecimento para a negros e brancos.

Iniciaremos com as possíveis contemplações da Resolução do Conselho Municipal de Educação-CME/SMG, Nº 006/2014 de 24 de junho de 2014. no artigo 1º dispõe sobre a regulamentação e consolidação das normas municipais, estaduais e nacionais aplicáveis à educação básica(níveis infantil e fundamental) sistema municipal de ensino de São Miguel do Guamá.

No capítulo VIII da educação quilombola, o artigo 139 ressalta que a educação quilombola deve ocorrer nas comunidades quilombolas desde a educação infantil visando o resgate cultural e a identidade dos povos da comunidade no art.141. informa que o poder público viabilizará uma educação que permita a valorização da cultura da África e dos africanos, aluta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro as áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil , também é importante colocar o parágrafo único que aborda que obrigatoriamente nas escolas quilombolas devem ser ministrada aa disciplina identidade e cultura local com conteúdo específico tendo como base a história e cultura Afro-brasileira.

É importante pontuarmos que a resolução 006/2014 que norteia a educação do município de São Miguel do Guamá embora nos diversos artigos que contemplam a resolução é notório que a mesma conversa veementemente com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), logo especificamente na 006/2014 nos capítulos mencionados anteriormente em que propõe um debate de como as representações no negros que permeia o espaço escolar no município é enfatizado.

O debate aqui a ser colocado é que a educação que representa o povo negro está restrito a um conjunto de instituições escolares pontuado na educação quilombola, e portanto as dinâmicas práticas que a principal lei que conduz o ensino do município pelos menos até essa data aborda um espaço “segregado” ou seja , as colocações feitas sobre a educação quilombola é importante, mas deveria se estender para uma educação geral do município de forma mais contundente, pois é esse o debate aqui, no nossas proposições é que o negro deve aparecer em todos o processos de construção da educação do município e não somente com veemência nos quilombos.

Tal resolução que norteia essa discussão até aqui, foi atualizada em 28 de dezembro de 2016, o que engrossa ainda mais nosso debate e os questionamentos, porque os negros ainda estão nos quilombos, no entanto as vivencias dos negros devem também nortear a educação

geral e não somente nos quilombos, ressaltamos aqui a importância da educação quilombola, mas não responde às demandas dessa pesquisa que é a compreensão de políticas para os negros em todos os espaços, sejam eles rurais ou urbanos, logo neste sentido, a resolução 006/2014, por mais que dialogue com a LDB de forma contundente, ainda assim não dá conta das demandas de uma educação étnico racial, pelo menos até esta última atualização.

Assim como para (JESUINO, RIBEIRO, 2021) destaca-se a precisão de orientações mais direcionadas à abordagem do ensino de relações étnico-raciais nos anos iniciais na BNCC, pois apesar de ter se passado mais de uma década e meia da instituição da Lei nº 10.639/2003, e muito já se ter discutido e escrito sobre ela, não é possível notar seu cumprimento garantido, ou reforçado nas páginas da BNCC. A partir da análise aqui apresentada, pode-se notar que os currículos possuem uma configuração de mudança de abordagem extremamente superficiais (superficialidade comprovada na base que “nor-teia” os mesmos), com um discurso que diz tentar combater o racismo, mas apenas o reforça, no sentido frágil e descontextualizado com que o aborda.

Não é contraditório afirmar que a resolução 006/2014 contempla de forma diluída o negro, embora essa resolução dialogue com a LDB, e sabemos que a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, já foi alterada com a Lei 10.639/03. mesmo assim não deixa claro como o ensino com o povo negro deve acontecer no município, no entanto, essa ênfase acontece apenas com a educação quilombola e nas referidas instituições escolares que atendem uma educação quilombola.

Colocar aqui nossos questionamentos é crucial para que as futuras alterações dessa legislação tão importante para a educação de São Miguel do Guamá possam tornar mais substancial o ensino em toda sua rede municipal visando contemplar o negro, dentro dessa ótica direcionamos as proporções daquilo que norteiam este trabalho, que é ajudar a consolidar um ensino contemplado na equidade num educação antirracista.

Caso isso aconteça, as representações do negro estará mais explícita na resolução 006/2014 como um ato de mudança muito importante, no entanto é bom ressaltar que uma educação antirracista ao ser contemplada na lei é importantíssimo, no entanto não garante a visibilidade do povo negro no ensino.

O racismo escamoteado existente nas nossas escolas, precisam não somente ser combatido na legislação, é importante resistir na prática de forma cotidiana, pois compreendemos que a educação brasileira assim e não diferente da que acontece em São Miguel do Guamá, deve resistir através das ações da escola para combater esse racismo diariamente.

Para (Prado, Fátima,2016). A temática racial não é algo tão simples, significa lidar com um passado de esquecimento, desconstruir ideias e categorias hierarquizadas no imaginário social, reverter estereótipos e representações inadequadas dos negros, buscando perspectivas antirracistas e construindo novas práticas pedagógicas que promovam a igualdade.

Sabemos que não é um processo fácil, as construções feitas através de formação de professores, construção de currículo escolar construiu uma cultura escolar muito arraigada com as demandas eurocêtricas, desconstruir isso faz parte de lutas e resistências cotidianamente para (OLIVEIRA,2015,p.03) as implicações para a educação das relações étnico-raciais são muito mais complexas e tensas do que se possa imaginar. Ou seja, exigir dos docentes a aplicação das novas diretrizes que incluem nos currículos, histórias da África e das relações étnico-raciais em educação, significa mobilizar subjetividades, desconstruir noções e concepções apreendidas durante os anos de formação inicial e enfrentar preconceitos raciais muito além dos muros escolares.

As legislações que mobilizam o processos numa educação étnico racial nos espaços escolares, estão sujeitas aos enfrentamentos das dificuldade construídas e fortalecidas pelas ausências pedagógicas que ao longo de nossas práticas foram esquecidas nos saberes pedagógicos, práticos e étnico-raciais que, em grande parte, são marcados pela ausência de reflexões sistematizadas e pelos estereótipos consubstanciados pelo mito da democracia racial.(OLIVEIRA,2015,p.05).

Para as autoras (Prado, Fátima,2016) nas escolas a discriminação é ensinada de forma inconsciente, a história dos negros nos livros didáticos apresenta apenas um passado escravocrata, sem cultura, sem costumes. Aprendemos sobre a subordinação do negro ao branco, o relacionamento senhor e escravo, a supremacia do branco como padrão de referência social e o negro como incivilizado.

Embora essa postura já tenha mudado bastante, com novas abordagens na formação de professores e inserção de legislações que garantem uma educação étnico racial nas escolas, também podemos dizer que é verdade que existe um silenciamento ainda muito ancorado nas práticas pedagógicas escolares, de acordo com (Prado, Fátima,2016) no Brasil há a recusa que exista preconceito, racismo, mas nos recusamos a ensinar a religião africana por considerar uma prática profana e demoníaca, desconsiderando todo seu valor cultural.

Para (SODRÉ,2023) nada impede que, mesmo abolido o regime escravista em termos políticos e jurídicos, uma sociedade com forte tradição patrimonialista e senhorial preserve relações sociais de natureza escravista por meio de um jogo de posições em que o lugar do

descendente de Africanos já esteja ideologicamente predeterminado pela escassa visibilidade diante das barreiras educacionais.

Resistir a esse racismo naturalizado através dessas barreiras no ensino que acontece nas diversas práticas docentes que valoriza diariamente um conhecimento eurocêntrico, na contramão desses caminhos percorridos infelizmente pela educação, move como consequência a invisibilidade do negro, que certamente se pulveriza diante da cultura escolar, portanto transformar essa realidade perpassa pela inserção de uma educação étnico racial.

Aqui ressaltamos os debates contextualizados de Luiz Fernandes de Oliveira enfatizando as tensões vividas pelos docentes que fizeram parte de sua pesquisa que apresentaram seus dilemas de uma formação insuficiente para se tornar um mecanismo gerador de enfrentamento dos conflitos postos numa construção de uma educação que promova a igualdade.

Essa é realidade de muitos docentes das nossas escolas, há sem sombra de dúvida uma carência de formação no que tange uma educação antirracista, ainda não estamos preparados, as formações de educação básica não contemplam os debates pra gerar ferramentas de enfrentamentos do racismo nas salas de aula. Concordando com Silvio Almeida que aborda o racismo institucionalizado e como consequência disso se naturaliza esse mal que perpassa os muros da escola, invisibilizando nossos alunos negros.

Como nos alerta na sua fala (SANTOS,2024) colocando que é necessário refletir a condição de subalternidade que é imposta às pessoas pretas na sociedade, haja vista, que o contexto escolar reflete dentro do seu espaço, a sociedade a qual pertence. O ambiente educacional não pode reproduzir e contribuir com o “Racismo estrutural”

Não está preparado, não nos ausenta de começar com mais ênfase a consolidar uma educação étnico racial nos nossos espaços escolares. Como sabemos a leis estão postas, mas as mudanças para que aconteçam nas práticas pedagógicas depende das mobilizações do corpo escolar.

Concordamos com (SANTOS,2024) quando enfatiza que instituição escolar e sua clientela trata a cultura afro-brasileira na maioria das vezes, de maneira pejorativa, explicitando a discriminação e preconceito, mesmo com a obrigatoriedade do ensino da referida cultura sancionada por lei, cerceando a possibilidade de ampliação e apropriação de saberes.

Embora já muito citada neste capítulo, no entanto não deixa de ser importante seu debate e provoca instigações, segundo (SANTOS,2024) mesmo após a abolição da escravidão e com a tentativa de reparar as atrocidades que este período causou à população escravizada, ainda há discriminação em todas as esferas da sociedade brasileira e, o contexto escolar como já

mentionado anteriormente, reproduz as relações sociais estabelecidas fora deste espaço de aprendizado. Mesmo com a obrigatoriedade proposta pela Lei 10.639/03, do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e, com a Lei 7.716/89 que, pune todo tipo de discriminação ou preconceito, manifestações de racismo no contexto escolar é comum, nos fazendo pensar que a superação do racismo parece uma grande ilusão.

Enfrentemos agora com afinco esse problema, ou ficaremos nos lamentando das ínfimas mudanças na nossa educação, a ilusão abordada no parágrafo anterior pela autora está muito relacionada a um conjunto de mecanismos que não funcionam dentro do ensino como deveriam, esperar pelo poder público não é a opção, os sujeitos estão lá na escola, coloquemos à disposição as ferramentas pedagógicas provocadoras para que esse indivíduos se tornem sujeitos históricos ativos.

2.2- DISCUTINDO A LEI 10.639/03: DINÂMICAS PRÁTICAS DA ESCOLA EM CONSONÂNCIA COM A LDB E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O ensino escolar com fins de mudanças estruturais naquilo que chega na sala de aula, como já pontuado e discutido no primeiro capítulo, no que se referenciam os conteúdos postos pelos nossos docentes os quais ainda estão muito diluído infelizmente nas ações do colonizador, embora tais ações no currículo e certas mudanças já acontecem, não podemos deixar de intensificar debates para termos uma escola pautada na diversidade de ações práticas no qual o aluno negro possa participar do debate de forma igual com os sujeitos brancos.

A escola Padre Leandro Pinheiro precisa fazer esses enfrentamentos, debater o uso da Lei 10.639/03, assim, torna uma iniciativa em desconstruir um racismo posto no ensino e também dá uma resposta àqueles que lutaram por melhores condições de igualdade, inserido também na Lei que se refere o uso dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira que serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (Lei 10.639, BRASIL, MEC, 2003).

Sendo tal Lei exercida no espaço escolar e também uma resposta às lutas daqueles que muito bem colorado por (GOMES,2013,p.69.APUD.CERQUEIRA,2020) A implementação desta legislação e de suas respectivas diretrizes, vem somar a luta do movimento negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais comprometidos com a luta pela superação do racismo na sociedade, de um modo geral, e na educação escolar, em específico. Esses grupos, partilham da concepção de que a escola é uma das instituições responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros, e por uma educação que tenha respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã.

Por outro lado é importante dialogar com os apontamentos enfatizados por Pereira(2013) que coloca que se em nossa sociedade, está presente de modo inegável a herança cultural deixada pelos africanos, deve ficar claro que não se trata apenas, por força da Lei 10.639/03, de abordar de tornar obrigatório o reconhecimento dessa cultura; isso desse ser visto e feito de forma natural, como algo que está presente em nosso cotidiano, como uma tradição que já existe e que, portanto, deve ser resgatada, levando os alunos a perceberem que, assim com a cultura europeia tão elevada no conceito do currículo escolar e na sociedade, a cultura africana também possui seu valor.

Caso os diálogos sobre uma educação no uso de sua prática não atendem seu aluno preto, certamente estará diante de situações abordadas por (CERQUEIRA,2020) quando pontua que diante desta realidade, era notório a dificuldade e resistência que muitos professores tinham em inserir essa temática nas suas práticas pedagógicas. A ausência de formação voltada para a temática da diversidade étnico-racial no espaço escolar, se refletia em suas práticas e na cultura escolar. Essa lacuna formativa, se refletia na formação dos estudantes, na medida que, o conhecimento escolar relacionado a história e cultura afro-brasileira e africana, embora estivessem presentes no currículo formal, não constituíam um saber priorizado nas práticas de ensino.

Neste sentido, a carência de inclusão das questões raciais na formação dos estudantes, dificultava a aprendizagem de competências relacionadas à história e a cultura afro-brasileira, que são essenciais para a educação das relações étnico raciais.

Desmontar as arestas de uma racismo permanente no ensino escolar é de fundamental importância, sabemos que não é um processo tão simples, no entanto para (MILITÃO,2021) desenvolver uma educação antirracista é fundamental para que estudantes tomem conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção do racismo em nosso país, e seu funcionamento para justificar e/ou legitimar a exclusão de indígenas e negros de direitos. E também compreendam que o racismo está relacionado com o vocabulário, discursos, imagens, ações e até olhares, se constituindo um padrão contínuo de abuso, de violação, de violências sistemáticas, de experiências traumáticas que insistem em vir à tona na trajetória de vida de pessoas negras impedindo-as de se tornarem sujeitos históricos.

Diante dessa perspectiva em possibilitar ferramentas disponíveis para uso desses sujeitos e perceberem dentro de um contexto eurocêntrico se desconstruir o racismo escolar, diante desse olhar concordamos dos atravessamentos feitos por Cerqueira (2000) que a nova perspectiva curricular relacionada à inserção da cultura negra na escola, inicialmente revelou dificuldade de identificação. Alguns aspectos relacionados a cultura afro-brasileira,

despertavam dificuldades de tratamento por parte dos professores e alunos, à medida que se afastavam dos referenciais impostos pelo colonialismo. Era notório a predominância de uma cultura eurocêntrica e um falso discurso de democracia racial, que dificultava a inserção de questões relacionadas à valorização da diversidade negra, sua ancestralidade, suas formas de resistência, religiosidade, estética e visibilidade de sua contribuição para a história da nação.

Dentre esses discurso postos até o momento, o racismo no espaço da escola que se alimenta cotidianamente de práticas eurocêntrica, invisibiliza ações práticas no campo da docência para fugir dessas amarras presente no ensino se torna cada vez mais difícil, por cai no discurso que a escola é uma espaço democrático onde todos são tratados como iguais, não podemos aceitar um discurso como esse, posto que sabemos que o processo de exclusão do povo preto acontece cotidianamente com as práticas que não abordam de forma igual so sujeitos negros dentro da escola.

Para (GOMES, 2012) uma ação étnico racial passa por construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, não obstante não seja uma relação linear, os progressos, as novas inquietações e os limites da teoria educacional têm repercussões na prática pedagógica, assim como os desafios colocados por essa mesma prática impactam a teoria, indagam conceitos e categorias, questionam interpretações clássicas sobre o mecanismo educativo que ocorre dentro e fora do espaço escolar.

Para Santos (2022) Após quase duas décadas de implantação da Lei 10.639/03, e mesmo com alguns avanços quanto a materiais didáticos, introdução de disciplinas nos cursos de graduação e oferta de cursos sobre a educação das relações étnico-raciais, o que se constata é que a questão racial ainda não é levada tão a sério e colocada como eixo das desigualdades sociais no país, bem como nas escolas; não há significativas manifestações de interesse dos professores pelo tema, talvez por não reconhecerem a existência do racismo nos ambientes educativos ou por associarem este trabalho apenas àqueles que são de origem negra e atuantes nas causas étnico-raciais; no contexto atual, não se observa ênfase na formação continuada destinada a esta questão ou até mesmo ao trato pedagógico da diversidade, tão mencionada nos documentos curriculares das recentes políticas públicas

Colocar a Lei 10.639/03 em debate aqui perpassa por relacionar com práticas de mudança nas ações pedagógicas escolares, mas sobretudo no currículo de forma geral, nestes moldes é um processo que acontece atingindo um ponto fundamental é necessário, que é descolonizar o currículo escolar. Para (GOMES,2012) Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. já fora muito discutido a rigidez curricular das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo

entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

Com muita contundência aponta Pereira (2013) quando fala que no ambiente escolar, o conteúdo das aulas, principalmente no ensino da disciplina de história, enfatiza uma visão eurocêntrica do tema, dando pouca importância à vertente afrocêntrica. A rica cultura africana, quando trazida para a sala de aula, não só reconstrói nos alunos e nos professores uma imagem positiva daquele continente, como também eleva a autoestima dos alunos afrodescendentes, os quais, apesar de viverem no seu dia-a-dia aquela cultura, ao chegar à sala de aula se deparam com conteúdos pedagógicos que revelam outra realidade, isto é, uma realidade voltada para os conteúdos de fundo eurocêntrico.

Para (JESUS,2023) Lei 10.639/03 é um marco em relação ao currículo e seus elementos, visto que sua aplicabilidade tencionou para que novas ferramentas pedagógicas fossem inseridas no âmbito escolar. Do mesmo, não é possível falar dessa legislação sem destacar a importância do Movimento Negro; isto é: é preciso sempre rememorar como as instituições negras foram fundantes para tal, e caso isso não aconteça, reproduz-se uma relação a partir do racismo, que é esquecer as contribuições negras em nosso país. A contextualização da luta para que a Lei fosse implantada é importantíssima no que tange à memória negra.

Nosso trabalho aqui é pontuar com tais discursos os novos direcionamentos que queremos com nosso ensino escolar, colocar principalmente o uso da Lei na escola como mecanismo antirracista, com isso sem sombra de dúvida aqui é uma forma de colocar o povo negro, sujeitos invisibilizado pelo nosso currículo escolar, e promover novos mecanismos didáticos pedagógicos capaz de colocar esses sujeitos negros como protagonista do processo de ensino, dialogando com a realidade do espaço escolar.

Para (GOMES,2012) às mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política.

É importante essa chamada pela autora citada acima, pois sabemos que falar do povo nas práticas pedagógicas na escola já acontece, o debate aqui é colocar os negros não mais somente através dos horizontes eurocêntricos, vistos muitos ainda na sala de aula como sujeitos transgressores, aqui o debate é colocar e se posiciona para isso coloca os negros como sujeitos dos processos que acontecem no espaço escolar, que sejam colaboradores da produção do

conhecimento de forma igualitária com os sujeitos brancos e para além disso, que a realidade no discente seja espaço de diálogo.

A escola precisa oportunizar igualdade no seu ensino e isso começa com estratégias pedagógicas pautadas numa educação étnico racial. Neste contexto, ações assim devem estar de forma pertinente no PPP da escola. No (DCNERER) É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressam visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. é necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como metas os direitos dos negros, assim como todos os cidadãos brasileiros.

As oportunidades advindas de uma educação étnico racial estão acontecendo com mais ênfase na atualidade dentro das nossas escolas, esse processo é resultado de muitas lutas e conquistas do movimento negros ao longo do século XX.

A Lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura Afro-brasileira” o primeiro parágrafo da referida Lei o artigo inclui o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e pertinentes à história do Brasil(DCNERER)

No segundo parágrafo os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (DCNERER). A ressalva que faço aqui é que a lei é produto de conquista do movimento negro ao longo do tempo, mas que apenas uma lei pronta não produz os efeitos necessários no ambiente escolar.

Dentro dessa conquista abordada na lei até sua efetivação de fato, faz necessário política educacional em promover de forma contínua uma formação adequada ao corpo docente escolar capaz de lidar com essa pauta tão importante, pois falar dos negros os conteúdos postos principalmente nos livros didáticos já falam a bastante tempo, no entanto de forma de uma só ótica , no caso o eurocentrismo , ou aborda o negro de forma equivocada na realidade.

De acordo com os PCNS a temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdade socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludente que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o brasil como um país complexo, multifacetado e algumas veze paradoxal.

É neste âmbito que deve acontecer às práticas pedagógicas escora na qual o ensino permaneça galgado na compreensão que existe um grupo que está em constante desvantagens na sociedade, no entanto o ensino escolar como também a Lei 10.639/03 não acontece no espaço da escola. A aplicação e o aperfeiçoamento da legislação são decisivos, mas insuficientes. Para construir uma sociedade justa, livre e fraterna, o processo educacional terá de tratar do campo ético, de como desenvolvem no cotidiano atitudes voltadas para a formação de novos comportamentos, novos vínculos em relação àqueles que historicamente foram alvos de injustiça (PCNS).

Se essas duas vertentes, isto é, a escola e a Lei não cumprem sua função como deveriam, como resultado disso acontece a impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e de participação na gestão coletivas do espaço público pressuposto da democracia, reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto para a própria nação(PCNS).

Segundo os PCNS historicamente registra-se dificuldade para lidar com temática do preconceito da discriminação racial/étnica. Na escola, muitas das vezes, há manifestação de racismo da discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se veem expostas.

A Escola e suas práticas precisam estar alerta diante do problema racial que a sociedade brasileira convivem, como já discutido neste trabalho, ao longo do tempo grupos minoritários a exemplo dos negros estiveram marginalizados dos mecanismo socioeconômicos, além disso a escola foi um local de aprofundamento desse racismo ao passo que não aborda com contundência novas discussões de suas ações pedagógicas com a realidade dos negros.

Como conta nos PCNs, reconhecer essa complexidade que envolve essa problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo, além disso, a escola tem um papel fundamental a desempenhar , pois é um local que onde dar a convivência entre estudantes de origens diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, também é um lugar onde são ensinados as regras do espaço público para convívio democrático e mostra a realidade plural de um país como o Brasil que carrega subsídios para debates de discussões em torno de questões sociais.

Como já dito a Lei 10.639/03 é resultado de conquista árdua do movimento negro, no entanto outras leis se propuseram garantir ao negro direito à ele negado através dos mecanismo

historicamente orquestrados pela ótica eurocêntrica. outra importante lei que fortalece nossa discussão é a Lei no 12.288/2010, Estatuto de igualdade racial, logo no artigo primeiro, está destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.(SENADO FEDERAL.2021).

Importante ressaltar que no segundo capítulo desta mesma lei consta as devidas informações que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Isso demonstra a devida contribuição deste capítulo compreender e problematizar por que com leis tão claras na abertura de oportunidades iguais aos negros, nosso currículo escolar, nossas práticas pedagógicas, nossas ações docente e formação de professores ainda não são sedimentadas em tais legislações.

Diante de leis que embora existem a tanto tempo, ainda estão ausentes do espaço escolar e se acontecer certamente é de forma muito trivial. Isso é resultado daquilo que Almeida chamou de racismo estrutural, segundo ele, o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.

Como o racismo é um mecanismo que está arraigado em diversas instâncias na nossa sociedade, logo o dever da escola é propor novas diretrizes que possibilitem um desmantelamento no espaço escolar desse racismo estrutural, à medida que o negro ganha oportunidades iguais, certamente a escola enquanto um núcleo interligado com outras instâncias sociais possam espraizar essa mudança que tanto se busca, que é uma sociedade ausente do racismo, enquanto isso não acontece, fica aqui nossa contribuição com mudanças significativas no nosso ensino escolar.

Se os efeitos de tais legislações não desembocam com as iniciativas da escola os mecanismos de racismo se manifestarão certamente na escola, e o negro permanecerá em desvantagens dentro desse contexto, contudo é bom lembrar casos de racismo que eventualmente acontece no espaço de ensino pode ser caso de pena.

A exemplo pontuamos a Lei 7.716/1989, que define os crimes de preconceito de raça ou de cor, no artigo primeiro consta que serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Mas como reverter um panorama de racismo tão sedimentado historicamente, para responder essa pergunta existem vários mecanismos que nos ajudam a entender as diversas possibilidades que no campo do ensino escolar possa ser produzido levando a corrosão de um racismo escamoteado no cerne educacional.

No bojo dessa ótica para (FREIRE,2010) é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática, que permeia a “raiva” que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra a violência, que tenha um papel formador. nossa educação deve se permitir se consolidar com essa criticidade, buscando a igualdade no ensino. Para (OLIVEIRA,2016) Pensar criticamente não é tomar o papel docente como um exercício de sedução política para as opções analíticas do educador, mas buscar desenvolver uma argumentação explicativa e demonstrativa, instigando os alunos a fazer análises e escolhas.

Essa busca por igualdade embora ainda não aconteça de forma contundente na formação continuada do corpo docente, ela é defendida e está presente no estatuto de igualdade estabelecendo programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários na educação básica e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

A escola necessita abrir espaço para que essas minorias sociais possa ter acesso à cidadania que para (OLIVEIRA,2016) perpassa por transformações sociais na qual a complexidade de nossas sociedades, a multiplicação dos atores sociais outorga um lugar privilegiado à política, à concertação de diferentes forças, já que nenhum ator – nem o Estado, nem o mercado, nem a sociedade civil – tem, sozinho, capacidade para coordenar o conjunto da sociedade contemporânea. Segundo o autor citado, vivermos num momento de intensa hibridização das identidades sociais e culturais, numa realidade complexa e repleta de contradições, ensinar tornou-se tarefa igualmente multifacetada e desafiadora.

Ações pedagógicas escolares mergulhadas com uma educação étnico racial, ajuda a visibilizar muitas representações do povo negro negada historicamente. Para (CARVALHO,2021) Os legados dos africanos para a ciência e a cultura universais são, na maior parte dos casos, simplificados, desprezados, ridicularizados ou excluídos dos currículos escolares brasileiros.

Sendo assim, tais legados estão constantemente sendo negados por um ensino estruturado num racismo invisível, contudo precisa ser visto para ser combatido, e isso pode começar com uma educação étnico racial. para (CARVALHO,2021). A História da África não pode ser ignorada, esquecida, tratada como de menor valor, afinal, as relações do Brasil com o continente africano são estruturais e estruturantes. Não há como se estudar a história brasileira

sem se adentrar na História da África, sem se ater nas repercussões das contribuições dos africanos para a construção da sociedade brasileira, quer em aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos etc., quer para se entender os conflitos e tensões que marcam tais relações.

Segundo o autor citado acima as tensões internas e externas. As histórias enlaçam-se, enriquecem-se, entrecruzam-se. Histórias de trocas culturais que repercutem com força nos dias atuais em nosso país. Portanto, ao passo que nosso ensino convive com esses conflitos, uma contribuição necessária se faz com uma igualdade de direitos em que todos possam ter acesso à cidadania.

Direitos garantidos, que precisam acontecer no chão da escola, um racismo que se não for combatido no ensino escolar seus tentáculos estarão enraizados na nossa sociedade, é importante ressaltar enquanto a Lei 10.639/03 possibilita reparar os danos garantidos com ensino pautado também nas histórias do povo negro. Existe Lei como a Constituição Federal de 1988, que criminaliza a prática do racismo, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” artigo 5º, Inciso XLII.

Daí a importância de garantir esses direitos aos negros que não só a escola pode atuar nessa perspectiva de mudança, outras iniciativas governamentais ajudam a a cessar outros setores da sociedade, não somente a escola, a exemplo disso temos o parecer do CNE. Segundo esse Parecer do Conselho Nacional de Educação, destina-se aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino.

Dentro do mesmo parecer citado acima, o mesmo direciona também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

Para o mesmo Parecer do CNE Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um

dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

Como podemos observar tais legislações existem porque foram conquistadas pelo movimento negro, no entanto como observamos estão muito longe de suas ações concretizarem de forma permanente no nosso espaço escolar. Contudo sabemos que existem outros chamamentos para a sociedade contribuir para desmobilizar o racismo no nosso país. Este trabalho é um ponto de colaboração neste sentido, pois ao passo que problematizamos nossas ações pedagógicas produzimos efeitos significativos para novas perspectivas de mudanças no ensino.

Compreendendo a importância de uma educação antirracista dialogamos claramente com a autora (MILITÃO,2021) que pontua que nosso mundo continua a ser um mundo das raças, na medida em que racismo foi um mecanismo que se desenvolveu lado a lado à expansão do capitalismo no mundo. Raça e racismo se apresentam como ideologia principal para o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, resultado do escravismo colonial e do imperialismo no processo de acumulação do capital, garantindo privilégios para alguns e exclusão e marginalização para a maioria. Enquanto o racismo não tiver sido eliminado da vida e da imaginação do nosso tempo, será preciso continuar a lutar pela criação de um mundo para além das raças. Daí a urgência de uma educação antirracista e decolonial junto às novas gerações para a construção de novas consciências históricas e políticas.

Nestes moldes entendemos a importância para a discussão presente neste trabalho, mas também ratificamos daquilo que afirma (MULLER,2018) que podemos afirmar que a alteração do artigo 26A da LDB/1988, após promulgação da Lei nº 10.639/2003, trouxe algumas mudanças de caráter quantitativo nos conteúdos escolares e no LD sobre a inclusão da história e cultura negra e da África. Porém, essas transformações ainda não podem ser consideradas significativas e impactantes na cultura escolar, pois podem ser compreendidas apenas para atendimento e adequação à demanda legal, ou seja, ao PNLD e ao cumprimento legal.

Os debates feito aqui nos possibilitam ampliarmos novos horizontes contra um racismo escamoteado no ensino escolar, mas entendemos também que muito já se conquistou para que novos conteúdos de representação dos negros cheguem com força na sala de aula. Contudo somente os conteúdos da lei não bastam, pois, os mesmos devem ser expressos de forma valorativa, no que concernem às construções das representações culturais, textuais ou imagéticas, de africanos e afro-brasileiros no cotidiano escolar e nos materiais a serem utilizados no fazer educativo. (JESUS,2012).

Para Santos (2022) É importante reforçar que, apesar da ênfase dada aos conteúdos selecionados para compor o currículo de História, a questão da visibilidade aos sujeitos negros não se restringe a quantidade, mas ao olhar e à forma como são trabalhados no âmbito escolar. Temas como África e negros não podem ser tratados de maneira acrítica, isolados e descontextualizados nas salas de aula; os negros não estão presos ao passado da escravidão e suas identidades são construídas e reconstruídas ao longo do tempo, a partir das vivências, resistências e convivências diversas, que vão além das manifestações culturais.

O Brasil é um país que possui grande contingente de pessoas negras, que se fazem presentes nos diversos lugares, mesmo em condições desiguais; elas estão também nas escolas, especialmente nas públicas. Por que ganharem espaços de visibilidade na história, na cultura, nos materiais didáticos, nos debates contemporâneos, nas salas de aula, assim como as pessoas brancas, incomoda tanto? Estas como outras problematizações devem ser refletidas e discutidas no chão das escolas, (SANTOS,2022).

Perceber essas problemáticas perpassa por compreender também a disciplina de história tem seus enfrentamentos, aqui dialogamos com as sinalizações feitas por Cerqueira (2000) sobre as tensões relacionadas a história e a cultura afro-brasileira no espaço escolar, estando assim a necessidade de repensar as práticas e saberes desenvolvidos na escola. Entretanto, a resistência de muitos docentes em relação ao trabalho com a Lei 10.639/03, pois, devido a ignorância em relação referenciais legais, muitos se valem da ideia que uma questão apenas “da professora de História”. A Lei, no entanto, expõe em seu artigo 1, § 2º que: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (LEI 10.639, BRASIL, MEC, 2003).

CAPÍTULO III- AS VOZES ETNICO RACIAS QUE ECOAM DOS SABERES DISCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR.

Neste capítulo nossa proposta é dá vozes aos discentes silenciados por um currículo eurocêntrico como já discutido nos capítulos anteriores que se instalou e ecoa na educação brasileira de forma geral, por conseguinte os direcionamentos vão ao encontro dos quais a educação guamaense permeia no espaço da Escola Padre Leandro. Para além disso, a s diretivas devem permitir o acesso à autonomia do educando, neste sentido entendemos que as análises diagnósticas nos possibilitaram caminhar cada vez mais para uma educação de equidade em que os sujeitos de grupos minoritários participem na sedimentação de um ensino étnico racial.

Para além disso emoldurar o processo de pesquisa como atividade sistematizada e mediada entre sujeitos, pautada em instrumentos que propiciam a construção do conhecimento e o desenvolvimento da autonomia, por meio de ações com características de reflexão crítica, que priorizam descobrir, questionar, analisar, comparar, criticar, avaliar, sintetizar, argumentar (NINIM,2008).

A turma investigada que compões esta pesquisa foi a 901 do turno da manhã num total de 25 matriculado, no entanto apenas 14 alunos fizeram parte do 1º questionário da pesquisa, devido às ausências, a faixa etária da turma fica entre 14 e 16 anos de idade como é possível verificar no 1º gráfico seguinte.

Imagem 7- Alunos respondendo o 1º questionário investigativo



Fonte autor (2025)

Imagem 8- Alunos respondendo o 1º questionário investigativo



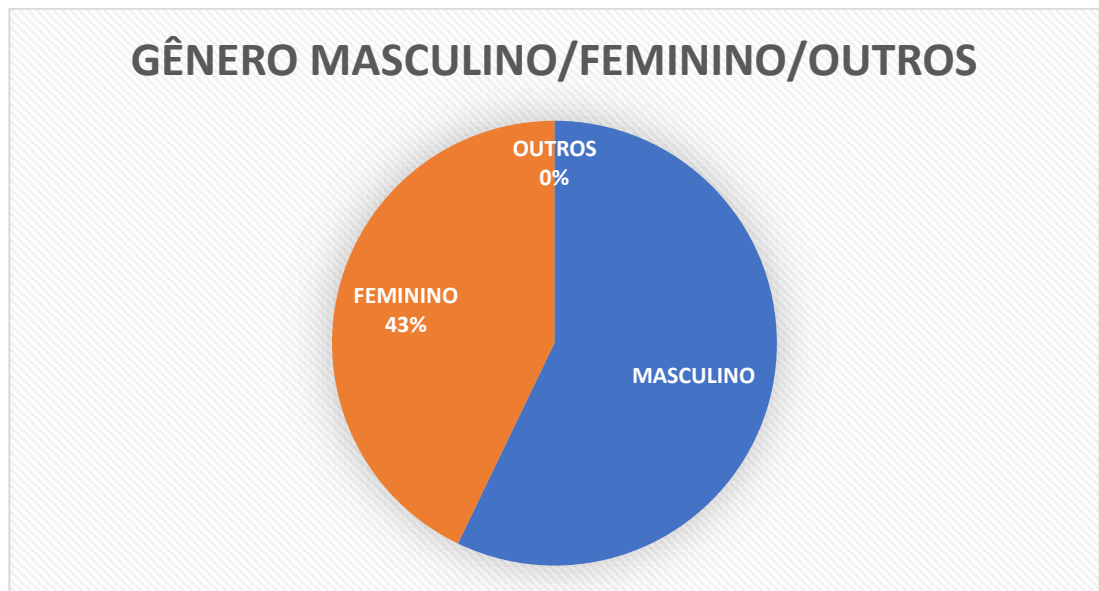
Fonte: Autor (20

Gráfico 1- Faixa etária



Fonte: Autor (2025)

Gráfico 2- Gênero



Fonte: Autor (2025)

A partir dos saberes dos alunos construídos diante das suas vivências foram e deverão continuar sendo fomentadas através do processo desta pesquisa, em abordar o racismo no ensino, mas para além disso colocar os alunos como porta vozes dessas novas engrenagens e ações pedagógicas de enfrentamento ao racismo e por conseguinte serem inseridas no processo educacional como uma educação pautada nas questões étnicas rascais. Diante disso nossa perspectiva é que o ensino que veste o chão da escola, possa possibilitar novas aprendizagens e novos conhecimentos que ecoam a partir das vozes dos alunos, sejam negros, brancos, ribeirinhos, quilombolas que acampam o espaço da escola Padre Leandro |Pinheiro

E aqui corroboramos com a ideia pontuada por (MERCADO,1991) quando coloca que cada professor traz a diversidade de suas próprias referências, bem como as possibilidades de observação e reflexão envolvidas na resolução de seu trabalho. Tanto é que as questões raciais abordadas nas minhas salas de aula, com o caminhar da pesquisa deste trabalho e as discussões teóricas feitas até aqui fomentaram muitas inquietações, deram-me respostas que meu trabalho docente que outrora precisava para atender às necessidades das representações do povo negro no meu espaço escolar.

Para (CARINE,2023) os direcionamento do ensino não representa às necessidades das representações do povo negro porque os conhecimentos históricos não contestam do porquê na história da ciência retratar os maiores nomes de cientistas conhecidos no ocidente, não problematiza o fato de serem todos homens brancos que isso não é por conta de algum atributo

genético de genialidade reservado a eles, mas sim fruto de uma construção social racista e patriarcal que os privilegiam.

Relacionado a esses direcionamentos escolar, Rodrigues e Cardoso (2019) apontam que os currículos são resultados de conhecimentos historicamente acumulados e caminhos percorridos por sujeitos, assim como os processos de aprendizagem estão vinculados aos processos de subjetividade. Portanto, temas como alfabetização, família e cidadania não são neutros e isentos das trocas de experiências e dos jogos hierárquicos das relações raciais.

Essa falta de problematização no nosso currículo educacional está estritamente vinculada de acordo aos relatos dos alunos que ao serem perguntados sobre suas aulas de história sobre os africanos relataram:

Apenas sobre a escravidão, vindo como assuntos simples.
Aluna D.B.P.F 15 anos

Falaram que eles serviam como mão de trabalho, tratado como seres diferentes, como se fosse espécie diferente.
Aluno P.A.T.S 14 anos.

Sim quando os africanos foram trazidos pro Brasil e escravizados.
Aluno I.M.C 15 anos.

Ações pedagógicas antirracistas podem mudar essa dura realidade no espaço escolar da Escola Padre Leandro Pinheiro junto práticas docentes que permitam contribuir para a desconstrução dessa invisibilidade que fomenta a continuidade do racismo escamoteado no espaço escolar, para além disso grupos minoritários devem ter a garantia de juntos com a comunidade escolar participem da construção de ferramentas didáticas permeando novos caminhos que não seja a da exclusão e marginalização.

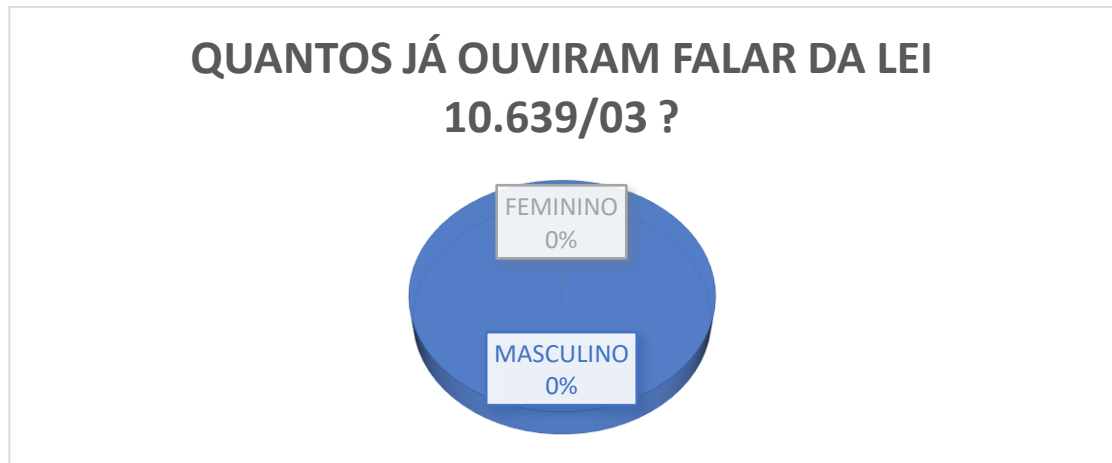
Para (CARINE, p.28.2023) o termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo).

Quando alunos no espaço escolar questionados sobre seus olhares e suas lembranças dos conteúdos de história em relação aos Africanos e o resultado é estritamente ao sistema escravista, o espaço escolar torna-se sem sombra de dúvida um lugar que permeia vantagens a grupos e pessoas identificadas como brancas.

Isso tudo acontece principalmente porque a garantia da Lei 10.639/03 ainda não está efetivada, há um profundo desconhecimento desta lei em que sua ausência nos debates de sala de aula provocam um adormecimento no processo de luta de igualdade de direitos. Para

demonstrar que a Lei 10.639/03 que garante o ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" na escola, está ainda ausente dos saberes dos discentes que questionados se já ouviram falar da referida Lei o resultado foi:

Gráfico 3- Quantos alunos já ouviram falar da Lei 10.639/03



Fonte: Autor (2025)

Nenhum aluno afirmou ter lembrado da referida Lei, isso é um demonstrativo que a lei 10.639/03 se mantém ausente ou até mesmo fragilizada dos debates no espaço escolar, embora ações relevantes de valorização do negro aconteçam no mês de novembro na escola Padre Leandro Pinheiro principalmente no dia 20 de novembro dia da consciência negra, contudo a pesquisa mostra que isso não garante um espaço escolar de igualdade. Pois como já demonstrado anteriormente os conceitos construídos pelos alunos referidos aos africanos, estão vinculados a lembranças somente do sistema escravista, o que garante o fortalecimento do racismo.

Para (LOPES, SANTOS, 2012 p. 4.) coloca reforçando e corroborando com esta pesquisa afirmando que a inclusão de uma lei obrigatória e uma data comemorativa, não são ações suficientes para que a temática negra e afro-brasileira seja trabalhada de forma adequada no chão da escola.

Para as autoras Lopes e Santos (2012) as políticas educacionais e curriculares desenvolvidas no país acerca da temática étnico-racial, devem ser pulverizadas, discutidas, refletidas pelas secretarias de educação de municípios e estados, incorporadas em suas diretrizes de maneira mais comprometida, para assim chegar ao educador através da formação continuada, dos planejamentos escolares e serem problematizadas pelos educandos em sala de aula.

Portanto essa visão dos alunos em relação aos africanos, a pesquisa mostrou que 57% da turma afirmaram não lembrar das aulas sobre o Continente Africano e quando pontuaram questões ligadas a história do continente estava vinculada a questões de submissão do povo africano num contexto escravista o que demonstra que o modelo curricular hegemônico na educação ainda é o currículo eurocêntrico, por outro lado é possível dizer que a efetivação da Lei 10.639/03 está muito ausente de propor garantias de igualdade no que tange aos grupos minoritários, conforme os relatos dos alunos. vejamos:

Nunca tive essa aula
A.K.S F 14 anos

Não, porque não me lembro.
P.A.T.S

Eu ainda não tive essa aula sobre o continente africano, porque ainda não cheguei nessa parte da história sobre o continente específico.
J.F.L.A 14 anos

Ainda não tive as aulas que preciso para saber tudo sobre o continente africano.
I.M.C 15 anos

Em minhas lembranças, nunca tive o contato com esse assunto, não tão aprofundado
D.B.P.F 15 anos.

Para (SIQUEIRA, DIAS 2021) Visando superar tais perspectivas, a Lei 10.639/03 tem como objetivo colaborar com um novo rumo da educação para o âmbito escolar, especificamente por trazer em seu bojo o sentido da memória histórica para os afrodescendentes em solo brasileiro, da mesma forma que o uso dessa Lei pode desenvolver na educação um novo olhar para o continente africano. Os autores consideram afirmando que a lei tem uma importância essencial na luta que favorece a diminuição das desigualdades a partir de uma educação que prioriza debater as relações étnico-raciais.

Neste sentido, sua ausência do processo educacional, seja parcial ou total sem sombra de dúvida a tendência e a permanência do status quo de grupos privilegiados, porque sabemos que enquanto são negadas as histórias do povo africano, e isso acontece durante séculos, têm sido omitida, quando não mascaradas, por interesses estabelecidos em setores da sociedade, por meio de uma assertiva proposta direcionada à manutenção hegemônica do *status quo*. (SIQUEIRA, DIAS, 2021).

O racismo no ensino ainda é muito preponderante no espaço escolar, a visão é muito nítida de que os negros são negados suas representações e ainda são vistos como sujeitos vitimizado pela cor, os relatos comprovam, pois quando os alunos foram perguntados como observavam as pessoas negras no espaço da escola, o resultado foi esse como podemos verificar:

Eu observo normal porque não tenho preconceito com a cor do outro por que todos nós somos seres humanos.

A.K.S.F. 14 anos.

Normal, acho que são pessoas normais como os outros

I.M.C 15 anos.

Eu não ligo muito para as cores das pessoas, pra mim todos os mesmos direitos independentes das cores e gênero.

J.F.L.A 14 anos.

Eles são como todo mundo, cor de pele não muda em nada

J.Y.A.R 14 anos

São como todos os outros, mas na minha opinião, pessoas negras se destacam em todo local

D.B.P.F.15 anos.

Eu observo que tem vários alunos de diversas cores, mas os alunos negros ficam distante dos alunos com cor normal

F.P.O 15 anos.

Humanos como todo mundo, alguns são legais ou são bem diferente, mas vejo como todo mundo e é assim que deve ser.

R.P.C 14 anos.

Como podemos observar através da pesquisa, o espaço escolar, assim como na sociedade brasileira existe uma ótica intencional ou não de igualar e normatizar o espaço social num contexto onde todos tem direitos iguais onde não existe preconceito, nossos alunos ainda não consegue entender que grupos minoritários em que historicamente foram negados seus direitos, devem ter as reparações devidas, para que todos tenham acesso aos mesmos direitos. Contudo para que isso aconteça, a escola deve proporcionar constantemente ações pedagógicas que sejam capazes de visibilizar a existência dessas desigualdades na qual o racismo está escamoteado e tenta a todo custo deixar fortalecida uma hierarquia social construída historicamente.

Por outro lado, ao mesmo tempo que a pesquisa demonstrou que nossos alunos não utilizaram nenhuma virtude relacionada aos negros no espaço escolar pontuando as representações daqueles que não estão no passado, estão aqui na escolar sujeitos a desvantagens continuas historicamente se a comunidade escolar não se movimentar para isso, logo a pesquisa mostrou que todos 100% dos entrevistados acreditam na existência a do racismo como podemos verificar:

O racismo antigamente era algo normal, por isso até os dias de hoje acontecem através de brincadeiras ou de insultos.

D.B.P.F 15 anos.

Sim pois no mundo aonde se encontra hoje existem diversas pessoas racista, pessoas julgando a aparência dos outros ser humanos.

F.P.O 15 anos

Sim, apesar de eu já ter passado por isso, e não é algo bom de se passar.

J.S.B 15 anos

Sim, porque existem pessoas que são tratadas com indiferença por causa da cor de pele da pessoa.

I.M.C 15 anos

Sim, principalmente nos ambientes escolares ois tem alunos que não pensam antes de falar e acabam ofendendo os outros.

A.P.F.S 15 anos.

Sim, porque tem pessoas que sofrem discriminação em lugares públicos no trabalho e na escola.

P.A.T.S 14 anos.

A existência do racismo, que se perpetua dentre o currículo escolar eurocêntrico que se acampou no currículo educacional brasileiro e por conseguinte atua também no ensino Guamaense, continua muito fortalecido na construção ideológica referente a grupos minoritários, no nosso caso os negros, como pessoas que estão adormecidas num sistema escravista. Desse modo as desigualdades tendem a continuar se as ferramentas pedagógicas como a valorização das representações dos negros não começarem a fazer parte do cotidiano escolar.

Siqueira e Dias (2021) fazem as devidas colaborações de como se posicionar com o racismo que se acampa no espaço da escola, para os autores a partir do que analisamos até aqui, no que tange o histórico processo de resistência oriunda de demandas sociais, sobretudo aquelas elencadas pelo movimento negro, o racismo, enquanto fenômeno estrutural, presente em nossa sociedade e também no meio escolar, precisa ser debatido e criticado no chão da escola. Isto significa questionar determinadas posturas vigentes e, assim, indicar alternativas direcionadas para uma transformação da realidade.

Tais alternativas que a educação precisa dá conta e construir ferramenta capaz de colocar tais sujeitos marginalizados como sujeitos críticos capazes de combater as disparidades sociais e lutar por igualdade de direitos, em que a escola seja uma espaço de direitos conquistados e reconhecido, como exemplo, o uso da Lei 10.639/03 que foi uma conquista do povo negro, mas que a educação tem negligenciado ou uma tentativa de adormecer seu efeitos no ensino.

Práticas pedagógicas como uso de uma ferramenta constantemente eficaz no espaço da escola na luta contra o racismo escolar pode ser construída a partir de ações que permitem conhecer a história do movimento negro no Brasil, seus principais personagens e demandas sociais. É extremamente oportuno, também, desenvolver sólidas referências de pessoas negras

no atual cenário intelectual brasileiro e apresentá-las aos alunos como forma de propor uma didática mediadora com foco na desenvoltura crítica do aluno (SIQUEIRAS, DIAS, 2021).

Por conseguinte, concordamos o que para (SIQUEIRAS, DIAS, 2021 p.112.) coloca como importância e necessidade de olhar os processos políticos, historicamente construídos, que condicionou para uma parte significativa da população brasileira à marginalidade, principalmente a população negra, por meio de uma precarização mantida por mecanismos de invisibilidade e exclusão.

O racismo escolar como já sabemos é produto de um currículo que silencia grupos minoritários e invisibiliza suas vivências produzindo desvantagens imensuráveis, uma educação étnico racial é um dos rumos que a Escola Padre Leandro pode colaborar para que alunos silenciados possam propagar suas vozes, com intuito de diminuir vantagens nesse espaço ocupado ainda majoritariamente por mecanismos de um currículo excludente.

Diante disso tudo, é salutar pontuar (DAVIS, 2018.p.45) quando fala que os modos como, ao longo de um período de décadas e séculos, as pessoas negras vem sendo desumanizadas, ou seja, representadas com menos do que humanas e, portanto, o caráter político da maneira como a população negra é retratada por meio da mídia, por meio de outras formas de comunicação, que entra em jogo nas interações sociais.

É importante ressaltar que as formas de desumanização continua de forma contundente no jogo das interações sociais onde o racismo atua numa das suas camadas manifestando-se, como podemos colocar a fala de um entrevistado, perguntado se acreditava na existência do racismo, sua resposta é “ Sim, apesar de eu já ter passado por isso, e não é algo muito bom de se passar” (J.S.B, 15 anos). A escola como espaço de interações sociais pode atuar para que fatos como esse possam diminuir na sociedade, porque como sabemos o processo de dano causado sobre aquele que sofre o mecanismo do racismo é irreparável.

Como exemplo, das vantagens postas aos grupos considerados brancos, vejamos a resposta de um dos entrevistados da turma 901, perguntado o que lembrava do continente africano, como resposta foi essa: “ Sim de quando as pessoas do continente foram trazidos pro Brasil para serem escravizados” (I.M.C, 15 anos) como podemos perceber na voz do discente da turma entrevistada é um olhar que a escola precisa ajudar a desconstruir, ainda é nítido com muito ímpeto, o negro está posto na mentalidade e no discurso no espaço escolar vinculado ao processo escravista.

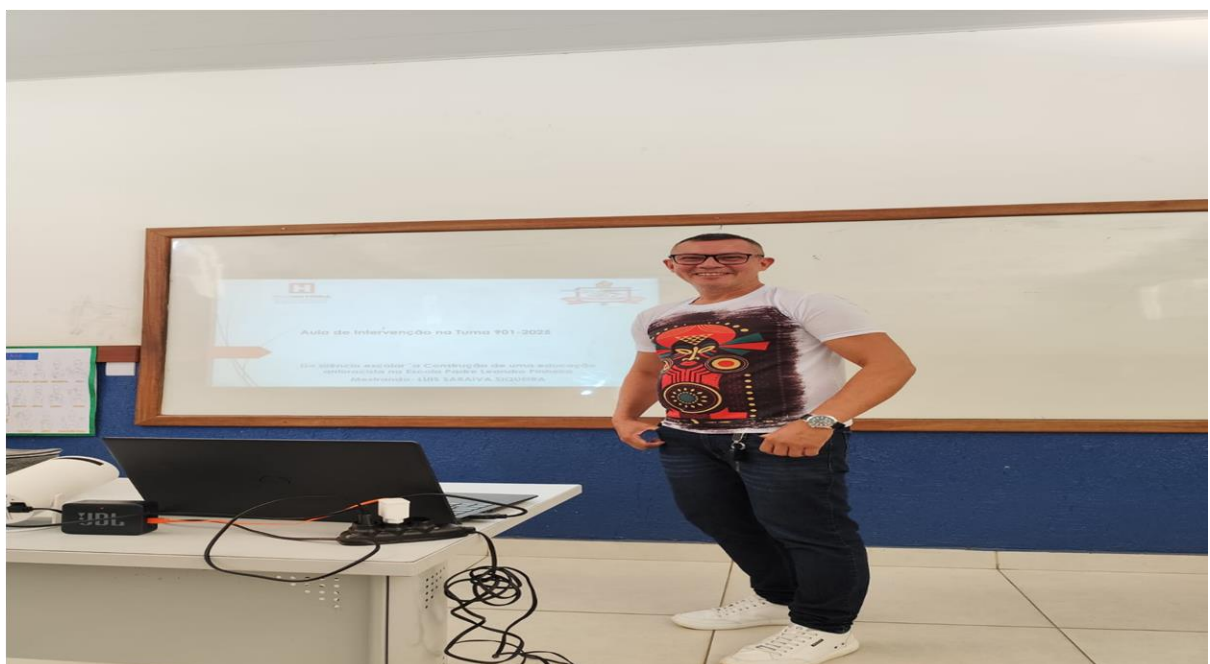
Por outro lado, ao passo que isso ainda ocorre num local que já deveria ter ultrapassado esse discurso é porque está claro intimamente ligado o que colocam Costa, Martins e Silva (2020) como um mecanismo processual de uma necroeducação que ajuda e fortalece sem

sombra de dúvida o apagamento, a subalternização, a animalização, o silenciamento dos alunos negros e de sua (sub)representação no ensino, assim certamente é galgada a morte epistêmica, simbólica, imagética, identitária do negro nos currículos, nas práticas pedagógicas cotidianas, o que acaba refletindo no referenciamento feitos pelos alunos em relação os negros.

Quando um discente responde que sua referência ao povo negro está relacionado ao mundo escravista, isso é sem sombra de dúvida de que o racismo ainda é muito presente e produz efeitos desmedidos de baixa estima naqueles negros que perpassam pela Escola Padre Leandro Pinheiro. Para Silvio Almeida (2018) o racismo é uma forma sistemática de discriminação é um evento que leva desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Portanto, diante da compreensão de como age as interface do racismo que atravessa o espaço da escola e de como também o processo histórico ajudou a desconstruir e marginalizar as representações afro, ou seja, o ensino ainda continua a colocar o negro em constante desvantagens nos diversos espaços sociais como a escola, logo portanto se faz necessário proporcionar cotidianamente ações de uma educação étnico racial presente, que seja capaz de combater o racismo, e isso só será possível que se a escola sedimentar um ensino com mais igualdade que proporcione a valorização de grupos minoritários que estão presentes no chão da Escola Padre Leandro Pinheiro.

Imagem 9- Aula de Intervenção após o 1º questionário.



Fonte: Autor (2025)

Imagem 10- Alunos assistindo aula de intervenção



Fonte: Autor (2025)

Após o primeiro questionário ao detectar nas respostas dos alunos que desconheciam a Lei 10.639/03 e sabendo da importância do uso desta Lei para o processo de igualdade social, como também respostas vinculadas aos negros apenas ao processo de colonização e ao sistema escravista. Logo houve a necessidade do uso de uma aula de intervenção capaz de discutir o processo e como se consolida a permanência do racismo na educação. Portanto nesta aula, foi mostrado e discutido as leis; 10.639/03 que garante a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana na educação, também abordamos a Lei de Cotas 12.711/2012 lei que reserva 50% das vagas para alunos de grupos étnico raciais e também a Lei 7.716/89 que puni na forma da leis crimes resultante de discriminação, preconceito e cor, raça, etnia. Religião ou procedência nacional. Durante a aula muitos alunos ficam surpresos com leis de outrora desconheciam.

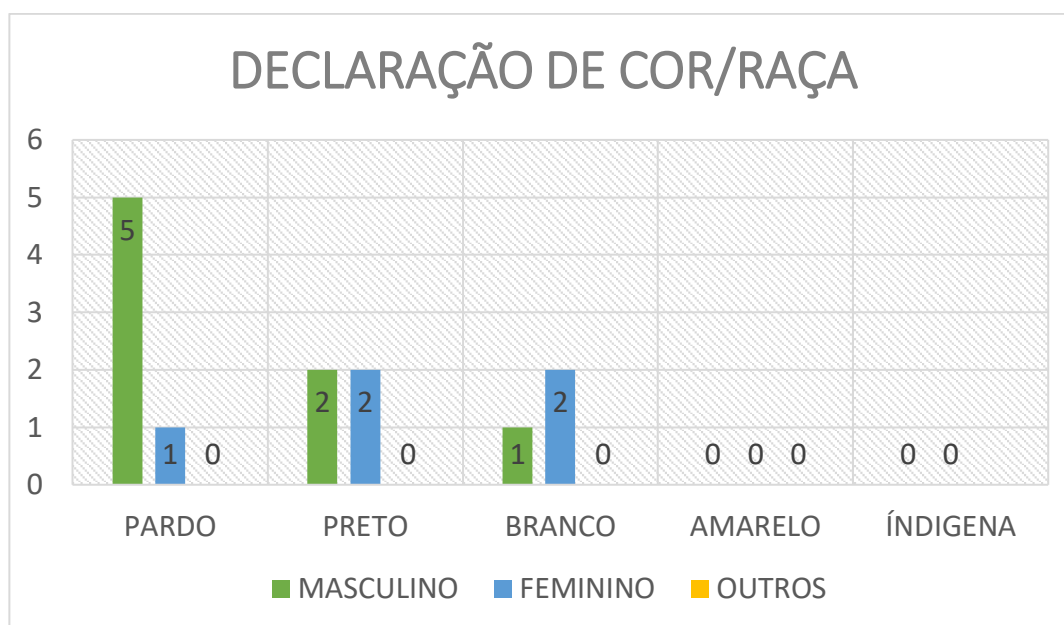
Na mesma aula de intervenção foi usado dois vídeos que estão disponíveis no youtube, o primeiro vídeo foi uma entrevista de uma psicanalista à TV cultura abordando que a ideia de inclusão do negro perpassa por mostrar o legado do povo negro na história de cultura brasileira, para ela não basta somente ter uma quantidade X de professores negros postos na educação que o currículo terá significativas mudanças, é preciso construir as ferramentas de enfrentamento das desigualdades no ensino, segundo ela por que o racismo tem várias camadas pontuado por Silvio Almeida, a mesma cita o livro o que é racismo estrutural para substantiar o discurso.

O segundo vídeo foi uma animação intitulado amor de cabelo, neste vídeo curto é possível fazer a reflexão dentre tantas outras coisas no qual a personagem principal rejeita todas as demandas que poderiam fazer negá-la seu cabelo afro, no entanto a mesma busca constantemente referência de cabelos negros para legitimar sua escola de um modelo de penteado, no meu entendimento é uma vídeo de afirmação muito importante para construir identidades representativas de alunos e alunas e valorizar cada vez mais suas representatividades, suas origens, assim como também seus cabelos afro.

Ainda sobre aula de intervenção no intuito de fortalecer a luta no espaço escolar contra o racismo, foi discutido o conceito de racismo estrutural (ALMEIDA,2019) e conceito como Necroeducação (COSTA, MARTINS e SILVA,2020), não iremos retomar aos conceitos novamente, porque os dois pontos colocados já foram discutidos nos capítulos anteriores desta pesquisa. Aula foi pautada com base nas análises das referências feitas pelos alunos ao povo negro, desmontar o racismo na escola requer entender que a racialização e as tentativas de apagamento da identidade negra são frutos de processos sóciohistóricos muito mais amplos e profundos na sociedade brasileira, que tem sua gênese no processo colonizador como seu marco central (LAGO, MONTIBELER e MIGUEL,2023).

Sabendo disso se faz necessário entender como os alunos se compreendem neste universo social escolar que tanto esteve imerso numa educação fortemente consolidada no discurso do colonizador, logo o gráfico abaixo representa o resultado do questionário feito à turma pesquisada de como se identificavam em relação a cor/raça. Numa iniciativa de compreender como os sujeitos se percebem num contexto educacional até aqui apresentado por meio de um currículo emoldurado com a voz do colonizador.

Gráfico 4 – Declaração de cor/raça



Fonte: Autor (2025)

A importância de direcionar uma aula com intenção de intervir nas rotas como o racismo tem se consolidado no processo educacional é também perceber que o questionário direcionado aos alunos, que requer resposta nessa conjuntura em nossa sociedade racista que vivemos, logo assumir sua raça não é um ato tão simples, responder um questionário de declaração de raça num país que o racismo é assolador, não é tarefa fácil. Para (OLIVEIRA,2004) assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente.

Diante desse contexto percebemos como o racismo busca definir e hierarquizar a sociedade, para além disso podemos adentrar naquilo que Devulsky (2021) conceitua como também uma prática do racismo, isto é, o conceito de colorismo. Para (DEVULSKY,2021) colorismo é o braço articulado, o braço tecnológico do racismo e, assim como o racismo, tem nuances na forma como se desenvolve, de acordo com a sociedade, a cultura a qual adere, na qual é construído. Então, o colorismo é, basicamente, um conceito uma categoria, uma prática, mas sobretudo é uma ideologia na qual hierarquizamos as pessoas negras de acordo com o fenótipo que têm: aproximado ou distanciado da africanidade, próximo ou distante da europeidade.

O racismo que historicamente moldura nosso espaço escolar reque atividades muito articuladas que seja eficaz no enfrentamento desse enquadramento social que o racismo define,

que exclui e marginaliza o povo negro, logo o colorismo é esse grande engenho do racismo que permite, e que facilita, a concentração de renda e a permanência dessas desigualdades sociais no decorrer da História do Brasil (DEVULSKY,2021).

Como podemos compreender o racismo é esse mecanismo multiforme que acampa no espaço escola enraizando nas instituições práticas e cultura de uma sociedade (ALMEIDA,2019) que provoca desigualdade de diversas formas. Existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes (SILVÉRIO,2002), definimos isso como um racismo escamoteado que se perpetua no ensino, nas instituições e na sociedade brasileira, e dentro nosso contexto educacional Guamaense. o racismo internalizado é propagado cotidianamente, segundo Silvério (2002) o racismo não é um fenômeno do passado; infelizmente, ele é um dos problemas centrais e perenes em sociedades multirraciais como a brasileira.

Segundo (SILVÉRIO,2002) combater o racismo na educação requer uma escola de qualidade que consiga transmitir, sem mistificação e de forma mais equânime para todos, a contribuição de cada raça, de cada etnia na formação sociocultural brasileira. O autor aponta como saída uma política educacional capaz de incluir de forma imediata jovens negros por meio de ação afirmativa e reformulação curricular de formação de professores, duas ações potencialmente capaz de combater o racismo institucional e às discriminações inscritas em nossas relações sociais.

Sabendo disso uma oficina antirracista é uma forma colaborativa de combater esse currículo eurocêntrico e o racismo no espaço da escola Padre Leandro Pinheiro, mostrar ações contundentes dos alunos a partir do entendimento de como o racismo está imerso no contexto social , suas contribuições são extremamente importante para ajudar a desconstruir no espaço da que se pode falar das representações do negros não somente no dia 20 de novembro dia da consciência negra, e além disso colocar o negro através de ação afirmativas, neste moldes será possível obter um local de ensino mais justo.

Contudo é bom ressaltar que Escola Padre Leandro Pinheiro tem um projeto de consciência negra elaborados pelos professores com o título “Um despertar ao nosso regate afro”. Segundo o projeto ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural. O que proporciona no campo da educação a abordagem sobre a consciência afro, hoje de uma forma ressignificativa e reconstrutiva.

Segundo o objetivo geral do projeto é levar os alunos a refletirem sobre a diversidade étnico-cultural para compreenderem que cada povo possui sua identidade própria, crenças, costumes, histórias e organização social promovendo assim a construção do respeito às

diferenças. Dentre alguns objetivos específicos estão em valorizar a cultura negra afro-brasileira na escola e fora dela, trabalhar a autoestima dos discentes ensinando a respeitar as diferenças, construir conhecimentos sobre as tradições, crenças e maneiras de vestir-se.

Ainda sobre o projeto consciência negra da Escola Padre Leandro, consta nas suas metodologias o uso de pesquisas, exposição de pratos típicos, desfile de roupas de origem africana, criação e recital de poesias, confecção de mandingas africanas, danças, contos, músicas teatro, apreciação de filmes, apresentação de capoeira.

Como podemos observar a existência de um projeto que problematize a questão racial no espaço escolar é de suma importância para as devidas colaborações com finalidade desmontar as benesses construída pela branquitude, no entanto, se faz necessário debater sobre a consciência negra durante todo o ano letivo. Deve-se ser um debate diariamente, o racismo é cambiante e acontece de forma muito cruel em toda a sociedade brasileira e, portanto, na escola não é muito diferente.

Para além disso segundo Rodrigues e Cardoso (2019) as escolas são provocadas a flexibilizar planejamentos enrijecidos e práticas conservadoras de padrões discriminatórios para abrir diálogos fundamentados, críticos e democrático. Portanto trazer uma oficina possibilitando dá voz aos sujeitos protagonizes os saberes e contribui para novos ruídos na educação contraste como o silenciamento do racismo no ensino.

Para Rodrigues e Cardoso (2019) Não dar visibilidade a essas questões dificulta a construção de uma educação de qualidade, cujos parâmetros incluem a compreensão histórica da diversidade étnico-racial que formou a sociedade brasileira, valorizando e reconhecendo os grupos étnico-raciais e problematizando a falsa ideologia de harmonia racial que escamoteia desigualdades estruturais.

Trazer uma oficina antirracista como recurso didático pedagógico capaz de dialogar com o cotidiano da escola é reconhecer a existência do racismo no espaço escolar, mas para além disso é um mecanismo que permite dialogar com as matrizes étnico raciais como também uma forma de construção de identidades e acima de tudo uma recurso pedagógico com potencialidade de fomentar a cidadania e formação social dentre os diversos sujeitos que permeiam a escola Padre Leandro Pinheiro.

Para (RODRIGUES e CARLOS,2019) Há que reconhecer que a formação social, histórica, política, cultural e linguística é composta por diferentes matrizes étnico-raciais e isso não se resume a uma celebração acrítica da diversidade. Pelo contrário, a formação social brasileira é marcada por tensas relações históricas. Dessa forma, a formação do aluno para a

cidadania e o mercado de trabalho também exige do professor (e da escola) o reconhecimento dessa complexa teia.

Reconhecer cidadania ´perpassa por oportunizar que sujeitos espoliados por um currículo eurocêntrico que historicamente invisibiliza, saberes pretos, cultura e representação africanas, portando a partir desse protagonismo novos espaços de saberes serão certamente estendidos para a construção de uma escola dialógica cada vez mais o ensino serão alargados para fins de uma educação mais justa. Isso é perfeitamente comprovado na fala dos alunos que perguntado o que significou ser protagonista na construção da oficina antirracista a resposta foi:

Pra mim significou, até porque eu sou negro, e eu sendo negro eu entendo a representação que isso teve, por isso essa representação foi muito importante para mim (I.B.C.S, 14 anos).

Falar de assuntos antirracista já é muito importante pra mim sendo uma pessoa parda pobre (P.A.T.S ,14 anos).

Significou muito, pois falar sobre assuntos antirracista é importante para o combate contra o racismo, e reconhecer o trabalho das referências negras pro nosso país é muito importante (M.B.A, 14 anos)

As vozes que ecoam do meu espaço escolar vindo dos nossos alunos, sem sombra de dúvida diminui o silêncio escolar que o currículo tradicional produziu historicamente, onde não há troca saberes não há sujeitos ativos. Para Paulo freire (1996) sujeitos passivos fazem parte de um forte critica sua à educação bancária que deposita nos alunos apassivados a descrição do perfil dos conteúdos, em lugar de desafiá-los a apreender a substantividade dos mesmos.

Portanto as vozes que ecoaram no espaço escolar da Escola Padre Leandro, foram conduzidos sujeitos ativos que foram desafiados a dialogar com seus saberes e representação e compartilhar com a comunidade escolar na Mostra da Oficina Antirracista. Numa das falas de um aluno entrevistado sobre sua trajetória no decorrer da oficina, a resposta foi:

No dia em que o professor anunciou já começamos a discutir sobre o assunto que iríamos apresentar e já nos reunimos para fazer os cartazes e entre outros (J.Y.A.R. 14 anos).

A minha trajetória fazendo essa oficina foi ótima, me juntei com meus amigos, fizemos cartazes, desenhos, foi um momento muito bom, pesquisamos as estéticas e referencias (M.B.A, 14 anos).

Nós criamos um grupo nas redes sociais pra estarmos nos comunicando cada um fez sua pesquisa sobre o artista escolhido. Nós focamos em artistas que ajudam a combater o racismo na diferença pela cor(A.K.S.T,15 anos).

3.1 CONSTRUINDO NOVAS ABORDAGENS ÉTNICO RACIAS NO ESPAÇO DA ESCOLA PADRE LEANDRO PINHEIRO

Neste capítulo a proposta é demonstrar os caminhos percorridos pelos discentes da Turma 901 na construção da oficina antirracista, mas sobretudo abrir a sala de aula como um local dialógico para que os alunos vivenciem e se vejam como sujeitos ativos capazes de valorizar sua vivências e dialogar com diversas identidades e representações que se movimentam no espaço da Escola Padre Leandro e que possam ser também colaboradores e se movimentam ferramentas dialógicas como mecanismos de enfrentamento para que emoldure o espaço da escola como um local de valorização daqueles que fazem parte de grupos minoritários.

Sendo assim, após os debates e os diversos atravessamentos sobre uma educação étnico racial, a turma se dividiu em quatro grupos que se interligavam constantemente para (re)pensar que proposta a turma traria para discutir as representações do povo negro.

Imagem 11-Alunos organizando a oficina



Fonte: Autor (2025).

Reconhecer o racismo é o primeiro passo. Depois, é preciso uma educação em valores éticos, para a convivência e as relações étnico-raciais. Não somos todos iguais, e que bom,

porque assim podemos celebrar essa diferença e crescer com essas trocas, formando uma sociedade mais equitativa e respeitosa, (Sanderli, apud YURIE,2023).

Assim entendendo que o racismo prossegue no ensino, proposições e ações dinâmicas da turma começaram a se movimentar no intuito de colaborar com atividades antirracista que pudessem contribuir com novas reflexões com novos direcionamentos diferentes daqueles que sustentam o currículo eurocêntrico no ímpeto de que venha servir como base dialógica para que a escola seja um espaço de enfrentamento às desigualdades que valorize as diferenças posicionando o negro num locus de valorização de suas representativas históricas.

Para Gomes(2006) o estudo da participação da população negra brasileira no presente poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e à miséria, dessa forma compreendemos que a ação pedagógica direcionada pelos nossos alunos tem muito a contribuir para quebrar estereótipos, e colabora a pluralização de saberes rumo a combater a desigualdade presente no currículo eurocêntrico que se manifesta no ensino atualmente.

Nilma Gomes coloca muito claramente que a desinformação e o racismo constituem sérios obstáculos à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os grupos étnicos e raciais do Brasil, reforça que na educação escolar, o racismo e a desinformação são também obstáculos ao cumprimento da função social e cultural da escola expressa nos arts. 1º e 2º da Lei de LDBEN.

Sabendo disso, pautar uma atividade que mostra os diversos saberes culturais e compartilhar através dela é uma forma de compreender o processo que de igualdade que acampa na educação, logo também é sem sombra dúvida um mecanismo de enfrentamento e combate a desinformação e principalmente o racismo no espaço escolar, ou melhor, a oficina protagonizada pelos nossos alunos é uma atividade antirracista com capacidade de empoderar sujeitos que são cotidianamente negados suas representatividades na educação pública.

Segundo (CANDAU,2011) A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Para além disso(CANDAU,2008) faz pontuações muito pertinentes quando pontua que o daltonismo cultural tende a não reconhecer as diferenças étnicas, de gênero, de diversas

origens regionais e comunitárias ou a não colocá-las em evidência na sala de aula por diferentes razões: a dificuldade e falta de preparo para lidar com estas questões, o considerar que a maneira mais adequada de agir é centrar-se no grupo "padrão", ou, em outros casos, por, convivendo com a multiculturalidade. Quotidianamente em diversos âmbitos, tender a naturalizá-la, o que leva a silenciá-la e não a considerar como um desafio para a prática educativa.

Dialogando com a autora Vera Candau, é preciso a escola enxergar as diferenças, e combater as desigualdades, portanto somente com uma educação antirracista que consiga trazer uma nova imagem do negro para o espaço da escola que seja diferente daquela que o currículo engessado na ótica do colonizador emoldurou. Outra coisa é que o ensino possibilitar e também perceber as diferenças étnicas, não de qualquer forma, mas com empoderamento do negro com suas devidas representações, neste sentido sim, será possível descentralizar novos encaminhamentos que destoe do grupo “padrão colocada pela autora.

Trazar uma atividade pedagógica a partir da perspectiva dos alunos é de extrema relevância para o protagonismo dos discentes que são invisibilizados por metodologias e currículo tradicionais. Segundo (ALBURQUERQUE,2018) , trazendo a fala autora Sheila Perina de Souza, o conhecimento histórico é um instrumento importante contra o racismo e o preconceito. Ao recontar a história a partir da perspectiva de grupos oprimidos, como aconteceu com o movimento de libertação negro, pode ajudar o aluno a entender o racismo não como uma prática de hoje, mas algo historicamente construído.

Imagem 12-alunos organizando a oficina antirracista



Fonte: Autor (2025)

Imagem 13- Equipe de Alunos organizando o mural antirracista



Fonte: Autor (2025)

Imagem 14 – Equipe de alunos dialogando sobre identidade africana



Fonte Autor (2025)

Imagem 15 - Equipe montando Cartaz sobre identidade e Estética Africana



Fonte: Autor (2025)

Imagem 16- Equipe de alunos dialogando sobre Música Preta



Fonte Autor (2025)

Imagem 17-Alunos finalizando a oficina antirracista para a exposição no auditória da escola



Fonte: Autor (2025)

Imagem 18-Alunos finalizando a oficina antirracista para a exposição no auditória da escola



Fonte: Autor (2025)

Imagem 19-Alunos finalizando a oficina antirracista para a exposição no auditório da escola



Fonte: Autor (2025)

Imagem 20-Alunos finalizando a oficina antirracista para a exposição no auditório da escola



Fonte: Autor (2025)

3.2 CULMINÂNCIA DA OFICINA ANTIRRACISTA

Alunos organizando a entrada do auditório onde ocorreu a oficina com uma pergunta provocativa. Você sabia da Lei 10.639/03?

Imagem 21- Alunos organizando a entrada do auditório



Fonte: Autor (2025)

A imagem acima é muito significativa à comunidade escolar, é uma devolutiva da mesma pergunta feita aos mesmos alunos no questionário diagnóstico que a partir de agora protagonizam os saberes, portanto levantar uma pergunta dessa logo na entrada da oficina é sem dúvida um chamamento de propor questionamentos daqueles que adentraram para assistir a exposição dos alunos.

Neste sentido corroboramos daquilo que (FREIRE, 1996) espoom abordando como os sujeitos protagonizam os saberes afirmando que as condições da verdadeira aprendizagem dos educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Sendo assim, tornamos sujeitos da aprendizagem na qual os alunos pontuam seus direcionamentos daquilo que fazem sentido às suas representatividades.

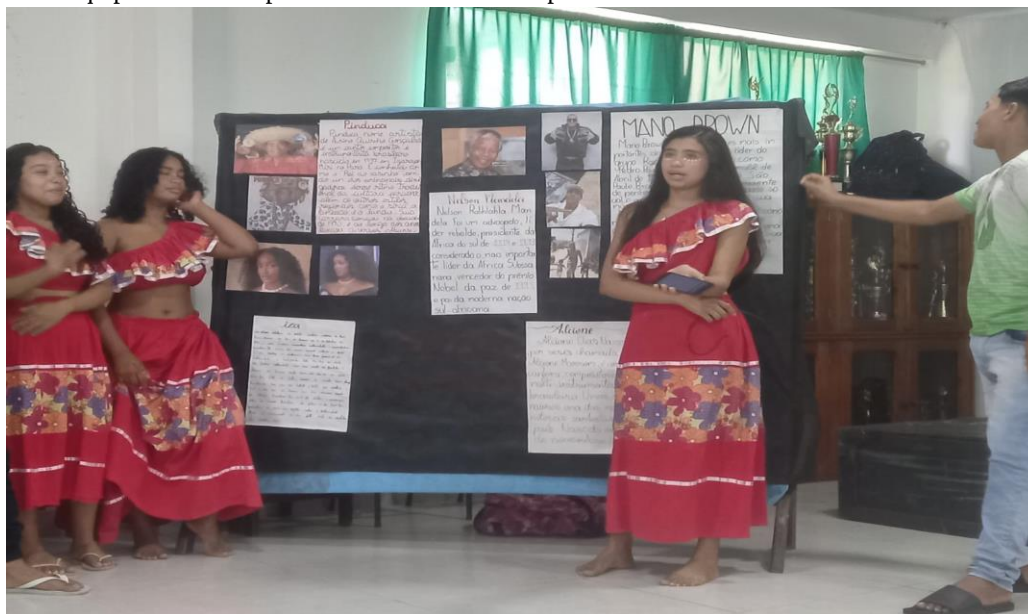
Imagem 22-Apresentação da Oficina Antirracista



Fonte: autor (2025)

A imagem acima é a apresentação inicial da oficina onde houve a apresentação do projeto de pesquisa à comunidade escolar da Escola Padre Leandro Pinheiro que foi prestigiar.

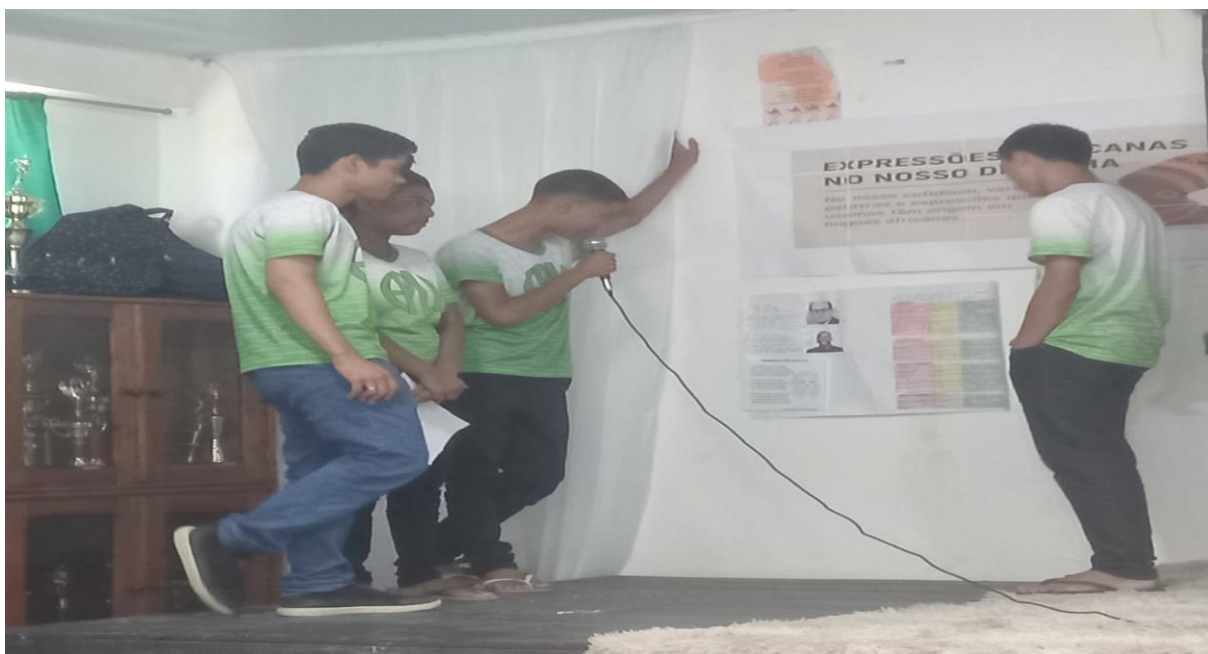
Imagem 23- Equipe de alunos apresentando sobre música preta.



Fonte: autor (2025)

A fotos cima representa uma parte da turma que trouxe um muram com diversas representações negras na música e política.

Imagem 24- Equipe de Alunos apresentando o cartaz sobre Linguagem africana



Fonte :Autor (2025)

A foto acima representa uma parte da turma que trouxe para o debate diversos dialetos bantos que são usados no dia dia que está invisibilizada como representação africana.

Imagem 25- Equipe de alunos apresentando sobre estética e identidade africana.



Fonte: Autor (2025)

A foto acima representa uma parte da turma que mostrou estética e identidade negra trazendo diversos debates sobre a vestimenta africana e valorização da beleza negra.

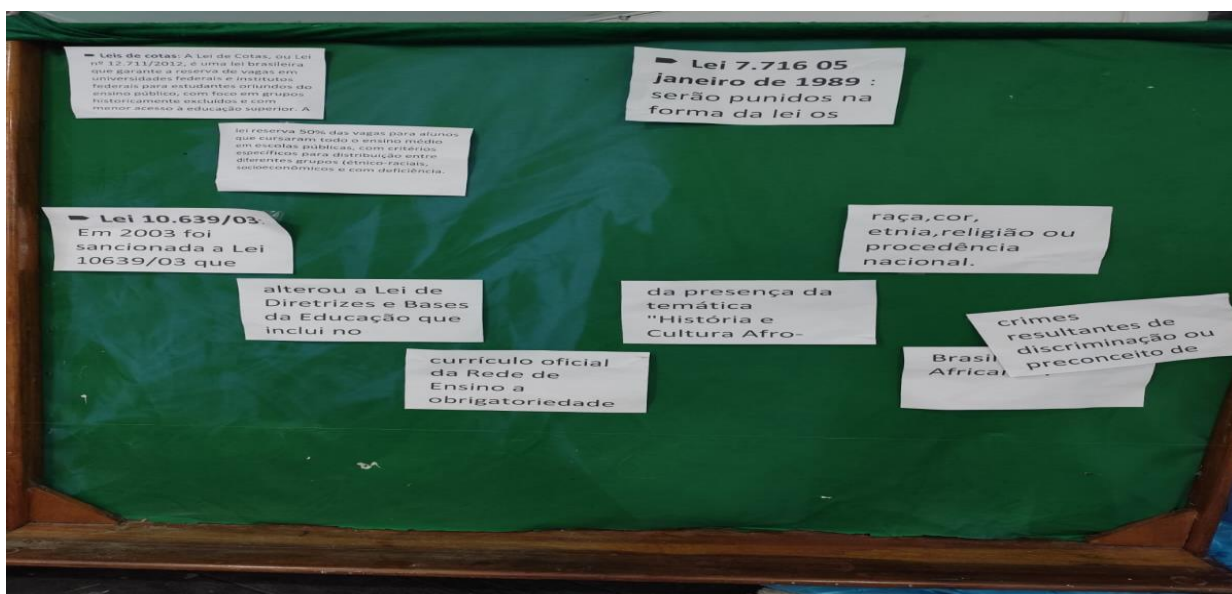
Imagem 26 – Equipe de alunos apresentando sobre música preta



Fonte: Autor (2025)

A foto é mais um aparte da turma que colocou como pauta importante para o debate específico de música e história de enfiamento dos músicos pretos coma as desigualdades postas pelo racismo no Brasil.

Imagem 27- Quadro de leis afirmativas.



Fonte: autor (2025).

A imagem acima é mostra das leis afirmativas como de Lei de cotas 12.711/2012, Lei 7.716/89 conta crime de racismo e a Lei 10.639/03 que obriga incluir no currículo escolar a temática história cultura afro-brasileira que legitima a oficina no espaço das escolas.

Após a culminância da oficina antirracista os alunos responderam mais questionário sobre como foi sua trajetória na pesquisa, o que significou ser protagonista na construção da oficina e qual a motivação que fez escolher uma determinada referência negra para ser apresentada na oficina.

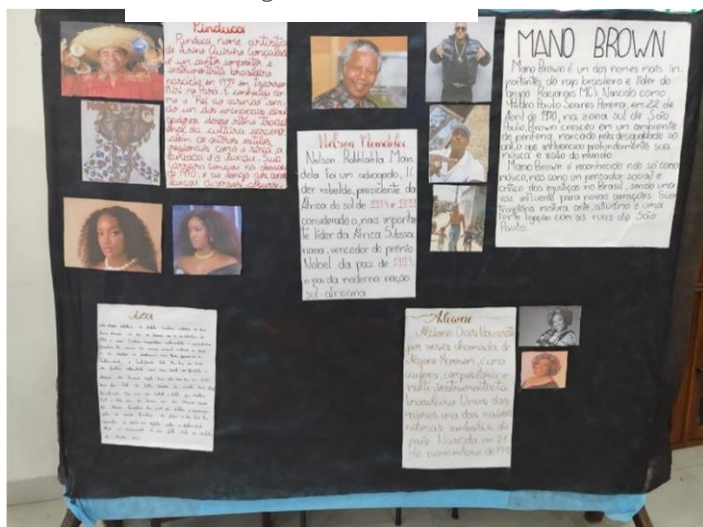
Imagem 28- Alunos respondendo o 2º questionário



Fonte: Autor (2025)

A OFICINA TROUXE CINCO ABORDAGENS ANTIRRACISTA.

Imagem 29 - Mural



Fonte: Autor (2025)

Imagem 30- linguagem africanas



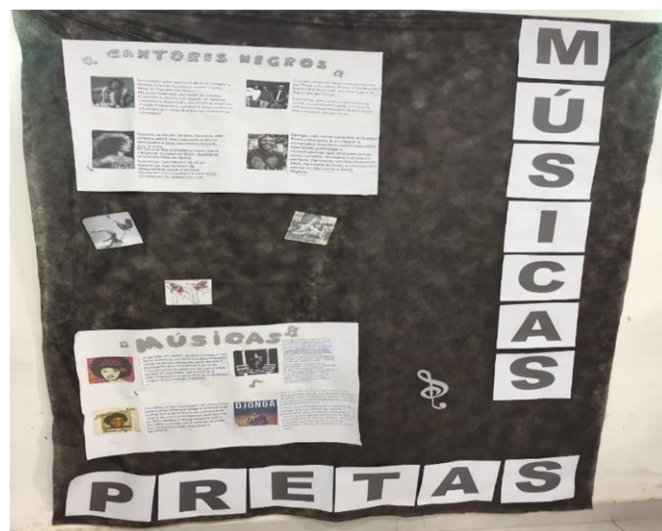
Fonte: Autor (2025)

Imagem 31- Identidade e Estética Africana



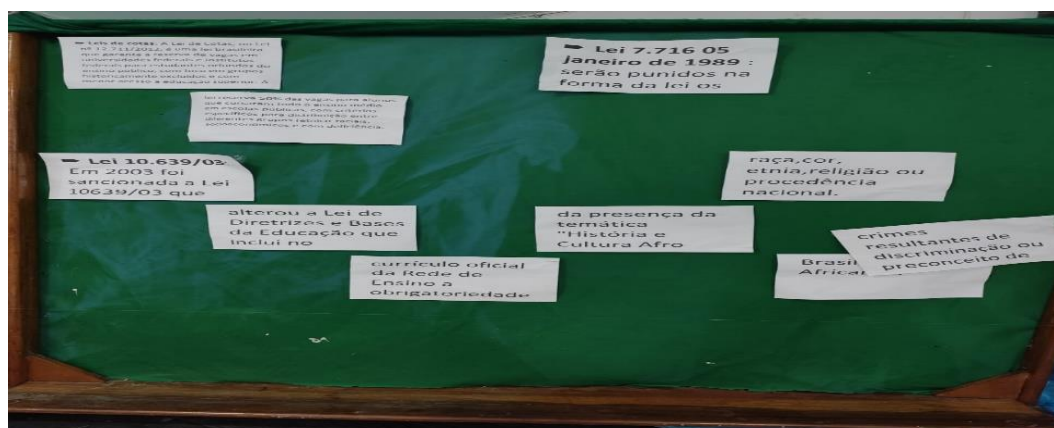
Fonte: autor (2025)

Imagem 32- Musica preta



Fonte: autor (2025)

Imagem 33- Leis afirmativas como: lei 10.639/06, Lei 12711/12, Lei 7.716/05



Fonte: autor (2025)

Imagem 34- Representa o encerramento da oficina.



Fonte: Autor (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina foi construída partindo de questionários investigativos na tentativa de entender melhor como os alunos, sujeitos do processo, observavam e compreendiam as representações negra no espaço escolar, assim como também, dialogar com o conhecimento sobre como povo negro está sendo problematizado no chão da escola no ensino de história.

Em seguida, diante das respostas dos discentes houve a necessidade de uma proposta conceituada como Aula de Intervenção, propondo colaborar e fomentar o debate sobre racismo escolar e o silenciamento do povo negro partindo de um direcionamento para ser fazer uma oficina antirracista, como processo de desconstrução de um currículo racista colocando como pauta os conceitos de: “Necroeducação”, “Racismo estrutural” ,assim como pontuações feitas sobre leis afirmativas a exemplo da Lei 10.639/03 que colaboram como o processo de

descortinar o racismo escamoteado dentre os diversos mecanismos educacionais que permeiam o ensino de história.

Neste sentido, os sujeitos iniciam sua problematização e a construção de suas pesquisas e discussões em grupos para emergir suas inquietações e através de uma oficina antirracista com a finalidade de contemplar pontos cruciais que fortaleçam um debate decolonial e antirracista no espaço da Escola Padre Leandro Pinheiro, uma oficina emoldurada das representações dos negros no espaço escolar. Com isso, a oficina trouxe como pauta importante para dentro da escola, diversos pontos que os discentes se propuseram problematizar conduzindo seus saberes através de pontos cruciais, tais como: Música Preta, Linguagem Africana, leis afirmativas, Identidade e estética e a apresentação de um mural colocando em evidência diversos negros na política, cultura e música etc.

A pesquisa diante da oficina trouxe considerações necessárias de reconhecimento do povo negro como também fez uso de combate ao racismo no espaço escolar mais além disso, colabora para reflexões de enfrentamento ao currículo euro centrado que tem se mantido acampado na educação. Assim como ajuda a pensar a sala de aula como um espaço de produção de saberes, propondo novas estratégias pedagógicas não como um ponto final, mas trazendo novos olhares que enfatize a participação e inclusão de novas discussões das representações do povo negro.

Neste sentido, é importante que a escola possa se constituir como um espaço que contribua para o afastamento do racismo veiculado pelos sistema escravista que vigora no currículo eurocêntrico que se mantém muito preponderante nas nossa escola brasileiras as quais deveriam ser constituídas de produção de conhecimento cotidianamente propondo o total afastamento do racismo velado que o sistema escravista que propaga ainda na atualidade através de um currículo eu favorece a branquitude.

É preciso que nossa educação possibilite ferramentas que favoreça nossos alunos a protagonizarem junto na construção de produção de conhecimento que são cuidadosamente produzidos no espaço escolar. Segundo Freire, 1996 condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.

Portanto, problematizar o silêncio escolar quanto se trata de racismo na educação e colocar é reconhecer que esse mecanismo escamoteado no nosso ensino provoca danos e desvantagens muito significativas aos povo negro, sujeitos excluídos historicamente e que a escolar pode ajudar a minimizar esses efeitos abordando no seu dia dia importante como que esta pesquisa possibilitou substanciar com ações dos nossos alunos.

As vozes que ecoaram a partir das pesquisas conduzidas pelos discente, certamente possibilitou transformar sujeitos historicamente excluídos como sujeitos que contam suas histórias através dos seus olhares e sabre, dividiram seus conhecimentos e certamente suas ações pontuadas na oficina deu resultado, como um suporte de enfrentamento do racismo escolar que ainda é muito forte na nossa sociedade brasileira.

Aulas tradicionais e expositivas não respondem aos anseios de sujeitos que caminham nos corredores de nossas escolas públicas e que certamente estão silenciados na sala de aula, local que seus saberes não são compartilhados por uma educação tradicional. Neste sentido oposto, a oficina antirracista que os alunos produziram não só trouxe as representações do povo negro no tempo presente como também proporcionou, deu possibilidade para a comunidade escolar referências negras que os alunos apresentaram através de seus saberes que uma aula tradicional certamente embargaria a produção de tantos conhecimentos compartilhados no espaço escolar da Instituição Padre Leandro Pinheiro.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Marta e MATTOS, Hebe e DANTAS, Carolina Vianna. **Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores**. Helenice Rocha, Marcelo Magalhães e Rebeca(orgs). Ed FGV,2009.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu, Companhias das letras, SP.2009.

ALBERTI, Verena. **Algumas Estratégias para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira**. Organização Amílcar Araújo Pereira, Ana Maria Monteiro, 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

ALBUQUERQUE, Naiara. **O ensino brasileiro já aprendeu a lidar com o racismo? A falta de abertura em discutir temas considerados polêmicos dificulta trabalho de professores no ensino público e privado**. Disponível em:<https://novaescola.org.br/conteudo/11681/o-ensino-brasileiro-ja-aprendeu-a-lidar-com-o-racismo>.

ALMEIDA, Letícia,Núñez e NARVAEZ, Ana Luiza. **Educação e Antirracismo no Uruguai: diálogos, práticas e virtualidade**.Cadernos RCC#24 • volume 8 • número 1 • Março 2021.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Ed letramento. Belo Horizonte.2018.

CERQUEIRA, Silva Reis da Silva.A. **Ensino de História e Cultura Afrobrasileira: saberes e práticas com a Lei 10.639/03, no Colégio Estadual Abelardo Moreira**.UNEB.2020.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. Ed Planeta. SP.2023.

CARNEIRO, João Paulo. **Relações Étnico-Raciais e Ensino de História: Relevância e Desafios na EJA para uma Educação Antirracista**.UERJ.2022.

ANDRADE, Maíra Pires. Revista da ABPN • v. 10, Ed. Especial -Caderno Temático: **História e Cultura Africana e Afro-brasileira** –lei 10.639/03 na escola• maio de 2018, p.238-264DOI 10.31418/2177-2770.2018.v10.n00.p238-264.

BARROS, Zelinda. **Escola, racismo e violência**.In **Projeto Gênero, raça e Cidadania no combate à violência nas escolas.-caderno para professores**.NEIN/ufba,2005.p 35-39

BERND, Zilá. **O que é negritude**. Ed. Brasiliense, 2009

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: **O saber histórico na sala de aula**. (org) Circe Bittencourt 12a ed. 1a Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. Pp, 69-90.

BOUDIEU Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Reveve française. Paris, 1966, pp.41-69.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988**, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.Acesso em: 11 agost.2024.

Brasília-DF, 10 de março de 2004. PARECER N.º: CNE/CP 003/2004. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011

CARNEIRO, João Paulo. **Relações Étnico-Raciais e Ensino de História: Relevância e Desafios na EJA para uma Educação Antirracista**.UERJ.2022.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **Estudos africanos e afro-brasileiros: Possibilidades de intervenção Pedagógica**. MOTA, Tiago Henrique(org). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao Silêncio escolar. racismo, preconceito e discriminação na educação Infantil**. São Paulo:Ed.Contexto,2000.

COELHO, Mauro Cezar e COELHO,Vilma de Nazaré Baía. **Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores**. Educar em revista, v,37,e77098,2021.

DEVULSKY, Alessandra. **O colorismo é o braço articulado do racismo**. *Carta Capital*, 24 mar. 2021a. disponível em: ['O colorismo é o braço articulado do racismo' – Entrevistas – CartaCapital](#). Acesso em 09/05/2025.

DURÃO, Gustavo de Andrade. **Separação, Colonização e Contestação: Por Uma Busca de uma Historiografia Africanista**. Pluri relações África-Brasil: cotidiano, sociedade e experiências religiosas, São Paulo, n 3,p 29-40.ago.2020.

ERNESTO, Wilmo Francisco Junior. **EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS DO ENSINO DE CIÊNCIAS E DE ALGUNS PENSADORES**. *Ciência & Educação*, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

ESTATUTO DE IGUALDADE RACIAL E NORMAS CORRELATAS. BRASÍLIA.SENADO FEDERAL.2021.

FILHO,Cícero Barros Feitosa e NEVES,Francisca Jandira Machado. **Revista Com Censo #26** • volume 8 • número 3 • agosto 2021.

FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares e Reformas**. Coleção política. Mangualde, pedagogo,2007.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **A Formação para as Relações Etnicorraciais e a Profissionalização em História: Saberes e Práticas Docentes no Contexto da Educação a Distância**. Tese – FGV. Rio de Janeiro, 2013.

FARIAS,Érica. **O papel da educação na luta antirracista**. EPSJV/Fiocruz.2023.

FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares e Reformas**. Coleção política. Mangualde, pedagogo,2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo, ed, paz e terra. 2010.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-ANPAE*, v. 27, n. 1.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012

GOMES, N.L. **Diversidade, cultura, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica**. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **EDUCAÇÃO SUPERIOR, TRABALHO E CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA O que aconteceu com os estudantes provenientes dos prévestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-Rio após sua formatura na graduação?**. Tese. PUC-Rio. 2007.

HALL, Stuart. **Que “negro” é esse na cultura popular negra?**: Belo Horizonte , UFMG 2003.

hooks, bell. *Alisando nosso cabelo*. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba*, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nosso-cabelo.html.

JALES, Luanna. **Visibilidade histórica para mulheres, negros e indígenas**. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (orgs.). *Novos combates pela história: desafios - ensino*. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 201-223.

JESUINO, Giovanna Sanches Serbilla , RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Relações étnico raciais e ensino de história: Tensões entre a lei 10.639/2003 e a BNCC**. *Jamaxi* Jul-Dez | v. 5, n. 2 | ISSN: 2594-5173-2021.

JESUS, Fernando Santos. **o “negro” no livro didático de história do ensino médio e a lei 10.639/03**. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012

JESUS, Michael Dias. **Práticas Pedagógicas Antirracista: vida e obra de Carolina Maria de Jesus como conteúdo curricular na aplicação da lei 10.639/03** / Michael Dias de Jesus - 2023.

JESUS, Fabricia Santos. **Educação Colonial: Compreendendo a Monocultura do Saber na Produção do Desinteresse do Jovem negro pela Escola**. *diálogos e Perspectivas Interventivas*, Serrinha - Bahia - Brasil, v.3, n.e 15294, p.1-21, 2022.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. **Revista Brasileira de História da Educação**. Nº. 1, jan./jun. 2001, pp. 9-43.

KALY, Alain Pascal. **O Incrível Século XX: as lutas dos negro-africanos pela sua humanidade**. 2007.

KETTLE, Wesley Oliveira (Org.). **História ensinada múltiplas abordagens**. Ed. Oliver-Maceió, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. ed. Cobogó.2009.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude, colonialidade e Poder: Reflexões sobre a produção do conhecimento acadêmico**.XII copene.2022.

LAGO ,Mara Coelho de Souza. MONTIBELER ,Débora Pinheiro da Silva e

MIGUEL.,Raquel de Barros Pinto .**Pardismo, Colorismo e a “Mulher Brasileira”**: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 31(2): e83015 DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n283015.

LOPES,Sawana Araújo e SANTOS Miriam Espindula. **A Lei 10639/03 e o Cotidiano Escolar** .Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n1, 2012.

LOPES, Siméia de Nazaré. **Interdisciplinaridade e Ensino de História: As ações afirmativas e as abordagens étnico-raciais nas provas do Enade (2008-2014)**.

MATTOS, Ebe e ABREU, Marta. **Entorno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana”**: Uma conversa com historiadores. Rio de Janeiro.2008.

MABEMBE, Achille. A crítica da razão negra.Lisboa.ed. antigona.2014.

MARTINHAGO, Daiane Barreto. **As representações do negro na literatura infantil: Algumas leituras do acervo do programa nacional biblioteca da escola (pnbe) do ano de 2013**. Dissertação de mestrado, criciúma.2016.

MILITÃO, Beatriz Sogas Moreira. **O Ensino de História numa perspectiva antirracista**.UERJ.São Gonçalo. 2021 .

MOTA, Tiago Henrique(org). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Capítulo II- **Professores pensam e falam sobre a formação e profissão**. In: **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp, 33-72.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Capítulo IV- **A História escolar: algumas configurações possíveis**. In: **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp, 113-158.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. Capítulo III- **Os saberes que ensinam: o saber escolar**. In: **Professores de história: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp, 81-102.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para a compreensão do Racismo na História.Belo Horizonte: Mazza edições,2007.

MUNNANGA, Kabenguele: **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Palestra proferida no 1º seminário de Formação Teórico Metodológica-SP.2005.

MUNNANGA, Kabenguele. (Org). Superando o racismo na escola. Ministério da educação, Brasília, 2005.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: Trajetória e perspectiva**. rev Brasil.hist.S.Paulo .v.13,nº25//26 pp.143-162 set.92/ago.93

NUNES, Francivaldo Alves; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (orgs). **Ensino de História linguagens, abordagens e perspectivas**.ed. espaço acadêmico.Goiás.2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)**. História .São Paulo,2009,p 143-172.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon. **Ensino de História e Cidadania**. Guimarães, Selva (Org.). Campinas, SP: Papirus, 2016. 336p

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a Lei 10.639/03**.UFRJ. Práxis Educacional .v. 11, n. 18,p. 43-64,2015.

OLIVEIRA, Iolanda; SACRAMENTO, Mônica pereira. **Raça, Currículo e Práxis Pedagógica: Relações raciais e Educação: O diálogo Teoria/Prática na Formação de Profissionais do Magistério**. Cadernos Penesb. Niterói. n.12 p.1-390.2010.

PEREIRA, Marcia Moreira. **A Lei 10.639/03 no Contexto das relações Étnico**, Rais.Interfaces da Educ., Paranaíba, v.3, n.7, p.49-57, 2013.ISSN2177-7691

PERRENOUD, Philippe. **A teoria das competências**.1999.

PRADO, Eliane Mimese, FATIMA, Lilian Elizabete da Silva. **Os desafios da prática docente na aplicação da lei 10.639/03**. Revista Intersaberes | vol.11, n.22, p. 124 - 139 | jan.- abr. 2016 | 1809-7286.

OLIVEIRA, fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. estudos avançados, São Paulo,V. 18, N. 50, P. 57-60, 2004.

PINSKY, Carla (orgs.). **Novos combates pela história: desafios - ensino**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 201-223.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual antirracista**. São Paulo: companhias das letras, 2019.

SANTOS, Patrícia Teixeira. **Educação e diversidade: uma análise da trajetória da escola industrial de Carapira, Moçambique**. In: Pereira, Amilcar A; Monteiro, Ana Maria (orgs) Ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro; Pallas, 2013, pp245-264.

SANTOS, Daniela da Silva Souza.**Educação Antirracista**. revista evolução, São Paulo,2024.

SANTOS, Izabel Aparecida. **A responsabilidade da escolar na eliminação do preconceito racial**. Eliane Cavaleiro.Org. **Racismo e Antirracismo na Educação Repensando nossa Escola** Ed. Selo Negro, São Paulo.2001

SANTOS,Rhanes Souza Alves..**Rompendo silêncios: sujeitos negros e o Currículo no Ensino de História do município de Mirante.**UESB.Bahia.2022

SILVA, Flávia Carolina da Silva. **Educação da relações Étnico-Raciais na Educação Infantil: Caminhos Necessários para uma Educação Antirracista.** Revista da ABPN. v. 12, n.33. jun-ago 2020,p.66-84.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da Discriminação no livro didático.**Munanga.Org. Ministério da educação, Brasília, 2005.

SILVA, Lillian Carine Madureira Vieira; SEVERO, Rita Cristine Basso Soares . **Educação para as Relações Étnico-Raciais: possibilidades da educação e um currículo antirracista?** Redoc. Rio de Janeiro.2021.

SILVA, Maurício. **Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução.***Dialogia*, São Paulo, n. 38, p. 1-10, e20213, maio/ago.2021.

SILVA,Wilker Solidade,MARQUES,Eugênia Portela Siqueira. **Educação e Relações étnico raciais: A lei 10.639/03, a formação docente e o espaço escolar.** Horizontes, v. 33, n. 2, p. 47-56,2015

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002

SIQUEIRA , Karulliny Silverol e DIAS,Mauro Roberto Fonseca .*Revista História Hoje*, v. 10, nº 20, p. 110-131 – 2021.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da Cor. Uma radiografia do racismo nacional.** Rio de Janeiro,Ed. Vozes,2023.

SOUSA, Romilson da Siva. **Educação afirmativa: Uma orientação profissional para estudantes negros da escola pública – a teorização de uma experiência.** Universidade Católica do Salvador. VIII Semoc,2005.

TOLENTINO,Luana,ALVES,Rogério C. org Tiago Henrique mota. **Sobre saberes e fazeres: caminhos para a abordagem do dia 13 de maio em sala de aula.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver.** In CADAU, Vera Maria (Org.). **Entre concepções, tensões e propostas.** Editora 7Letras: Rio de Janeiro, 2009.

FONTES AUDIO-VISUAIS

TYEH, Beatriz. **Amor de cabelo:** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EbMvXiZq6HI>. Data de acesso.

Jornalismo cultura: Disponível em <https://www.youtube.com/shorts/UM-HwcpZ2J0> Acesso em 07.05.2025.

RODRIGUES, Tatiane e CARDOSO, Ivanilda .**A importância de promover um ensino contra o racismo.** <https://novaescola.org.br/conteudo/15468/a-importancia-de-promover-um-ensino-contra-o-racismo> Publicado em Nova Escola 31 de Janeiro | 2019.

YURIE, Ingrid .**Como combater o racismo na escola e o que fazer em casos de violência**
Enfrentamento à discriminação contribui para combater discursos de ódio que permeiam a sociedade e estão por trás de ataques violentos às escolas
<https://novaescola.org.br/conteudo/21642/combate-racismo-na-escola-violencia>

Publicado em Nova Escola 10 de Abril | 2023



APÊNDICE A- 1º QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO INVESTIGATIVO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Siméia de Nazaré Lopes.

ANANINDEUA-PA

2025

QUESTIONÁRIO 01.**DISCENTE RESPONSÁVEL: LUIS SARAIVA SIQUEIRA****INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO:** Caro/a estudante, este é um questionário que será utilizado na construção da dissertação de mestrado que tem como título “DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: NA ESCOLA PADRE LEANDRO PINHEIRO.**Identificação****Nome:****Idade:****Gênero Masculino () Feminino () outros:****1-Como você se identifica em relação a sua cor/raça?****Parda ()****Preto ()****Branco ()****Amarelo ()****Indígena ()****2- Você já teve aula sobre o Continente Africano, o que você lembra?****Se não, justifique**

Se sim, justifique:

3-Você acredita que o racismo existe?**Se sim, justifique:**

Se não, justifique:

4-Sobre suas aulas de história, você recorda de algum conteúdo que falava sobre os africanos?

Se sim justifique:

Se não, justifique:

5_ Como você observa a presença das pessoas negras na sua escola?
Na escola que estudo tem muitas pessoas negras do que pessoas negras

6- Você já ouviu falar sobre a lei 10.639/03?

Não ()

Sim ()

Se sim, o que a lei retrata?

7-O que é racismo para você?

8- O que você faria para combater o racismo?



APÊNDICE B- 2º QUESTIONÁRIO APÓS A OFICINA ANTIRRACISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Siméia de Nazaré Lopes.

ANANINDEUA-PA

2025

QUESTIONÁRIO Nº 2 DE PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE AS ABORDAGENS ÉTNICO RACIAL NA ESCOLA PADRE LEANDRO PINHEIRO.

DISCENTE RESPONSÁVEL: LUIS SARAIVA SIQUEIRA

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO: Caro/a estudante, este é um questionário que será utilizado na construção da dissertação de mestrado que tem como título “DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: NA ESCOLA PADRE LEANDRO PINHEIRO.

Identificação

Nome:

Idade:

Gênero Masculino () Feminino () outros:

1º- DESCREVA COMO FOI SUA TRAJETÓRIA NA PESQUISA PARA CONSTITUIR A OFICINA ANTIRRACISTA?

2º- O QUE SIGNIFICOU PARA VOCÊ SER PROTAGONISTA NA CONSTRUÇÃO DA OFICINA ANTIRRACISTA?

3º- QUAL O MOTIVO E PORQUE VOCÊ ESCOLHEU SUA REFERÊNCIA NEGRA PARA APRESENTAR NA OFICINA ANTIRRACISTA?



**APÊNDICE C- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE
IMAGEM E VOZ**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

**DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Siméia de Nazaré Lopes.

ANANINDEUA-PA

2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, Eu _____ Rg:nº _____
 _____ mãe, pai e/ou responsável legal
 pelo(a)aluno(a)._____ regularmente
 matriculada na turma _____, turno_____, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre
 Leandro Pinheiro

Autorizo

- () uso da minha imagem (e voz);
 () imagem (e voz) dos menores acima relacionados.

Para ser utilizada no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História
 PROFHISTORIA da Universidade Federal do Pará UFPA- Campus universitário de
 Ananindeua

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada, especificamente para, o trabalho de pesquisa de mestrado do discente Luis Saraiva Siqueira que tem como Título: **“Do silêncio escolar à construção de uma Educação Antirracista: na Escola Padre Leandro Pinheiro”**, tendo como orientadora a Professora Dra. Siméia de Nazaré Lopes. Sendo elas veiculadas em todo o território nacional por meio das Mídias impressas ou eletrônicas, além de também comporem o corpo do texto do trabalho de dissertação final do discente.

Desde já, fica ainda autorizada, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem, voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

São Miguel do Guamá - Pará, dia ____ de _____ 2025.

 (Assinatura)



APÊNDICE D- AULA DE INTERVENÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUIS SARAIVA SIQUEIRA

DO SILÊNCIO ESCOLAR À CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Na Escola Padre Leandro Pinheiro.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Siméia de Nazaré Lopes.

ANANINDEUA-PA

2025

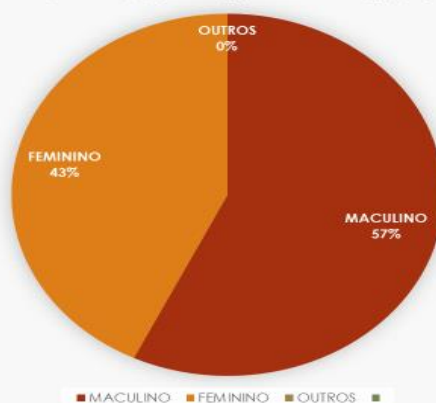


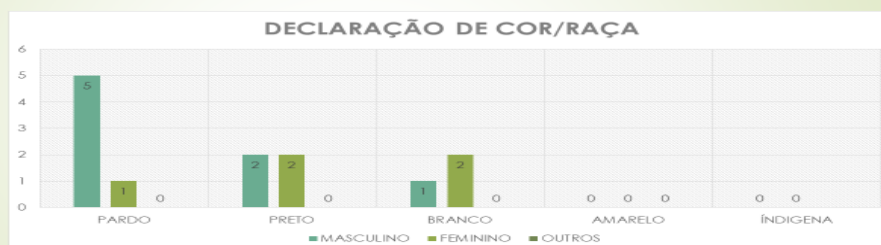
Aula de Intervenção na Tuma 901-2025

Do silêncio escolar à Construção de uma educação
antirracista na Escola Padre Leandro Pinheiro
Mestrando- LUIS SARAIVA SIQUEIRA

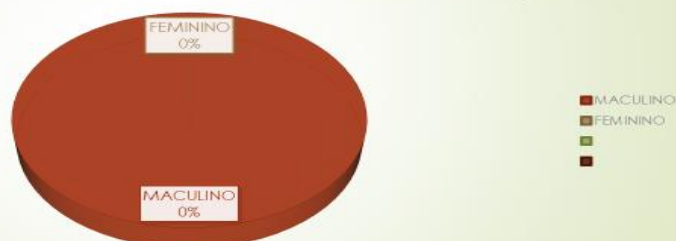
Apresentação de alguns
números da turma após o 1º
questionário .

GENERO MASCULINO/FEMININO/OUTROS





QUANTOS JÁ OUVIRAM FALAR DA LEI 10.639/03



Legislações:

- **Leis de cotas:** A Lei de Cotas, ou Lei nº 12.711/2012, é uma lei brasileira que garante a reserva de vagas em universidades federais e institutos federais para estudantes oriundos do ensino público, com foco em grupos historicamente excluídos e com menor acesso à educação superior. A lei reserva 50% das vagas para alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com critérios específicos para distribuição entre diferentes grupos (étnico-raciais, socioeconômicos e com deficiência).
- **Lei 10.639/03:** Em 2003 foi sancionada a Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".
- A assinatura ocorre graças aos anos de lutas dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, e sem dúvidas é uma conquista desses atores sociais. No parágrafo primeiro, o texto da lei cita que o conteúdo programático incluirá a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional "resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil".
- **Lei 7.716 05 janeiro de 1989** : serão punidos na forma da lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Conceitos que ajudam na reflexão sobre o racismo.

- **Conceito de racismo para Silvio Almeida:** o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.
- **Racismo estrutural:** refere-se a um padrão de discriminação racial que está profundamente enraizado nas instituições, práticas e cultura de uma sociedade, resultando em desvantagens e desigualdades para determinados grupos raciais.
- **Necroeducação** conceito usado por Heloíse da Costa Silva. Podemos então pensar que uma necroeducação é construída quando observamos o apagamento, a subalternização, a animalização, o silenciamento dos alunos negros e de sua (sub)representação no sistema educacional, quando se está exercendo o direito de deixar morrer aquele que se quer extinguir.

Como valorizar as representações dos negros.





Nossa meta como proposta: Uma Oficina Antirracista.

- É um atividade de aprendizagem e participativa onde alunos constroem conhecimento através da interação, vivencias e reflexão de uma determinado tema;
- Podem incluir atividades lúdicas, expressivas, criativas como jogos, experimentos, trabalhos manuais, produção e texto
- Busca relacionar a teoria e pratica e contribuir para um conhecimento mais profundo

Função da oficina

- Elaborar ações que propiciem o fortalecimento da identidade e auto-estima de educandos pertencentes a grupos minoritários e discriminados.

Referências

- Artigo : Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. Aline pereira da Costa, Carlos Henrique dos Santos Martins, Heloíse da Costa Silva.
- Link do vídeo amor de cabelo: <https://www.youtube.com/watch?v=EbMvXiZq6HI>
- Link do vídeo jornalismo cultura: <https://www.youtube.com/shorts/UM-Hwcp72J0>
- Silvio Almeida : Racismo estrutural